

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS
DOS PALOP E DE TIMOR LESTE

2010 | 2011



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS
DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2010 | 2011

Disponível em
www.bportugal.pt



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Relações Internacionais

Design e impressão

Departamento de Serviços de Apoio

Lisboa, 2011

Tiragem

300 exemplares

ISSN 1646-2807 (impresso)

ISSN 2182-3189 (on-line)

Depósito Legal n.º 235642/05

ÍNDICE

5	NOTA PRÉVIA
7	I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL
15	II. EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE
17	Angola
37	Cabo Verde
57	Guiné-Bissau
77	Moçambique
97	São Tomé e Príncipe
117	Timor-Leste
135	<i>PALOP e FMI – Programas de ajustamento macroeconómico</i>
141	III. RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
143	III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste
149	III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste
153	III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal

NOTA PRÉVIA



À semelhança das edições anteriores, a "Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2010/2011" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos dados macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respectivas relações económicas e financeiras com Portugal.

O presente documento foi elaborado com base em informação recebida até ao final de Junho do corrente ano (capítulos II e III), a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de revisão.

Agradece-se a amável colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste – que se revelou indispensável para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do presente relatório.

Departamento de Relações Internacionais

Área de Cooperação

Agosto de 2011



ENQUADRAMENTO
INTERNACIONAL



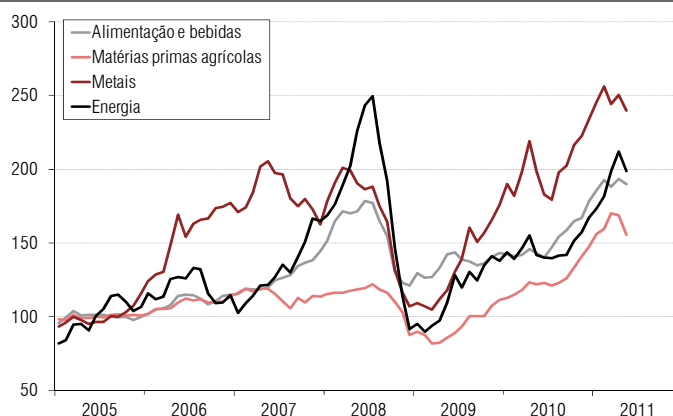
Evolução Recente

A economia mundial prosseguiu o crescimento, embora a um ritmo mais ténue do que no início da retoma. Em 2010 o PIB mundial cresceu 5.1%, estimando-se um abrandamento para 4.3% no corrente ano. O progresso é muito diferente entre as economias avançadas e as emergentes e em desenvolvimento. Nos países avançados a expansão é, em termos gerais, lenta e com sinais de abrandamento, particularmente nítidos nos EUA e no Japão, este último afectado pelo tsunami e subsequente desastre nuclear. As economias emergentes e em desenvolvimento têm crescido rapidamente, mostrando já, em muitos casos, sinais de sobreaquecimento, num quadro de plena utilização da capacidade.

A inflação aumentou, devido essencialmente à forte subida dos preços dos bens primários. A inflação subjacente manteve-se controlada em grande número de países avançados, mas começaram a manifestar-se pressões inflacionistas em diversas economias emergentes e em desenvolvimento, reflectindo o maior peso da alimentação e energia no cabaz de consumo e o dinamismo económico nesses países.

Gráfico I.1.

ÍNDICES DE PREÇOS DOS BENS PRIMÁRIOS | Médias mensais, 2005=100



Fonte: FMI, *Primary Commodity Prices tables* (www.imf.org).

Os fluxos comerciais recuperaram acentuadamente em 2010, invertendo a forte quebra do período de crise (final de 2008 e ano de 2009) e continuam a crescer rapidamente, embora a um ritmo inferior ao do ano transacto. As interconexões comerciais têm vindo a aprofundar-se, com um significativo aumento da especialização vertical. Este factor traduz-se numa maior propagação de choques e correspondente vulnerabilidade, como se observou nas cadeias produtivas de múltiplos bens após o sismo do Japão. Os desequilíbrios externos globais, que se tinham contraído após a grande crise, tendem a voltar a elevar-se.

Os movimentos financeiros recuperaram também rapidamente ao longo de 2010 e primeiros meses de 2011, com fortes influxos de capitais para as economias emergentes dinâmicas. Contudo, mantém-se um ambiente de elevada volatilidade, agravado a partir de Maio com as acrescidas tensões sobre a dívida soberana na área do euro. Estes problemas (iniciados na Grécia, seguida da Irlanda e de Portugal) que se têm vindo a propagar sucessivamente a outros países da área do euro, incluindo a Itália e Espanha, com forte elevação dos *spreads* nesses países e uma baixa generalizada nos mercados accionistas, são reveladores dos riscos e incertezas que persistem. O alívio que se seguiu à cimeira extraordinária da UE de 21 de Julho foi de curta duração. Além disso, em Julho/Agosto, confluíram os desenvolvimentos nos EUA (associados à dificuldade na aprovação parlamentar da subida do tecto da dívida), originando agitação nos mercados. As autoridades monetárias das principais economias

actuaram rapidamente, assegurando liquidez nos mercados monetários e reforçando a confiança dos agentes.

Após o período de estímulo durante a recessão, as economias enfrentam agora os desafios da consolidação orçamental. A prioridade para muitas economias avançadas é executar programas credíveis e adequados à evolução conjuntural que assegurem a sustentabilidade a médio prazo da dívida pública.

Apesar dos progressos já atingidos, a reforma do sistema financeiro internacional com vista a garantir a sua solidez continua a ser primordial. O reforço da supervisão e criação de novas instituições a nível europeu e internacional e a ênfase na supervisão macroprudencial e na análise de riscos sistémicos são passos cruciais para a capacidade de detecção de vulnerabilidades. Contudo, persistem riscos significativos, potenciados pela ampla liquidez e baixas taxas de juro nas economias avançadas. Este enquadramento propiciou a realavancagem e o *search for yield*, pela procura de activos de maior risco, ao mesmo tempo que acentuou a volatilidade nos mercados financeiros.

Evolução e perspectivas por grupos de países

O comportamento da economia dos **EUA** no primeiro semestre de 2011 foi desanimador, para o que contribuíram alguns factores transitórios, nomeadamente a subida relativamente abrupta dos preços da energia e outros bens primários e as quebras na cadeia produtiva devido ao sismo no Japão. A taxa de desemprego mantém-se muito elevada e a economia continua com baixa taxa de utilização da capacidade. A persistente fraqueza no mercado da habitação e a necessidade de redução do endividamento das famílias limitam a margem para crescimento do consumo privado. O sector empresarial tem apresentado bons e crescentes níveis de lucro, um factor favorável ao investimento em equipamento que, todavia, tarda em concretizar-se. O saldo externo, que se contraiu significativamente em 2009, para 2.75% do PIB, voltou a elevar-se em 2010.

Com um défice geral do sector público superior a 10% do PIB e uma trajectória da dívida insustentável, a prioridade do governo foi delinear e ver aprovado um plano credível de consolidação orçamental. A política monetária tem sido acomodaticia, com recurso também a medidas não convencionais. A reestruturação do sector financeiro e as medidas mais rigorosas quanto aos requisitos de capital deverão ser correctamente implementadas e supervisionadas, já que são muito elevados os efeitos sistémicos devido a fragilidades latentes.

A economia do **Japão** foi dramaticamente afectada, no corrente ano, pelo sismo, tsunami e subsequentes problemas de abastecimento de energia eléctrica. Perturbações na cadeia produtiva afectaram todo o país, bem como economias vizinhas integradas e especializadas verticalmente nalguns sectores (e.g. automóveis, componentes eléctricas e electrónicas). As autoridades responderam rápida e decisivamente. Em termos orçamentais, o governo lançou em Maio um pacote de reconstrução que ascende a 4 biliões de ienes (0.8% do PIB), tendo sido aprovado em Julho um segundo orçamento suplementar. A política monetária acomodaticia que fora já alargada, no final de 2010, com recurso a novos instrumentos (um novo programa de compra de activos alargado a títulos e fundos não governamentais), foi ampliada após o sismo. As medidas produziram efeito e não prejudicaram o comportamento do iene.

Dados recentes apontam para uma recuperação da actividade e restauração das redes de produção. Os indicadores avançados indiciam sólido dinamismo para os próximos meses. Do lado da procura, apesar de alguma melhoria, o sentimento das famílias e empresas mantém-se fraco. Prevê-se uma quebra anual do produto da ordem de 0.7 % em 2011 e uma recuperação acentuada (próxima de 3%) em 2012. No futuro próximo, o Japão terá de concentrar-se na reparação das infra-estruturas atingidas pelo desastre natural, o que pode beneficiar os esforços estruturais da estratégia de crescimento e

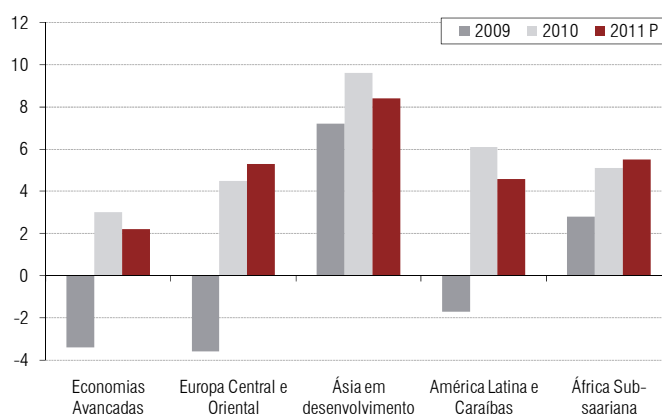
expansão do emprego. Ao mesmo tempo tem de implementar um plano robusto de redução da dívida pública, que já ultrapassa 230% do PIB. O sector financeiro mostrou-se resiliente às perturbações resultantes do sismo, embora seja conveniente que os reguladores e supervisores mantenham a vigilância com vista ao fortalecimento do sector.

A **área do euro**, pelo contrário, cresceu acima das expectativas, liderada pela Alemanha e França e impulsionada pela procura interna, com ênfase para o investimento. Persistem, no entanto fortes divergências intra-regionais, com os países periféricos, Grécia, Irlanda e Portugal, ainda em contra-ciclo - estes países estão a ser apoiados por programas financeiros e de ajustamento económico da UE e FMI. O saldo do sector público no conjunto da área do euro, após uma ligeira diminuição em 2010, para 6% do PIB, deverá reduzir-se para 4.2% em 2011 e 3.3% em 2012. Porém, a dívida pública, que excedeu 85% do PIB em 2010, continuará a subir até 2012. O BCE elevou por duas vezes, em Abril e Julho, as taxas oficiais, que se mantinham inalteradas desde meados de 2009: a principal taxa de refinanciamento cifra-se actualmente em 1.5%. Apesar das significativas melhorias, o sistema financeiro continua a apresentar fragilidades. A UE embarcou em profundas reformas no sistema de regulação e supervisão envolvendo a criação de quatro novas instituições pan-europeias, que entraram em funcionamento no início de 2011: as três autoridades de supervisão, da banca (EBA), seguros (EIOPA) e mercado de valores mobiliários (ESMA) e o ESRB, órgão responsável pela avaliação, prevenção e mitigação de riscos sistémicos no sistema financeiro.

Os problemas dos sectores público e bancário intensificam-se mutuamente, pelo que a consolidação orçamental e o fortalecimento e recapitalização da banca são cruciais para a estabilidade da Europa. O reforço da competitividade em algumas economias do euro e restante UE é outra área central. A UE está empenhada na reformulação e fortalecimento da governação, envolvendo uma maior coordenação e vigilância e uma nova rede de segurança financeira, através do *European Stability Mechanism* (ESM) que, a partir de 2013 substituirá de forma permanente os mecanismos transitórios (*European Financial Stability Facility*, EFSF, e *European Financial Stabilization Mechanism*, EFSM) entretanto criados para assistência financeira à área do euro e à UE. O Conselho Europeu de 21 de Julho decidiu flexibilizar estes instrumentos, com vista a melhorar a sua eficácia, tendo também decidido alargar os prazos e reduzir as taxas de encargos dos empréstimos em vigor.

Gráfico I.2.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fonte: FMI, *World Economic Outlook Update*, Julho 2010.

Em 2010, a **Ásia** registou uma recuperação generalizada. Esta tem prosseguido – embora a um ritmo mais moderado - impulsionada pelo dinamismo das exportações e uma intensa procura interna, associada, nalguns países, a uma expansão do crédito. A Ásia é a região do globo onde se têm

observado as taxas de crescimento mais elevadas e, à excepção do Japão, os *output gaps* estão já fechados, com muitas destas economias a correrem risco de sobreaquecimento e crescente inflação. A Ásia regista um acentuado excedente externo corrente. A moderação que se observou entre 2007 e 2010, deverá começar a inverter-se, devido essencialmente aos países emergentes e em desenvolvimento da região e, em particular, à China. De facto, são pequenos os progressos no sentido da redução do desequilíbrio global.

O principal desafio que estas economias enfrentam presentemente relaciona-se com a volatilidade dos fluxos de capitais e a adequação das políticas macroeconómicas e prudenciais, com vista a assegurar um crescimento sustentado e não inflacionista, com estabilidade financeira, maior resiliência a choques e diminuição das desigualdades sociais e da pobreza. Para a prossecução destes múltiplos objectivos, será necessário recorrer a instrumentos de política monetária e orçamental, bem como macro-prudenciais e regulamentares. Uma maior flexibilização do regime cambial seria vantajosa em muitos países.

Após um início de recuperação ainda em 2009, o crescimento **na América Latina** ultrapassou os 6% em 2010, estimulado pela melhoria dos termos de troca associada à subida dos preços dos bens primários e pelas condições financeiras acomodáticas. O prosseguimento da retoma em 2011 foi acompanhado pelo recrudescimento da inflação, bem como por algum agravamento do défice corrente da região. As autoridades monetárias têm vindo a subir as taxas de juro, prosseguindo com o teor contraccionista iniciado em 2010, de forma mais nítida nas economias com *inflation targeting*. Tal como na Ásia, também nesta região têm sido elevadas as entradas de capital, particularmente investimento de carteira e obrigacionista, o que se reflectiu em pressões para apreciação cambial e acumulação de reservas. Alguns países recorreram a medidas macro-prudenciais ou mesmo controlos temporários de capitais. Tendo conseguido uma recuperação notável em 2010, e face ao sobreaquecimento da economia e forte expansão do crédito, o Brasil tomou diversas medidas contraccionistas, de índole monetária, macro-prudencial e também orçamental. Tendo em conta as subidas de taxa de juro já efectuadas, seria agora vantajoso um *policy mix* com maior incidência na contenção das contas públicas.

No **Médio Oriente e Norte de África** - região que percorreu sem grandes dificuldades o período de crise mundial - as perspectivas são actualmente incertas devido à instabilidade política, que afectou a confiança, com um impacto significativo nas receitas de turismo e também no investimento directo do exterior, ao mesmo tempo que elevou o custo de financiamento. Os países exportadores de petróleo estão a beneficiar da subida destes preços e da expansão da produção, sendo a situação mais débil nos países importadores. As autoridades responderam às tensões sociais com aumentos de subsídios e outras despesas públicas.

África Sub-saariana

A África sub-saariana continua a evoluir a bom ritmo, prevendo-se para 2011 um crescimento de 5.5% do PIB da região. A procura interna tem crescido rapidamente e o comércio registou uma forte recuperação, ao mesmo tempo que tem prosseguido a reorientação das exportações para as regiões de crescimento mais dinâmico, como a Ásia. Os fluxos de capital privado retornaram também à região, embora as entradas de fluxos de carteira estejam ainda limitadas a alguns países.

Existem contudo significativas divergências intra-regionais. Em grande parte dos países de baixo rendimento, bem como nos países exportadores de petróleo atingiram-se taxas de crescimento idênticas às anteriores à crise. Mas nos países de médio rendimento, grupo que é dominado pela África do Sul, a retoma tem sido lenta e o *output gap* e desemprego continuam elevados. As subidas dos preços dos bens primários afectam diferentemente os vários países, beneficiando em, primeiro lugar, os países exportadores de petróleo, mas também alguns dos países exportadores de matérias primas. Por outro

lado, a subida dos preços dos alimentos reflecte-se na subida da inflação. Os países importadores de petróleo sofrem no geral uma deterioração das suas contas externas. Mas o efeito final sobre os termos de troca das recentes subidas de preços dos bens primários pode ser positivo ou negativo consoante o país. Mesmo no seio de um país, os efeitos podem ser opostos entre as populações rurais, favorecidas pelo mais elevados preços das suas produções, e as urbanas, que vêem agravado o custo do seu cabaz de consumo.

Os sólidos fundamentos económicos permitiram à região utilizar políticas expansionistas para contrariar a crise. Actualmente as pressões inflacionistas e o aquecimento das economias (à excepção da África do Sul e outras de médio rendimento) justificariam uma maior restritividade monetária. As baixas taxas de juro estarão aliás a contribuir para um nível relativamente baixo da taxa de câmbio. Por outro lado, as autoridades estão a recorrer a medidas, diversificadas consoante o país, para fazer face às subidas dos preços dos alimentos e energia, incluindo controlos de preços e subsídios.

A crise financeira dificultou os progressos quanto aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Apesar de melhorias significativas relativamente às metas em grande número de países, as grandes desigualdades sociais introduzem novos constrangimentos, não sendo os benefícios universais e distinguindo-se grupos, especialmente crianças e populações rurais, altamente desprotegidos. E as elevadas incertezas e vulnerabilidades presentes no contexto internacional mantêm esta região sujeita a muitos riscos desfavoráveis.

Acabado de redigir em 9 de Agosto de 2011



EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE



ANGOLA



CABO VERDE



GUINÉ-BISSAU



MOÇAMBIQUE



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



TIMOR-LESTE



PALOP E FMI -
PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO
MACROECONÓMICO

ANGOLA



ÁREA: 1 246 700 KM²

CAPITAL: Luanda

POPULAÇÃO: 19.1 milhões (2010)

MOEDA: Kwanza

O aumento das receitas petrolíferas e a execução globalmente positiva do programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI determinaram uma correcção apreciável dos desequilíbrios orçamentais e externos em 2010. Culminaram, em particular, no reforço das reservas cambiais e na redução dos atrasados, ao mesmo tempo que permitiam também a retoma gradual do crescimento económico sem uma aceleração significativa da cadência inflacionária.

II.1.1. SÍNTESE

O aumento significativo das receitas petrolíferas e a execução bem sucedida do programa de ajustamento macroeconómico com apoio financeiro do FMI¹ foram porventura os elementos com maior impacto na evolução da economia angolana ao longo de 2010 e dos primeiros meses de 2011. Tais factores terão sido, de facto, determinantes para que se verificasse neste período uma correcção muito substancial dos desequilíbrios orçamentais e externos patentes no ano anterior, possibilitando em simultâneo uma ligeira aceleração do ritmo de actividade – ao mesmo tempo que a inflação permanecia em patamares elevados mas com tendência para baixar no primeiro semestre do ano em curso.

Quadro II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	13.8	2.4	3.4	7.8
Inflação (t.v.a. média)	12.5	13.7	14.5	12.0
Massa monetária (t.v. anual)	103.9	21.5	7.7	36.9
Balança corrente (% PIB)	8.5	-10.0	8.6	-4.7
Saldo orçamental (% PIB)	8.9	-8.6	8.9	4.5
Dívida externa (% PIB)	16.5	20.0	21.6	19.7

Fontes: BNA, Ministério das Finanças (Angola) e FMI.

Apesar de se ter registado uma quebra na produção de petróleo angolano em 2010, pelo segundo ano consecutivo (devido à necessidade de efectuar procedimentos de manutenção em vários blocos, com efeitos até meados de 2011), o respectivo impacto foi largamente compensado pela subida dos preços internacionais. Daí resultaria um aumento considerável das exportações petrolíferas (cerca de 24% face a 2009) e, por conseguinte, uma maior arrecadação de receitas sobre as mesmas por parte do Estado angolano (receitas essas que ascenderam assim a 33.3% do PIB, contra 19.5% em 2009).

Tal evolução induziu, por seu turno, diversos efeitos favoráveis, a começar por uma melhoria muito significativa da posição externa, com a balança corrente a apresentar-se novamente positiva, por larga margem (8.6% do PIB, depois de um défice equivalente a 10.0% do mesmo em 2009). Este resultado teria como corolário o regresso das reservas cambiais a níveis confortáveis – voltando a ultrapassar o valor da dívida externa no final de 2010 – e ficou igualmente a dever-se à redução das importações de bens e serviços registada neste ano, reflectindo sobretudo o aperto da política orçamental.

Para além do impacto favorável provocado pelo aumento das receitas petrolíferas, a execução orçamental de 2010 reflectiu também, de facto, o esforço de consolidação levado a cabo pelas autoridades angolanas – que se traduziu na contenção das despesas, sobretudo de investimento (14.1% do PIB em 2008 mas apenas 8.2% em 2010). Foi, assim, possível reverter o défice orçamental de 2009 (8.6% do PIB) e alcançar um excedente de dimensão equivalente ao contabilizado em 2008 (8.9% do PIB) – libertando ainda recursos para sustentar uma redução substancial de atrasados.

O alívio das necessidades de financiamento do Estado em 2010 reflectiu-se igualmente numa evolução mais moderada dos agregados monetários – permitindo porém, em contrapartida, que o crédito à economia continuasse a aumentar (agora a um ritmo mais sustentável). Este é, aliás, um dos factores que favorecem a intensificação do crescimento económico prevista para 2011, a qual deverá todavia ser compatível com um ligeiro abrandamento da cadência inflacionária – confirmado até Maio findo.

¹ À data da conclusão deste relatório (Julho de 2011), o referido programa (do tipo *Stand-By Arrangement*, SBA, e vigente desde Novembro de 2009) tinha já ultrapassado, com sucesso, a sua quarta revisão (Janeiro de 2011) e havia boas indicações quanto à quinta (deixadas pela missão do FMI que se deslocou a Luanda, para esse efeito, em Junho de 2011).

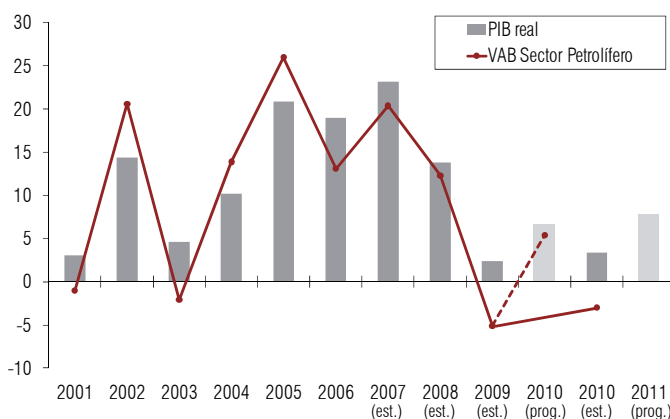
II.1.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Depois de um acentuado abrandamento em 2008 e 2009 (sempre, todavia, com taxas de crescimento positivas, ou seja sem atingir proporções de recessão), a economia angolana vem revelando sinais de recuperação desde finais de 2009, com tendência para acelerar no ano em curso. Tem sido, porém, um processo gradual, cuja fase inicial (aproximadamente até finais de 2010) se desenrolou a um ritmo mais lento que o projectado à partida (cf. Gráfico II.1.1). Esta circunstância terá ficado a dever-se à influência de factores como a redução pontual da produção petrolífera ou o impacto (tendencialmente contraccionista) que resulta, a curto prazo, do necessário esforço de ajustamento posto em prática pelas autoridades angolanas – no âmbito do programa de apoio financeiro celebrado com o FMI.

As estimativas disponibilizadas (em meados de 2011) pelas autoridades dão conta de um crescimento real do PIB cifrado em 3.4% no ano passado, ou seja um ponto percentual acima do apurado em 2009. Essa dinâmica de retoma, relativamente ligeira, passou entretanto a ser impulsionada – na viragem para o ano em curso – por um enquadramento mais favorável do que inicialmente se admitia, determinando a revisão em alta do crescimento real esperado em 2011: 7.8% (projectão do FMI, feita também em meados deste ano). Parece, pois, consolidar-se uma recuperação robusta do ritmo de actividade – que terá, aliás, tendência para se intensificar em 2012, aproximando-se assim do excepcional ritmo de expansão observado no período 2005/2007 (taxas de crescimento real em torno dos 20% ao ano).

Gráfico II.1.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: BNA e FMI.

Recorde-se que esse ritmo foi quebrado pelo impacto decorrente da crise internacional, que então se manifestou sobretudo pelo canal dos preços internacionais do petróleo (em forte queda) – dado o peso da actividade petrolífera na economia angolana (56.5% em 2008). Tal peso reduziu-se posteriormente (para 44.8% em 2010), devido à alteração dos preços relativos na estrutura produtiva do país (mesmo com uma recuperação significativa até 2010, o preço médio do petróleo angolano neste último ano era ainda, em USD correntes, cerca de 20% inferior ao contabilizado em 2008), assim como à própria queda da produção petrolífera (-5.1% em 2009 e uma estimativa de -3.0% adicionais em 2010).

Tal queda traduziu-se no apuramento de um volume médio de produção inferior a 1.8 milhões de barris/dia em 2010 (contra mais de 1.9 milhões em 2008), tendo resultado sobretudo de dificuldades operacionais em diversos blocos *off-shore*. Estas últimas obrigaram a desencadear procedimentos de manutenção/reabilitação, que implicam o corte parcial da produção, e não estavam ainda totalmente ultrapassadas em meados de 2011. Terão, aliás, determinado novas reduções do volume de petróleo extraído no segundo trimestre deste ano e representam – mesmo sendo dificuldades manifestamente temporárias – um dos principais factores de risco para a meta de crescimento em 2011.

Já a recuperação dos preços internacionais do petróleo desde princípios de 2009 (e a sua posterior manutenção em patamares elevados) tem funcionado como um importante sustentáculo para o resto da economia – permitindo-lhe continuar a registar taxas de crescimento real bastante robustas (superiores às do sector petrolífero nos últimos cinco anos). Essa subida dos preços do petróleo, ao traduzir-se no aumento das receitas obtidas com a respectiva exportação, permitiu que se alcançasse uma consolidação orçamental muito significativa, sobretudo em 2010, sem a necessidade de impor uma contracção excessiva da despesa pública ou um acréscimo muito pronunciado da tributação não-petrolífera – ou seja, minimizando o impacto recessivo sobre a economia.

Gráfico II.1.2.

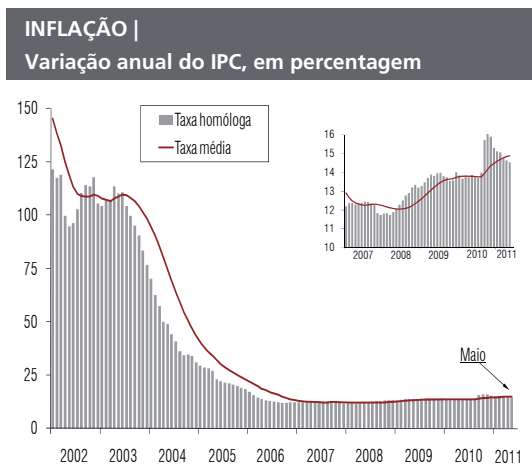
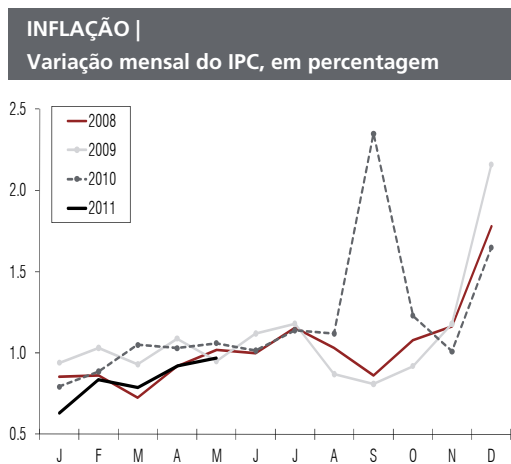


Gráfico II.1.3.



Fonte: BNA.

O aumento das receitas petrolíferas foi igualmente muito relevante para a concretização de dois outros fenómenos com efeitos positivos sobre a economia não-petrolífera em 2010 e 2011. Por um lado, a redução dos atrasados internos (que libertou recursos significativos para as empresas credoras do Estado – sobretudo, mas não exclusivamente, construtoras). Por outro lado, o reforço da confiança dos agentes económicos, ou seja a melhoria das suas expectativas, em função dos sinais de estabilização da economia. Uma parte importante do tecido produtivo angolano terá, assim, conseguido sustentar (ou recuperar) dinâmicas de crescimento apreciáveis, apesar do enquadramento inicial menos propício.

Inserem-se neste contexto várias actividades – como será o caso de parcelas dos sectores da construção, do comércio e da agricultura – que têm também um papel a desempenhar no processo de longo prazo tendente à redução dos constrangimentos estruturais que condicionam o comportamento dos preços. Tais constrangimentos resultam de diversos factores ao nível da oferta – como a escassa produção nacional e a existência de distorções a nível logístico (armazenamento, transporte, distribuição, etc.) – sendo a sua minimização habitualmente considerada, desde logo pelas autoridades angolanas, como um elemento de grande importância para assegurar uma baixa sustentada da cadênci inflacionária.

Esta última conheceu uma aceleração significativa em Setembro de 2010 (cf. Gráfico II.1.3), embora tal fenómeno pareça ter sido meramente pontual, com tendência para ser absorvido nos meses seguintes (cf. Gráfico II.1.2). A ideia de absorção fica, aliás, particularmente notória no facto de a variação mensal do IPC em Dezembro de 2010 (mais 1.6%) – ou seja no mês tradicionalmente mais marcado pela alta dos preços, devido às festas de final do ano – se ter revelado a mais modesta de que há registo, para períodos homólogos, desde o início da respectiva série (em 1991).

A referida aceleração de Setembro do ano passado foi consequência de um substancial corte nos subsídios tradicionalmente incorporados nos preços dos combustíveis, os quais aumentaram assim entre 38% e 50% (consoante o tipo de produto). Tal corte estava previsto no âmbito do programa apoiado

pelo FMI, por razões de eficiência e equidade (como instrumento de política social, era claramente regressivo, beneficiando relativamente mais as camadas menos necessitadas da população). Sem ter eliminado os subsídios (pelo que poderá haver cortes adicionais, caso as autoridades angolanas assim o entendam), essa medida afectou fortemente o IPC, sobretudo pelos efeitos de segunda e terceira ordem (sobre os preços dos transportes e, por arrastamento, os de numerosos outros bens e serviços).

A inflação tinha tendido genericamente a acelerar entre o primeiro semestre de 2008 e meados de 2009 – reflectindo inicialmente factores como a subida dos preços internacionais dos bens alimentares e, mais tarde, a depreciação do kwanza (sobretudo face ao euro, moeda de vários dos principais fornecedores de importações angolanas). Ao longo da fase seguinte (até Agosto de 2010), a taxa de variação homóloga anual do IPC permaneceu todavia praticamente estacionária, entre 13.6% e 14.0% – impulsionada por uma forte depreciação adicional da moeda angolana (finais de 2009) mas contida pelo relativo aperto orçamental e monetário entretanto introduzido. Desde então, o corte dos subsídios levou a inflação homóloga para além dos 16%, em Outubro de 2010, mas a mesma foi depois caindo, invariavelmente, nos meses seguintes (para 15.3% no final do ano e já 14.5% em Maio findo).

II.1.3. CONTAS EXTERNAS

A posição externa da economia angolana reforçou-se de forma significativa em 2010, reflectindo o contributo positivo de dois factores principais: a recuperação das exportações de petróleo e a aplicação bem sucedida do programa de ajustamento macroeconómico adoptado pelas autoridades angolanas em finais de 2009, com apoio financeiro do FMI. Tal melhoria está claramente patente na generalidade dos indicadores mais relevantes – desde o saldo da balança corrente (cf. Quadro II.1.2) até ao montante das reservas cambiais ou ao quociente entre estas últimas e a dívida externa – permitindo assim concluir que foram já largamente absorvidos os desequilíbrios suscitados em 2009 pela crise internacional.

Quadro II.1.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	8.5	-10.0	8.6	-4.7
Balança comercial	51.0	24.1	39.1	27.2
Exportações	75.9	54.1	61.3	55.1
dq: Exp. petrolíferas	74.2	52.7	59.8	53.4
Importações	-24.9	-30.0	-22.2	-27.8
Serviços e rendimentos	-42.2	-33.6	-30.0	-31.5
dq: Juros da dívida	-0.6	-0.7	-0.6	
Dividendos e lucros	-15.7	-8.1	-9.0	
Transferências correntes	-0.2	-0.5	-0.4	-0.5
Bal. de capital e financeira	0.1	3.9	-1.5	6.1
dq: Inv. Dir. Estrangeiro	-1.1	2.9	-4.0	3.2
Balança global	8.6	-6.1	7.2	1.4

Fontes: BNA e FMI.

O impacto favorável sobre a sustentabilidade externa associado aos dois factores acima referidos fez-se sentir, desde logo, na esfera das mercadorias (principal fatia da balança de pagamentos angolana) – com o crónico saldo comercial excedentário a registar um aumento considerável (para 39.1% do PIB em 2010, contra 24.1% no ano anterior). Essa evolução reflectiu, de facto, quer o forte aumento das exportações (um acréscimo de 23.9% relativamente a 2009) quer a contracção das importações (uma queda de 19.1% no mesmo período) – tendo esta última repercutido, em boa medida, o esforço de contenção da despesa pública (nomeadamente de investimento).

Ainda ao nível das mercadorias, ficou patente em 2010 (cf. Gráfico II.1.4) um prolongamento da tendência para o aumento do peso assumido pela China no contexto das exportações angolanas de petróleo bruto – que corresponderam a 96% das exportações totais naquele mesmo ano, com os diamantes (em recuperação da forte queda apurada em 2009) a absorverem cerca de 4/5 do restante. Já no tocante às importações (mais de 58% das quais são compostas por bens de consumo), continua a ser Portugal o principal parceiro, com os EUA a permanecerem na posição imediata.

Gráfico II.1.4.

EXPORTAÇÕES DE PETRÓLEO BRUTO | Destinos em percentagem, Total em milhões de USD

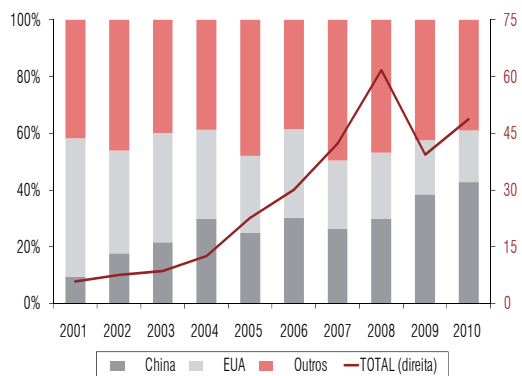
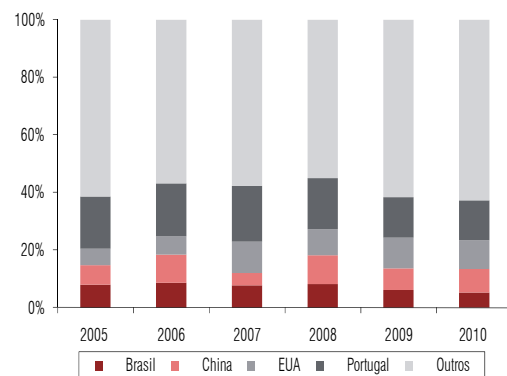


Gráfico II.1.5.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS | Origens em percentagem



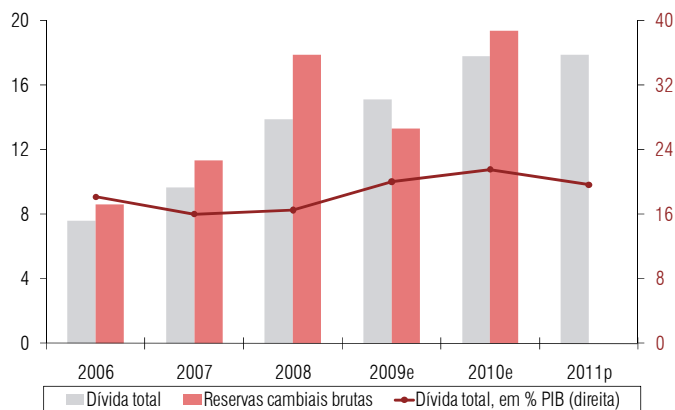
Fontes: BNA e FMI.

Nota: Apenas importações contabilizadas pelo Serviço Nacional das Alfândegas (cerca de metade do total em 2005 e uma parcela crescente desde então – abrangendo praticamente a totalidade em 2009 e 2010).

A evolução favorável da balança comercial em 2010 conjugou-se ainda com uma redução dos débitos de serviços (-9.6% face a 2009), que prolongou a tendência do ano anterior e foi transversal às suas principais componentes: transportes e viagens, construção e sector petrolífero. Em contrapartida, a terceira grande componente de despesas junto do exterior (depois das importações de mercadorias e dos débitos de serviços) evoluiu já em sentido contrário – ou seja, os débitos de rendimentos (na sua maior parte dividendos e lucros das empresas petrolíferas) acusaram um aumento de 18.2%.

Gráfico II.1.6.

DÍVIDA E RESERVAS EXTERNAS | Em milhões de USD, Total em percentagem do PIB



Fontes: BNA e FMI.

O resultado da combinação de todos esses elementos seria um substancial reequilíbrio da balança corrente – que passou de um défice pronunciado em 2009 (-10.0% do PIB) para um confortável excedente em 2010 (8.6% do PIB). Tal fenómeno teve, finalmente, como corolário uma significativa

recomposição das reservas cambiais, cujo valor bruto voltou assim a ultrapassar o montante da dívida externa, apesar do aumento desta última (cf. Gráfico II.1.6). A programação para 2011, elaborada no contexto do acordo com o FMI, antecipava um novo reforço das reservas cambiais brutas (mais USD 1.7 mil milhões, para todo o ano, depois dos USD 6.0 mil milhões de 2010). Contudo, a variação destas ascendia já a USD 2.9 mil milhões em Maio findo, sugerindo que o reforço total em 2011 poderá ir bastante além do valor programado – o que significa também um perfil da balança de pagamentos mais favorável do que o programado à partida (cf. Quadro II.1.2 para esta programação inicial).

II.1.4. FINANÇAS PÚBLICAS

Um objectivo central do programa de ajustamento macroeconómico celebrado entre as autoridades angolanas e o FMI em finais de 2009 era a correcção do acentuado desequilíbrio orçamental que ficou patente nesse mesmo ano – quando a forte quebra das receitas petrolíferas (responsáveis por mais de 4/5 das receitas totais ainda em 2008) deu origem a um défice global equivalente a 8.6% do PIB, em base de compromissos (ou seja na óptica da contabilidade nacional, por oposição à base de caixa, correspondente à óptica da contabilidade pública).

Para a concretização desse objectivo, foi intensificado o esforço de consolidação que vinha já sendo aplicado desde meados do referido ano – largamente assente na contenção das despesas (sobretudo a parcela de investimento). Os resultados desse esforço, aos quais se veio juntar o impacto fortemente favorável induzido pela recuperação das receitas petrolíferas, permitiriam assim que se voltasse a apurar em 2010 um saldo orçamental positivo – exactamente com a mesma dimensão relativa (em base de compromissos) que o contabilizado em 2008: 8.9% do PIB (cf. Quadro II.1.3).

Quadro II.1.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	50.9	30.9	43.4	39.7
d.q.: Receitas petrolíferas	41.2	19.5	33.3	30.0
Despesas totais	42.0	39.5	34.5	35.2
Despesas correntes	27.9	27.1	26.3	26.2
d.q.: Pessoal	8.6	11.0	10.6	10.2
Bens e serviços	8.5	6.4	6.9	8.0
Juros	1.5	2.2	1.4	1.8
Despesas de investimento	14.1	12.4	8.2	9.0
Saldo global (b.compromissos)	8.9	-8.6	8.9	4.5

Fontes: BNA, Ministério das Finanças (Angola) e FMI.

Em contrapartida, os saldos orçamentais registados nestes dois anos são já bastante diferentes se forem vistos em base de caixa, com um excedente muito mais dilatado em 2008 – reflectindo o facto de se ter então verificado, como voltaria a ocorrer em 2009, uma significativa acumulação de atrasados internos (essencialmente para com empresas fornecedoras presentes no mercado local). Tal fenómeno foi já, porém, largamente corrigido por uma importante redução de atrasados em 2010 (e também em 2011), – o que representa, aliás, outro elemento de grande importância para a estabilização da economia angolana (ou, mais genericamente, para a normalização das suas condições de funcionamento).

O esforço de consolidação orçamental foi, de facto, bastante beneficiado com o considerável aumento das receitas petrolíferas que se verificou em 2010 – quando estas acabaram por ficar 73% acima do valor inicialmente orçamentado, alcançando assim um patamar equivalente a 33.3% do PIB, contra 19.5% em 2009 (embora longe ainda dos 41.2% de 2008 – cf. Gráfico II.1.7). Dada a queda do

volume de petróleo extraído e exportado no ano passado (cf. Capítulo II.1.2), esse aumento das receitas petrolíferas assentou exclusivamente na recuperação dos respectivos preços internacionais – que terão alcançado, no caso do petróleo angolano, um valor médio ligeiramente superior a USD 75 por barril em 2010 (contra USD 60.9 no ano anterior e USD 93.9 em 2008).

Já as restantes receitas públicas terão ficado abaixo das expectativas em 2010 – sobretudo as tributárias (não-petrolíferas), cujo grau de execução não foi além de 81% do inscrito no OGE inicial. As autoridades angolanas admitem, porém, que possa haver progressos em 2011 no tocante à arrecadação destas receitas – reflectindo já, em alguma medida, a reforma tributária que está em curso. Trata-se, aliás, de um processo mais geral de reformas, ao nível da gestão financeira do Estado, que abrange também aspectos como a gestão da dívida, o sistema de acompanhamento das empresas públicas e os mecanismos de controlo das despesas públicas.

Gráfico II.1.7.

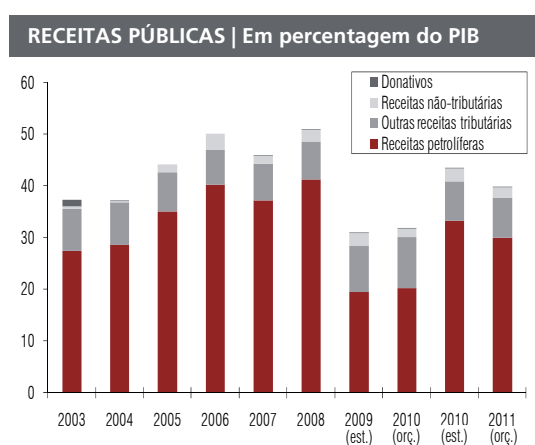
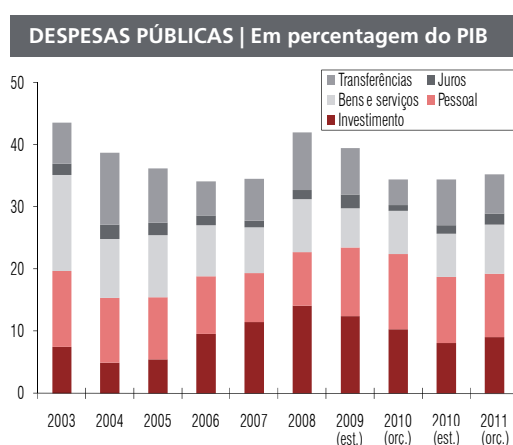


Gráfico II.1.8.



Fontes: BNA, Ministério das Finanças (Angola) e FMI.

Sublinhe-se ainda que a evolução destas últimas em 2009 e 2010 reflectiu bem o facto de lhes ter cabido suportar uma parte substancial do esforço de consolidação empreendido pelas autoridades. De facto, tendo atingido um patamar equivalente a 42.0% do PIB em 2008, as despesas totais caíram para 39.5% e 34.5%, respectivamente, nos dois anos seguintes (cf. Gráfico II.1.8) – com a parcela de investimento a ser especialmente afectada (representava 14.1% do PIB em 2008 mas apenas 8.2% em 2010). As autoridades angolanas estão, todavia, particularmente empenhadas em obter espaço fiscal para reforçar o investimento público – o que poderá suceder já no ano em curso, através da aprovação de um orçamento rectificativo, tendo em conta a boa evolução que as receitas petrolíferas continuam a evidenciar e o patamar confortável em que, por conseguinte, se encontram as reservas cambiais.

II.1.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

O banco central angolano tem procedido, desde meados de 2010, a um alívio gradual das condições monetárias, considerando que se verificou um relativo esvaziamento das pressões inflacionistas, do qual resulta alguma margem para reverter o aperto antes introduzido na política monetária – e dar, assim, um estímulo prudente à economia. Foram, por conseguinte, adoptadas diversas medidas que vão nesse sentido – desde a redução do coeficiente de reservas obrigatórias sobre os depósitos até à descida da taxa de redesconto e da taxa associada à nova facilidade permanente de liquidez. Em conformidade, quer as taxas de juros do mercado interbancário quer as taxas praticadas pela banca junto dos clientes têm tendido à baixa (cf. Gráfico II.1.10).

A redução das tensões na esfera monetária está largamente associada à evolução favorável das contas públicas em 2010. De facto, essa evolução traduziu-se, por um lado, na significativa recomposição das

reservas cambiais (sobretudo graças ao aumento das receitas petrolíferas) – que reforça a capacidade do BNA para sustentar a estabilidade cambial, através dos leilões de divisas (evitando assim a “inflação importada”, patente em 2009 e crónica até meados da década passada). Por outro lado, a consolidação orçamental significou também uma alteração drástica das necessidades de financiamento do Estado – depois de ter sido o principal factor de expansão da liquidez em 2009 (com uma variação equivalente a 31.4% da massa monetária inicial), o crédito líquido ao SPA exerceu em 2010 uma significativa influência contraccionista (cf. Gráfico II.1.9) – a qual se prolongou, aliás, em 2011.

Gráfico II.1.9.

FACTORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do valor inicial da massa monetária



Fontes: BNA e FMI.

Essa redução do crédito líquido ao Estado libertou recursos que terão contribuído para uma expansão do crédito à economia ainda bastante robusta mas provavelmente mais sustentável (26.0% de variação anual, contra 55.4% em 2009) – numa altura em que o crédito mal-parado tendeu a aumentar. Também o ritmo de expansão da liquidez abrandou substancialmente em 2010, tendo a massa monetária acusado o menor acréscimo anual dos últimos vinte anos (7.7% face a 2009). De entre as respectivas componentes, foram os depósitos em moeda nacional (sobretudo a prazo) que registaram aumentos mais expressivos. Reflectiram assim, provavelmente, algum reforço da confiança no kwanza, cuja taxa de câmbio efectiva continuou tendencialmente a depreciar-se, em termos nominais (e a apreciar-se em termos reais) ao longo de 2010 e 2011 – cf. Gráfico II.1.11.

Gráfico II.1.10.

TAXAS DE JURO | Taxas anuais

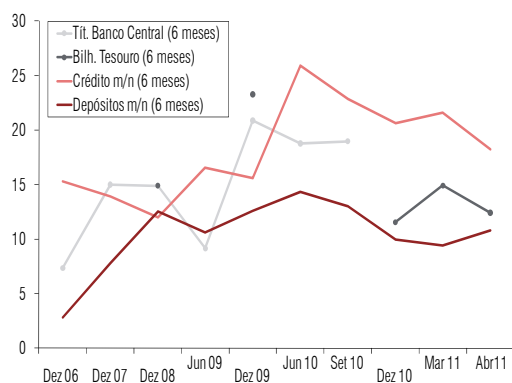
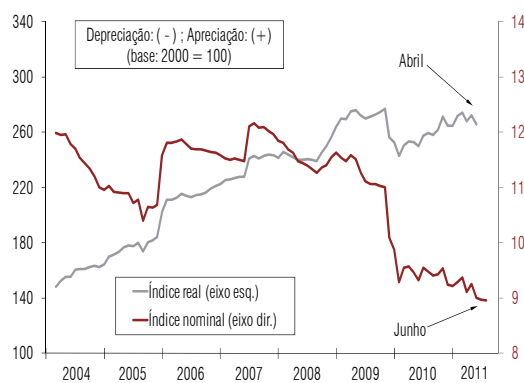


Gráfico II.1.11.

TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA | Índices base 100: 2000, Médias mensais



Fontes: BNA e FMI.

Quadro A.II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2007	2008	2009	2010		2011	
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de AOK	4637	6316	5989	7204	7580	8979	
	mil milhões de EUR	44.2	57.3	54.1	62.3			
	mil milhões de USD	60.4	84.2	75.5	81.9	82.5	91.0	
PIB real	tx. variação anual	23.2	13.8	2.4	6.7	3.4	7.8	
VAB real do sector petrolífero	tx. variação anual	20.4	12.3	-5.1	5.4	-3.0		
VAB real dos outros sectores	tx. variação anual	25.7	15.0	8.2	7.5	7.7		
Inflação (IPC-Luanda)	t.v. homóloga anual	11.7	13.2	14.0	13.0	15.3	10.8	14.5 <i>Mai</i>
	t.v. média anual	12.2	12.5	13.7	15.0	14.5	12.0	14.9 <i>Mai</i>
FINANÇAS PÚBLICAS^(a)								
Receitas totais	percentagem do PIB	45.8	50.9	30.9	31.7	43.4	39.7	
Receitas petrolíferas	percentagem do PIB	37.1	41.2	19.5	20.3	33.3	30.0	
Despesas totais	percentagem do PIB	34.5	42.0	39.5	34.4	34.5	35.2	
Despesas correntes	percentagem do PIB	23.0	27.9	27.1	24.1	26.3	26.2	
Despesas de investimento	percentagem do PIB	11.5	14.1	12.4	10.4	8.2	9.0	
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	11.3	8.9	-8.6	-2.7	8.9	4.5	
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	14.2	14.4	-4.1	-4.1	3.5	-1.2	
MOEDA E CRÉDITO								
Activos externos líquidos	tx. variação anual	11.1	43.7	-23.8	47.6	45.6	13.8	
Crédito à economia	tx. variação anual	77.8	66.8	55.4	22.1	26.0	38.8	
Massa monetária (M3)	tx. variação anual	49.5	103.9	21.5	26.2	7.7	36.9	
TAXAS DE JURO								
Crédito em moeda nac. (180 d)	taxa anual	13.9	12.0	15.6	20.6		18.2 <i>Abr</i>	
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual	7.8	12.5	12.6	9.9		10.8 <i>Abr</i>	
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual	4.3	4.8	4.9	3.1		3.6 <i>Abr</i>	
Títulos do Banco Central (91 d)	taxa anual	15.0	14.6	23.3			0.0 <i>Abr</i>	
Títulos do Tesouro (91 d)	taxa anual		14.6		10.8		10.7 <i>Abr</i>	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações (em USD correntes)	tx. variação anual	39.3	44.0	-36.1	24.8	23.9	-0.9	
Importações (em USD correntes)	tx. variação anual	55.6	53.6	8.0	-7.2	-19.1	38.2	
Balança comercial	percentagem do PIB	50.8	51.0	24.1	36.6	39.1	27.2	
Balança corrente	percentagem do PIB	17.5	8.5	-10.0	2.8	8.6	-4.7	
Reservas cambiais oficiais (brutas)	mil milhões de USD	11.33	17.88	13.34	17.22	19.40	22.33 <i>Mai</i>	
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total	mil milhões de EUR	7.08	9.46	10.85	13.44			
	mil milhões de USD	9.69	13.91	15.14	18.50	17.78	17.90	
	percentagem do PIB	16.0	16.5	20.0	22.6	21.6	19.7	
Serviço da dívida	perc. das exportações	9.4	3.1	10.6	6.6	7.4	7.3	
TAXAS DE CÂMBIO								
Taxa bilateral EUR / AOK	taxa média	105.0	110.3	110.6	121.6		134.2 <i>Jun</i>	
Taxa bilateral USD / AOK	taxa média	76.7	75.0	79.3	91.9		93.3 <i>Jun</i>	
ITCE nominal [apreciação: +] ^(b)	tx. variação anual	1.2	-3.1	-5.7	-12.9		-5.4 <i>Jun</i>	
ITCE real [apreciação: +] ^(b)	tx. variação anual	9.6	4.2	7.8	-2.7		6.3 <i>Abr</i>	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Os valores programados para 2010, incluindo o do PIB, são os do OGE inicial (foi apresentado em Agosto de 2010 um OGE revisto);
(b) Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/09.

Quadro A.II.1.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em mil milhões de Kwanzas						
	2007 Est.	2008 Est.	2009 Est.	2010 Prog.	2010 Est.	2011 Prog.
Sector primário	2982	4055	3326		4213	
Agricultura, pescas e derivados	364	420	611		746	
Indústria extractiva	2618	3635	2715		3467	
Petróleo e gás	2 537	3 569	2 662		3 396	
Outros (incl. Diamantes)	80	66	54		71	
Sector secundário	469	627	821		1075	
Indústria transformadora	241	303	364		464	
Electricidade e água	4	5	7		10	
Construção	224	319	450		602	
Sector terciário	1095	1480	1694		2103	
Comércio e serviços transaccionáveis	769	1 104	1 240		1 555	
Serviços não-transaccionáveis	326	376	454		548	
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	4546	6162	5841		7392	
Impostos indirectos e subsídios	91	154	147		188	
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	4637	6316	5989	7 204	7580	8 979
<i>Para memória:</i>						
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)</i>	44.2	57.3	54.1		62.3	
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de USD)</i>	60.4	84.2	75.5	81.9	82.5	91.0
<i>PIBpm nominal (em Kz, variação anual em %)</i>	38.1	36.2	-5.2	20.3	26.6	18.5
<i>PIB real (variação anual em %)</i>	23.2	13.8	2.4	6.7	3.4	7.8
Sector petrolífero	20.4	12.3	-5.1	5.4	-3.0	
Outros sectores	25.7	15.0	8.2	7.5	7.7	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
2000	Dezembro		268.4	268.4	325.0
2001	Dezembro		116.1	116.1	152.6
2002	Dezembro		105.6	105.6	109.0
2003	Dezembro		76.6	76.6	98.2
2004	Dezembro		31.0	31.0	43.5
2005	Dezembro		18.5	18.5	23.0
2006	Dezembro		12.2	12.2	13.3
2007	Dezembro		11.7	11.7	12.2
2008	Dezembro		13.2	13.2	12.5
2009	Dezembro		14.0	14.0	13.7
2010	Dezembro		15.3	15.3	14.5
2009	Janeiro	0.9	0.9	13.3	12.6
	Fevereiro	1.0	2.0	13.5	12.7
	Março	0.9	2.9	13.7	12.9
	Abril	1.1	4.0	13.9	13.1
	Maio	1.0	5.0	13.8	13.2
	Junho	1.1	6.2	13.9	13.3
	Julho	1.2	7.5	14.0	13.5
	Agosto	0.9	8.4	13.8	13.5
	Setembro	0.8	9.3	13.7	13.6
	Outubro	0.9	10.3	13.6	13.6
	Novembro	1.2	11.6	13.6	13.7
	Dezembro	2.2	14.0	14.0	13.7
	<i>Dezembro (prog.)</i>			10.0	
2010	Janeiro	0.8	0.8	13.8	13.8
	Fevereiro	0.9	1.7	13.7	13.8
	Março	1.0	2.8	13.8	13.8
	Abril	1.0	3.8	13.7	13.8
	Maio	1.1	4.9	13.9	13.8
	Junho	1.0	6.0	13.7	13.8
	Julho	1.1	7.2	13.7	13.8
	Agosto	1.1	8.4	14.0	13.8
	Setembro	2.4	10.9	15.7	13.9
	Outubro	1.2	12.3	16.1	14.2
	Novembro	1.0	13.4	15.9	14.4
	Dezembro	1.6	15.3	15.3	14.5
	<i>Dezembro (prog.)</i>			13.0	15.0
2011	Janeiro	0.6	0.6	15.1	14.6
	Fevereiro	0.8	1.5	15.1	14.7
	Março	0.8	2.3	14.8	14.8
	Abril	0.9	3.2	14.6	14.8
	Maio	1.0	4.2	14.5	14.9
	<i>Dezembro (prog.)</i>			10.8	12.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.1.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD						
	2007	2008	2009	2010		2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança Corrente	10 581	7 195	-7 572	2 272	7 127	-4 320
Mercadorias	30 735	42 932	18 168	29 921	32 253	24 804
Exportações (f.o.b.)	44 396	63 914	40 828	50 956	50 595	50 154
Sector petrolífero	43 004	62 457	39 803	49 130	49 352	48 591
das quais: Petróleo bruto	42 352	61 666	39 271		48 629	47 913
Diamantes	1 182	1 210	814	1 467	976	1 238
Outras	211	247	212	359	267	325
Importações (f.o.b.)	-13 662	-20 982	-22 660	-21 035	-18 342	-25 350
das quais: Bens de capital	-4 107	-6 308	-6 620		-5 407	
Sector petrolífero	-4 508	-5 713	-4 326	-6 402		-5 596
Outras	-9 154	-15 269	-18 546	-14 633		-19 753
Serviços e rendimentos	-19 932	-35 527	-25 369	-27 449	-24 777	-28 702
Serviços (líq.)	-12 333	-21 810	-18 546	-17 227	-16 693	-19 480
Créditos	311	330	623	402	644	705
Débitos	-12 643	-22 139	-19 169	-17 629	-17 337	-20 185
dos quais: Transportes e viagens	-2 717	-3 975	-4 288		-3 118	
Construção	-2 634	-5 007	-4 676		-4 309	
Sector petrolífero	-5 448	-7 592	-7 114		-6 969	
Rendimentos (líq.)	-7 599	-13 718	-6 823	-10 222	-8 085	-9 222
dos quais: Juros da dívida pública	-579	-508	-504		-466	
Dividendos e lucros	-7 268	-13 185	-6 130		-7 437	
Transferências correntes (líq.)	-222	-210	-370	-200	-348	-422
2. Balança de Capital e Financeira	-7 455	61	2 956	1 282	-1 201	5 566
Transferências de capital (líq.)	7	13	11	0	0	0
Investimento directo estrangeiro (líq.)	-1 805	-891	2 199	778	-3 320	2 919
Empréstimos de médio e longo prazo	2 525	3 833	560	1 354	2 454	2 217
Desembolsos	6 109	5 277	4 377	4 722	5 730	5 862
Amortizações programadas	-3 585	-1 443	-3 817	-3 368	-3 276	-3 645
Outros capitais (incl. Val. em trânsito, erros e omissões)	-8 182	-2 895	186	-850	-336	430
3. Balança Global: [1 + 2]	3 126	7 256	-4 616	3 554	5 926	1 246
4. Financiamento	-3 126	-7 256	4 616	-4 265	-5 926	-1 700
Variação das Reservas oficiais (líq.) [aumento: -]	-3 019	-6 673	4 631	-3 865	-6 016	-1 700
Financiamento excepcional	-107	-583	-15	-400	91	0
5. Diferencial de Financiamento	0	0	0	-711	0	-454
<i>Para memória:</i>						
<i>Balança comercial (em percentagem do PIB)</i>	<i>50.8</i>	<i>51.0</i>	<i>24.1</i>	<i>36.6</i>	<i>39.1</i>	<i>27.2</i>
<i>Balança corrente (em percentagem do PIB)</i>	<i>17.5</i>	<i>8.5</i>	<i>-10.0</i>	<i>2.8</i>	<i>8.6</i>	<i>-4.7</i>

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.5.

DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS CAMBIAIS Em milhões de USD						
	2007	2008	2009	2010		2011
				Est.	Prog.	
1. Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	13 736	19 714	12 720			17 799
Reservas cambiais oficiais (brutas)	11 331	17 877	13 335	17 220	19 400	
2. Dívida Externa Total (incluindo Atrasados)	9 692	13 907	15 141	18 500	17 782	17 900
Comercial	5 740	8 997	8 878		10 623	
Banca	5 093	8 228	8 137		9 796	
Empresas	647	770	740		827	
Oficial bilateral	3 526	4 480	5 454		5 830	
Oficial multilateral	425	429	810		1 329	
<i>Para memória:</i>						
DLX (em % do PIB)	22.7	23.4	16.8		21.6	
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	18.7	21.2	17.7	21.0	23.5	
Dívida externa total (em % do PIB)	16.0	16.5	20.0	22.6	21.6	19.7

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.1.6.

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS Por produtos, em milhões de USD; Por países, em percentagem do total												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2001 a
											Est.	Est.
EXPORTAÇÕES TOTAIS	6 636	8 328	9 507	13 474	24 109	31 862	44 396	63 914	40 828	50 595		
Petróleo bruto	5 690	7 539	8 530	12 442	22 583	29 929	42 352	61 666	39 271	48 629		
Prod. refin. de petróleo e gás	113	106	154	178	271	554	652	792	532	722		
Diamantes	689	638	788	790	1 092	1 155	1 182	1 210	814	976		
Outros	144	45	35	64	163	225	211	247	212	267		
EXPORTAÇÕES POR DESTINO ^(a)												
África do Sul	1.1	1.0	0.4	1.3	1.5	1.8	3.9	4.1	3.2	3.1		2.9
Canadá	0.0	0.0	1.4	0.7	6.0	5.5	5.9	5.2	5.4	5.8		5.0
China	9.3	17.5	21.5	29.8	24.8	30.1	26.4	29.7	38.5	42.8		31.4
EUA	48.9	36.4	38.4	31.4	27.2	31.4	24.0	23.3	19.0	18.1		24.8
França	9.2	7.2	5.5	5.2	7.9	3.5	5.2	5.0	7.6	3.7		5.4
Índia	1.3	0.0	3.2	4.9	2.3	2.0	5.5	4.3	9.4	10.1		5.6
Portugal	1.6	0.4	1.5	0.0	0.1	0.0	1.0	0.8	0.5	1.8		0.8
Taiwan	5.0	6.8	8.1	5.6	4.0	5.2	4.2	2.5	2.9	4.8		4.1
Outros	23.6	30.7	19.9	21.1	26.1	20.5	24.0	25.1	13.5	9.8		20.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro A.II.1.7.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS Por produtos, em milhões de USD; Por países, em percentagem do total												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2005 a
											Est.	Est.
IMPORTAÇÕES TOTAIS	3 179	3 760	5 480	5 831	8 353	8 778	13 662	20 982	22 660	18 342	4 141	
das quais: SNA ^(a)					4 147	5 664	8 590	14 828	22 548	18 342	4 141	
Bens de consumo	2 174	2 193	2 928	3 305	5 101	5 229	7 898	12 109	13 271	10 746		
Bens intermédios	304	437	671	856	867	1 027	1 657	2 566	2 770	2 190		
Bens de investimento	701	1 131	1 881	1 670	2 386	2 522	4 107	6 308	6 620	5 407		
IMPORTAÇÕES POR ORIGEM												
África do Sul					9.6	8.7	6.6	5.7	3.9	4.6	4.6	5.4
Bélgica					5.7	4.8	5.0	4.5	6.4	4.3	3.8	5.2
Brasil					7.9	8.7	7.7	8.2	6.2	5.3	0.0	6.9
China					6.8	9.6	4.3	10.0	7.4	8.2	7.0	7.9
EUA					5.7	6.4	11.0	9.1	10.7	9.9	11.4	9.6
Portugal					18.3	18.5	19.3	17.7	14.0	13.8	16.1	15.9
Reino Unido					3.9	3.4	4.8	3.6	4.4	5.1	4.7	4.3
Outros					42.0	39.8	41.3	41.3	46.9	48.8	52.4	44.8

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Dados do Serviço Nacional das Alfândegas (SNA).

Quadro A.II.1.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de Kwanzas									
	2007	2008	2009			2010			2011
			Est.	Orç.	Est. g.e. ^(a)	Orç. ^(b)	Est. g.e. ^(a)	Orç.	
1. Receitas Totais	2 125	3 217	2 393	1 848	77.2	2 287	3 291	143.9	3 565
Receitas tributárias	2 053	3 070	2 333	1 704	73.0	2 171	3 100	142.8	3 387
Receitas petrolíferas	1 722	2 602	1 861	1 165	62.6	1 460	2 526	173.0	2 691
Receitas não-petrolíferas	331	468	472	539	114.2	711	574	80.7	696
Receitas não-tributárias	70	145	59	143	241.0	115	189	164.1	176
Donativos	2	2	1	1	185.7	0	2	500.0	2
2. Despesas Totais	1 600	2 654	2 842	2 363	83.2	2 480	2 613	105.4	3 164
Despesas correntes	1 068	1 761	1 713	1 620	94.6	1 733	1 995	115.1	2 353
Despesas com o pessoal	365	543	756	660	87.3	867	800	92.3	914
Bens e serviços	344	539	561	383	68.3	499	526	105.3	716
Juros da dívida	51	94	57	130	226.5	75	108	143.3	158
Internos	16	60	12	90	728.2	45	60	131.8	104
Externos	35	34	45	40	88.2	30	48	160.7	54
Transferências e subsídios	309	585	338	447	132.1	292	562	192.2	565
Despesas de investimento	531	893	1 129	743	65.8	746	618	82.8	811
3. Saldo Global (base compromissos) [1 - 2]	525	564	-449	-515		-193	678		401
4. Variação de Atrasados (líq.)	133	344	-5	267		-106	-416		-506
Internos	110	332	-5	303		-106	-416		-506
Juros externos	23	12	0	-36		0	0		0
5. Saldo Global (base caixa) [3 + 4]	658	908	-453	-248		-299	262		-105
6. Financiamento	-658	-908	453	248		299	-262		105
Financiamento Externo (líquido)	38	41	331	137		315	-13		259
Desembolsos	128	195	480	226		491	99		
Amortizações	-90	-153	-150	-88		-176	-112		
Financiamento Interno (líquido)	-696	-949	123	111		-16	-249		-154
Financiamento bancário	56	-849	0	622		0	-4		
Financiamento não-bancário	-752	-101	123	-511		-16	-245		
<i>Para memória:</i>									
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	11.3	8.9	-7.7	-8.6		-2.7	8.9		4.5
Idem, excluindo Receitas petrolíferas	-25.8	-32.3	-39.9	-28.1		-22.9	-24.4		-25.5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) OGE 2010 inicial.

Quadro A.II.1.9.

	SINTESE MONETÁRIA Em mil milhões de Kwanzas																		
	2007		2008		2009		2009/2008		2010		2010/2009		2011						
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Est.	[1]	[2]	Dez.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Mai.	Mai. 2011/2010	2011	Dez.		
Activos Externos (líquidos)	1 030	1 481	1 129	1 128	1 129	1 666	-23.8	-16.8	1 644	1 666	1 644	45.6	20.2	2 147	30.6	18.3	1 871	1 871	
<i>AEI, em mil milhões de USD</i>	13.74	19.71	12.72	12.72	12.72	17.80	-35.5		17.80	17.80	17.80	39.9		23.02	29.3				
Banco Nacional de Angola																			
Reservas internacionais líquidas	850	1 315	1 128	1 128	1 128	1 545	-14.2	-8.9	1 605	1 545	1 605	42.3	18.7	1 880	17.1	10.0	1 706	1 706	
Reservas brutas	850	1 343	1 183	1 183	1 183	1 792	-11.9	-7.6	1 792	1 792	1 792	51.4	23.9	2 083	16.2	10.6			
<i>RB, em mil milhões de USD</i>	11.33	17.88	13.34	13.34	13.34	17.22	-25.4		19.40	17.22	19.40	45.5		22.33	15.1				
Responsabilidades de curto prazo	0	-28	-55	-55	-55	-186	98.4	-1.3	-186	-186	-186	238.1	-5.2	-203	8.9	-0.6			
Outros activos externos (líquidos)	-1	-1	-2	-2	-2	-161	-18.9	0.0	-161	-161	-161	-10162.7	-6.3	-161	0.4	0.0	-2	-2	
Bancos Comerciais	182	166	1	1	1	39	-99.7	-7.9	39	122	39	6641.7	1.5	268	593.0	8.3	167	167	
Activos Internos (líquidos)	-2	616	1 419	1 419	1 419	1 551	130.3	38.3	1 101	1 551	1 101	-22.4	-12.5	763	-30.7	-12.3	1 888	1 888	
Crédito Interno (líquido)	96	594	1 728	1 728	1 728	1 896	190.8	54.1	1 757	1 896	1 757	1.6	1.1	1 651	-6.0	-3.8	2 397	2 397	
Crédito ao SPA (líquido)	-418	-263	396	396	396	268	250.3	31.4	78	268	78	-80.3	-12.5	-171	-319.6	-9.1	67	67	
Crédito à economia	514	858	1 332	1 332	1 332	1 627	55.4	22.6	1 678	1 627	1 678	28.0	13.6	1 823	8.6	5.2	2 330	2 330	
Outros activos internos (líquidos)	-98	22	-309	-309	-309	-345	-1509.2	-15.8	-655	-345	-655	-111.9	-13.6	-888	-35.6	-8.5	-509	-509	
Activos Totais	1 029	2 097	2 548	2 548	2 548	3 217	21.5	21.5	2 745	3 217	2 745	7.7	7.7	2 910	6.0	6.0	3 760	3 760	
Massa Monetária (M3)	1 029	2 097	2 548	2 548	2 548	3 217	21.5	21.5	2 745	3 217	2 745	7.7	7.7	2 910	6.0	6.0	3 760	3 760	
Moeda e Quase-Moeda (M2)	855	1 417	2 304	2 304	2 304	2 786	62.6		2 608	2 786	2 608	13.2		2 747	5.3		3 459	3 459	
Moeda	711	1 235	1 635	1 635	1 635	2 054	32.4		1 685	2 054	1 685	3.0		1 592	-5.5		2 322	2 322	
Circulação Monetária	88	126	170	170	170	206	34.6		173	206	173	1.9		133	-23.0		164	164	
Depósitos à ordem	624	1 109	1 466	1 466	1 466	1 848	32.2		1 512	1 848	1 512	3.2		1 459	-3.5		2 158	2 158	
em moeda nacional	228	511	609	609	609	718	19.3		718	718	718	17.8		709	-1.1				
em moeda estrangeira	395	598	857	857	857	795	43.2		795	795	795	-7.2		750	-5.7				
Quase-Moeda	144	182	669	669	669	731	266.5		923	731	923	38.1		1 155	25.1		1 137	1 137	
Depósitos a prazo em moeda nacional	40	42	260	260	260	417	514.9		417	417	417	60.6		456	9.3				
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	104	140	409	409	409	506	191.6		506	506	506	23.7		699	38.2				
Acordos de recompra	174	680	244	244	244	137	-64.1		137	431	137	-43.8		163	18.7		301	301	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.1.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem									
	2006	2007	2008	2009	2010	2010	2010	2011	2011
	Dez	Dez	Dez	Dez	Jun	Set	Dez	Mar	Abr
Taxas de Depósitos									
(em Moeda Nacional)									
Depósitos à ordem	2.76	3.02	2.95	2.56	2.55	2.63	0.09	0.10	2.97
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	3.76	7.43	8.67	12.06	14.77	12.11	7.64	7.46	7.48
91-180 dias	2.82	7.79	12.54	12.59	14.31	12.99	9.94	9.44	10.79
181-365 dias	3.24	7.26	7.51	11.62	14.69	11.26	10.97	9.40	9.72
Mais de 1 ano	9.00	6.36	5.81	4.62	6.17	9.59	11.03	7.18	8.62
(em Moeda Estrangeira)									
Depósitos à ordem	0.64	0.79	0.18	0.95	0.86	1.34	0.01	0.14	0.12
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	3.01	5.25	4.72	4.05	4.87	4.87	2.38	2.48	2.54
91-180 dias	3.58	4.27	4.84	4.91	5.45	8.90	3.10	3.74	3.62
181-365 dias	4.02	3.55	4.10	5.78	6.08	5.85	4.45	3.99	4.39
Mais de 1 ano	6.05	2.55	5.14	5.95	5.90	3.08	7.57	7.58	4.50
Taxas de Crédito									
(em Moeda Nacional)									
Até 180 dias	15.32	13.94	11.98	15.62	25.92	22.88	20.63	21.62	18.23
181-365 dias	8.86	10.62	10.71	19.39	20.22	15.34	21.62	19.93	16.97
Mais de 1 ano	14.91	8.72	10.52	19.02	20.65	20.45	20.95	25.68	25.48
(em Moeda Estrangeira)									
Até 180 dias	8.11	8.66	9.14	11.32	13.11	12.81	15.50	18.15	9.63
181-365 dias	8.86	8.67	8.11	9.90	11.83	9.98	11.46	8.86	10.72
Mais de 1 ano	8.97	8.36	7.84	8.57	8.95	9.31	9.90	9.69	11.89
Taxa de Redesconto do BNA	14.00	19.57	19.57	30.00	30.00	30.00	25.00	25.00	20.00
Títulos do Banco Central									
a 14 dias		12.92					7.00		
a 28 dias		12.84	13.86	20.04	15.00	14.99	8.50	7.18	7.25
a 63 dias		14.65	14.09	20.56	16.50	16.49	9.99	8.62	8.72
a 91 dias	6.33	14.99	14.59	23.28	17.81	18.00			
a 182 dias	7.36	14.99	14.89	20.88	18.78	18.98			
a 364 dias	9.53	15.00	14.94		20.76	20.95			
Bilhetes do Tesouro									
a 63 dias				21.44				10.00	10.00
a 91 dias			14.59				10.82	10.59	10.73
a 182 dias			14.89	23.28			11.55	14.92	12.41
a 364 dias							13.69		
Obrigações do Tesouro ^(a)									
a 1 ano				4.46					
a 2 anos				4.96					
a 3 anos	5.28	4.74	2.32	5.46			7.00		7.00
a 4 anos							7.00		
a 5 anos							7.00		7.75
<i>Para memória:</i>									
Inflação (t.v. homóloga anual)	12.24	11.74	13.18	14.00	13.74	15.72	15.30	14.76	14.63

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) OT emitidas em kwanzas mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOK.

Quadro A.II.1.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias				
	EUR / AOK	USD / AOK ^(a)	ITCE ^{(b) (c)}	
			Nominal	Real
2000	9.15	10.04	100.00	100.00
2001	19.77	22.02	45.70	113.30
2002	41.65	43.70	22.84	117.54
2003	84.26	74.61	13.06	130.77
2004	103.75	83.44	11.48	159.98
2005	109.19	87.16	10.89	182.21
2006	100.85	80.37	11.70	216.75
2007	105.00	76.71	11.84	237.52
2008	110.31	75.03	11.47	247.56
2009	110.61	79.30	10.82	266.87
2010	121.59	91.91	9.42	259.79
2009 Janeiro	100.60	75.14	11.48	269.62
Fevereiro	96.32	75.35	11.59	274.97
Março	98.63	75.58	11.52	275.98
Abril	101.64	76.96	11.28	272.11
Maio	105.94	77.81	11.12	270.04
Junho	109.09	77.81	11.06	271.53
Julho	109.48	77.81	11.06	272.81
Agosto	110.97	77.81	11.03	274.63
Setembro	113.08	77.81	11.01	277.19
Outubro	125.13	84.48	10.10	256.12
Novembro	128.47	86.28	9.89	252.70
Dezembro	127.98	88.75	9.29	243.01
2010 Janeiro	128.34	89.79	9.55	250.69
Fevereiro	123.42	90.27	9.57	253.28
Março	123.95	91.29	9.47	252.67
Abril	123.87	93.68	9.32	250.00
Maio	114.34	92.77	9.55	257.73
Junho	113.20	92.57	9.48	259.67
Julho	118.00	92.57	9.41	258.01
Agosto	118.83	92.03	9.44	261.73
Setembro	118.30	90.99	9.53	271.42
Outubro	128.04	92.29	9.24	264.76
Novembro	126.75	92.28	9.22	264.88
Dezembro	122.07	92.35	9.29	271.79
2011 Janeiro	120.00	92.95	9.38	274.38
Fevereiro	127.33	93.25	9.11	267.93
Março	126.27	93.27	9.25	272.45
Abril	134.45	93.27	9.00	265.71
Maio	134.08	93.28	8.97	
Junho	134.19	93.29	8.96	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: **(a)** Taxa de referência do BNA, correspondente (desde Maio de 1999) à taxa média do mercado cambial interbancário; **(b)** Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE, nominal e real), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/09; **(c)** Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do Kwanza.

CABO VERDE



ÁREA: 4 033 KM²

CAPITAL: Cidade da Praia

POPULAÇÃO: 492 milhares (2010)

MOEDA: Escudo CV

A implementação de um avultado programa de investimento público dinamizou a actividade económica em 2010, sem pressões inflacionistas significativas, mas levou, simultaneamente, ao aumento do défice orçamental e do endividamento externo.

Por outro lado, o bom comportamento das exportações de serviços (turismo e transportes aéreos) possibilitou uma melhoria da balança de pagamentos e um reforço das reservas externas.

II.2.1. SÍNTESE

A implementação de um avultado programa de investimento público (PIP), como forma de resposta aos efeitos da crise internacional, marcou a economia cabo-verdiana em 2010 e será igualmente determinante em 2011. A execução do PIP, dedicado sobretudo a infra-estruturas e financiado principalmente com fundos externos, tem como consequência directa défices orçamentais elevados (10.9% do PIB em 2010, apontando o Orçamento do Estado para 10.3% em 2011) e o crescimento do stock de dívida externa (que ultrapassou 50% do PIB no final de 2010).

Quadro II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
			Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	6.2	3.6	5.4	5.6
Inflação (t.v. média)	6.8	1.0	2.1	5.2
(t.v. homóloga)	6.7	-0.4	3.4	6.4
Massa monetária (t.v.)	7.9	3.3	4.7	10.9
Balança Corrente (% PIB)	-15.5	-15.2	-11.4	-10.5
Reservas Oficiais (meses imp.)	4.0	4.2	4.2	4.2
Saldo orçamental (% PIB)	-2.5	-6.2	-10.9	-10.3
Dívida pública (% PIB)	74.3	76.7	83.5	--
Externa	43.6	46.2	53.5	--
Interna	30.7	30.5	30.0	--
dq: TCMF ^(a)	9.6	9.0	8.4	--

Fontes: FMI, BCV, Ministério das Finanças e INE de Cabo Verde.

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

As estimativas disponíveis apontam para uma efectiva dinamização da actividade económica, com base no sector da construção e na recuperação do turismo e dos transportes, com o crescimento real a elevar-se acima de 5% em 2010 e 2011. O bom comportamento das exportações de serviços, aliado a um aumento das transferências correntes externas, resultou numa redução do défice da balança corrente para 11.4% do PIB, em 2010. Esta melhoria, conjugada com maiores desembolsos de empréstimos externos públicos, possibilitou o reforço das reservas externas em cerca de EUR 20 milhões, garantindo 4.2 meses de cobertura das importações de bens e serviços.

Perante pressões inflacionistas pouco expressivas, ainda que a inflação registe uma tendência de subida desde o segundo trimestre de 2010, a política monetária revelou-se algo acomodaticia, não se tendo registado alterações nos seus instrumentos, com o crédito à economia a crescer 9.3% em 2010.

A programação efectuada para 2011 assenta na dinâmica imprimida pela implementação do PIP e pelo contínuo fortalecimento do sector do turismo, apontando para um crescimento económico ligeiramente superior ao de 2010, para a melhoria do défice corrente externo e para a manutenção de um défice orçamental elevado. Contudo, os primeiros meses do corrente ano evidenciaram um cenário menos positivo, sobretudo nas contas externas. O aumento das saídas de fundos (relativas a importações, rendimentos de investimentos externos e amortização da dívida externa por parte dos sectores bancário e empresarial), conjugado com menores entradas (principalmente investimento directo) resultaram numa rápida deterioração das reservas externas do Banco de Cabo Verde (BCV). Até ao fim de Maio, estas reduziram-se em quase EUR 50 milhões, passando a cobrir apenas 3.3 meses das importações de bens e serviços previstas.

Paralelamente, o Estado, face a necessidades de tesouraria relacionadas com contrapartidas nacionais para os projectos do PIP, procedeu a emissões de Obrigações do Tesouro (tomadas pelo sistema não

bancário) e utilizou parte dos depósitos junto do banco central. Cabo Verde não cumpriu assim duas das metas quantitativas estabelecidas para Março, no âmbito do programa de 15 meses acordado com o FMI em 2010 ao abrigo do *Policy Support Instrument (PSI)*¹, relativas aos limites máximo para os activos internos líquidos do BCV e mínimo para as reservas externas.

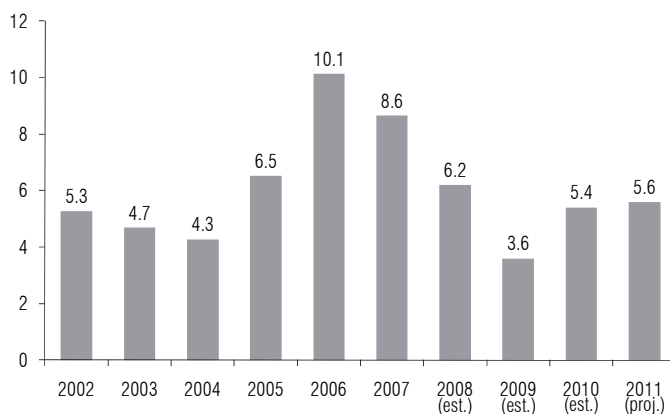
Apesar da pressão sobre o endividamento público exercida pela execução do PIP, a análise de sustentabilidade da dívida, levada a cabo pelo FMI com a colaboração do Banco Mundial em Novembro de 2010, não apresenta alterações face às conclusões do correspondente exercício de 2009. Contudo, o valor actualizado da dívida externa em percentagem do PIB aproxima-se do limite de referência em 2012, ultrapassando-o em metade dos testes efectuados. A boa resposta dos outros indicadores, incluindo os relativos ao serviço de dívida, indicia boa capacidade de cumprimento das obrigações com a dívida. De entre os pressupostos considerados, incluem-se: (i) desacelerar o endividamento externo a partir de 2012, inclusive; (ii) aumentar a arrecadação de receitas públicas no médio prazo e conter as despesas; e, (iii) a retoma da actividade económica. São ainda referidas, naquele exercício, a importância de manter as características concessionais e prazos longos dos novos empréstimos, bem como um baixo nível de endividamento interno, permitindo a acumulação de reservas externas e reforçando a credibilidade do regime cambial.

II.2.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

A expansão económica cabo-verdiana inverteu, em 2010, a tendência de abrandamento registada entre 2006 e 2009. As estimativas mais recentes apontam para que no ano findo a actividade económica tenha evidenciado um aumento de 5.4%, em termos reais, acima dos 3.6% verificados em 2009.

Gráfico II.2.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI.

Esta maior dinâmica repercutiu o impacto directo do programa de investimento público sobre a construção, dada a predominância de projectos relativos a infra-estruturas (portuárias, rodoviárias e de produção de energia e água). No entanto, contou igualmente com o bom desempenho dos sectores do turismo e dos transportes, nomeadamente aéreos, traduzindo o crescimento da procura turística e a crescente utilização dos aeroportos internacionais do país.

¹ Cabo Verde cumpriu favoravelmente em 2010 um programa apoiado pelo FMI através do *Policy Support Instrument*, iniciado em 2006 e a vigorar por um período de 3 anos, posteriormente estendido por mais um. Com a existência de eleições legislativas no primeiro trimestre de 2011, as autoridades cabo-verdianas, no final de Novembro de 2010, optaram por celebrar um novo acordo ao abrigo do PSI, desta feita por um período mais curto (15 meses), de forma a deixar ao próximo governo a possibilidade de ponderar a forma de relacionamento com aquela instituição.

A procura interna constituiu-se como determinante para esta aceleração do crescimento real do produto em 2010, com a recuperação da dinâmica do consumo privado e o reforço do investimento público. Por seu lado, a evolução positiva das exportações quer de bens quer de serviços não foi suficiente para compensar o incremento das importações (sobretudo de bens, traduzindo o efeito da subida do investimento mas também do consumo privado), pelo que as exportações líquidas terão registado um contributo negativo no ano transacto.

As projecções disponíveis para 2011, apontam para um novo aumento do ritmo de crescimento da actividade económica, ainda que ligeiro, devendo atingir 5.6%. A dinamização deverá ficar a cargo tanto do investimento e consumo público como do contínuo reforço da procura turística dirigida a Cabo Verde, na sequência da instabilidade política ainda registada em muitos dos destinos turísticos tradicionais no Norte de África.

Gráfico II.2.2.

INFLAÇÃO | Variação mensal do IPC, em percentagem

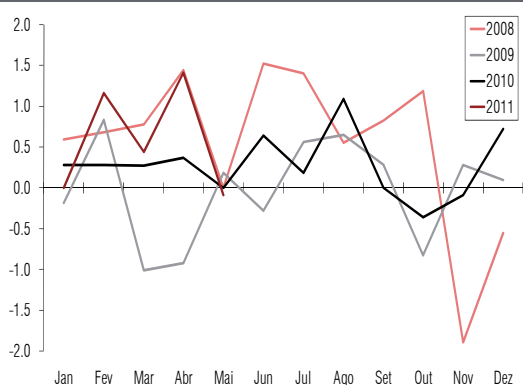
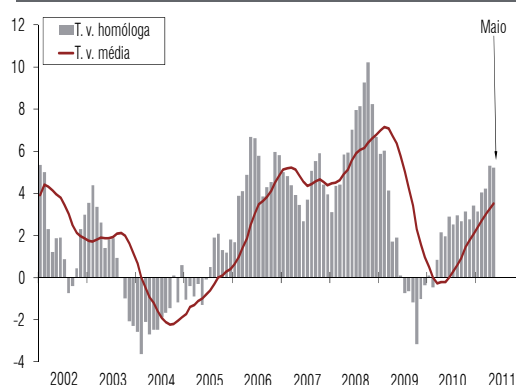


Gráfico II.2.3.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.

Embora mantendo níveis pouco elevados, a inflação registou uma evolução ascendente a partir do segundo trimestre de 2010, tendo fechado o ano em 2.1%, em termos médios. O andamento da inflação foi pressionado pelo comportamento dos preços internacionais dos produtos alimentares e da energia, traduzindo-se principalmente na subida dos preços internos das classes bens alimentares e bebidas não alcoólicas, combustíveis e de alguns serviços, nomeadamente transportes.

A trajectória crescente mantém-se em 2011, para a qual contribuíram adicionalmente as actualizações dos preços internos dos combustíveis e de alguns bens de primeira necessidade, com a inflação média a atingir 3.5% no final de Maio. As previsões efectuadas para o resto do ano antecipam uma evolução com um perfil semelhante ao de 2008, subindo até ao último trimestre do ano, altura em que deverá inverter a tendência. Tendo em conta o maior nível de produção interna de bens alimentares frescos, espera-se que o impacto das subidas dos preços internacionais seja mais limitado do que em 2008, devendo a inflação média terminar perto dos 5% em 2011.

II.2.3. CONTAS EXTERNAS

As contas externas cabo-verdianas evidenciaram uma melhoria em 2010, com o défice corrente a reduzir-se 3.8 p.p. face ao ano anterior, para 11.4% do PIB. Esta diminuição esteve sobretudo associada à evolução positiva das exportações de serviços e das transferências correntes.

O bom comportamento das receitas do turismo e dos transportes (que cresceram 6% e 34%, respectivamente) decorreu do aumento da procura turística e da actividade registada nos aeroportos

internacionais do país, com reflexo no crescimento do excedente da balança de serviços para 13.6% do PIB. As transferências correntes reforçaram igualmente a sua importância, elevando-se a 20.8% do PIB, conjugando o acréscimo verificado na ajuda orçamental com alguma subida das remessas de emigrantes, sobretudo das comunidades residentes nos EUA, em França e em Portugal.

Quadro II.2.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-15.5	-15.2	-11.4	-10.5
Balança Comercial	-48.1	-42.6	-41.5	-40.1
Exportações	7.3	5.8	8.3	8.8
Importações	-55.4	-48.5	-49.8	-48.9
Balança Serviços	15.5	10.5	13.6	15.0
dq: Receitas Turismo	21.3	16.9	16.7	16.7
Balança Rendimentos	-3.0	-2.7	-4.2	-3.9
Transferências Unilat.	20.1	19.6	20.8	18.6
dq: Remessas Emig.	8.8	8.1	7.6	7.5
Bal. Capitais e Financ.	20.5	15.9	16.7	11.6
Balança Capitais	1.8	2.9	2.4	1.5
Balança Financeira	18.7	13.0	14.3	10.1
Erros e Omissões	-3.4	-1.7	-4.2	0.0
Balança Global	1.6	-1.0	1.2	1.2

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde.

A dinamização da actividade económica e a subida dos preços internacionais impulsionaram as importações (+11% em relação ao ano anterior). No entanto, a boa prestação das exportações de bens (+53%), sobretudo reexportações mas também de produtos do mar, mitigou aquele efeito. O défice comercial cresceu assim apenas 5% em termos nominais, apresentando uma ligeira melhoria em termos relativos (de -42.6% do PIB em 2009 para -41.5% no ano findo).

Gráfico II.2.4.

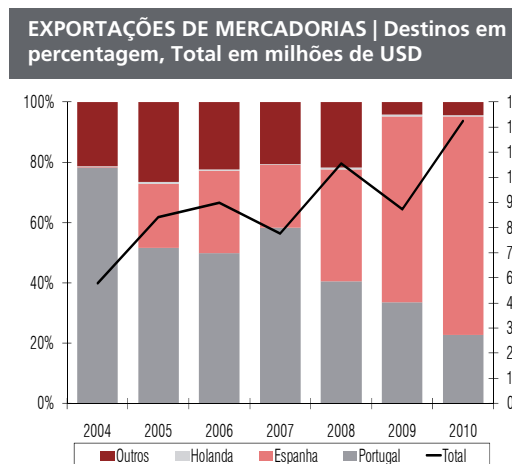
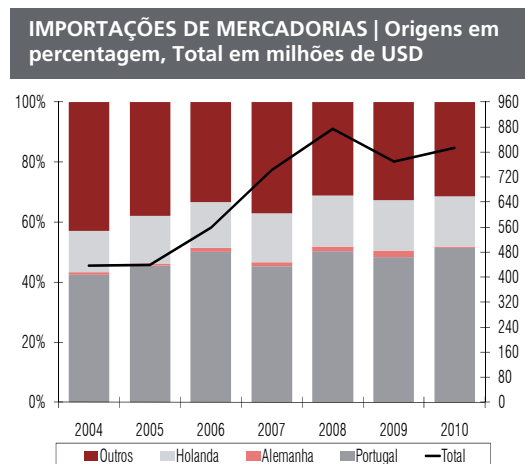


Gráfico II.2.5.



Fontes: Banco de Cabo Verde.

Tal como nos últimos anos, o contínuo acréscimo das saídas de rendimentos de investimentos directos estrangeiros determinou o aumento do défice da balança de rendimentos em 2010, passando a representar 4.2% do PIB. Registou-se ainda, no ano em apreço, um aumento do montante de juros

pagos pela dívida externa pública, bem como pelos bancos comerciais, para além de uma redução dos juros recebidos pelo BCV das suas aplicações no exterior.

O acréscimo do endividamento externo por parte do Estado, como forma de financiamento do PIP, impulsionou o reforço da conta de capitais e de operações financeiras em 13% face a 2009. A duplicação dos desembolsos públicos externos mais que compensou o menor investimento directo do exterior, a ausência de investimento de carteira e a maior amortização de dívida externa por parte dos sectores empresarial e bancário.

A melhoria do défice corrente e o aumento do excedente da conta de capital e de operações financeiras permitiram a obtenção de um saldo global positivo em 2010, o que possibilitou uma acumulação de reservas externas por parte do banco central, em quase EUR 20 milhões, garantindo 4.2 meses das importações de bens e serviços do ano (3.7 meses das importações projectadas para 2011).

A projecção efectuada para 2011 aponta para uma nova redução do défice corrente externo, estimado em 10.5% do PIB. Para tal deverá concorrer sobretudo o reforço do excedente de serviços (turismo e transportes), embora se espere uma diminuição das transferências correntes, maioritariamente privadas (com excepção das remessas de emigrantes). Apesar de inferior ao de 2010, o excedente da conta de capital e de operações financeiras permitirá financiar o défice corrente e acumular cerca de EUR 16 milhões de reservas externas, garantindo 4.2 meses das importações de bens e serviços.

No entanto, os valores do primeiro trimestre denotam uma evolução diversa da projectada, com uma redução acentuada das reservas externas como repercussão dos aumentos das saídas de fundos relativas ao maior volume de importações, de rendimentos de investimentos externos e de amortização da dívida externa por parte dos bancos e das empresas. A entrada de alguma ajuda orçamental, inicialmente prevista para o primeiro semestre e entretanto adiada, deverá contribuir para reverter esta tendência durante a segunda metade do ano.

II.2.4. FINANÇAS PÚBLICAS

A expansão do programa de investimento público, efectuada com o intuito de promover a criação de emprego e o crescimento da economia, em resposta aos impactos da crise internacional, teve uma repercussão directa nas contas públicas em 2010. Tal como programado, as acrescidas despesas de investimento acarretaram o aumento do défice orçamental para 10.9% do PIB (6.2% em 2009), ainda assim aquém dos valores orçamentados (13.8%).

Quadro II.2.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	32.6	29.8	28.4	29.4
Receitas correntes	27.3	23.8	22.0	23.5
Receitas de capital	0.1	0.0	0.0	0.2
Donativos	4.8	6.0	6.4	5.7
Transferências de EP	0.4	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	35.1	36.0	39.4	39.7
Despesas correntes	21.2	21.5	20.3	21.2
Juros da dívida prog.	1.1	1.0	1.1	1.0
Desp. de capital	14.0	14.6	19.0	18.4
Saldo corrente	6.1	2.3	1.7	2.2
Saldo global	-2.5	-6.2	-10.9	-10.3

Fontes: FMI e Ministério das Finanças de Cabo Verde.

Apesar de registarem um aumento em termos nominais, as despesas correntes evidenciaram uma diminuição em termos relativos, representando 20.3% do PIB no final de 2010 (-1.2 p.p. que em 2009). Esta evolução foi comum às principais classes de despesa, com excepção dos juros pagos, que aumentaram o seu peso no produto em 0.1 p.p., repercutindo encargos acrescidos com a dívida interna (relativos à colocação de títulos para financiamento do orçamento) e com a dívida externa (decorrentes de novos empréstimos e da apreciação do USD).

Gráfico II.2.6.

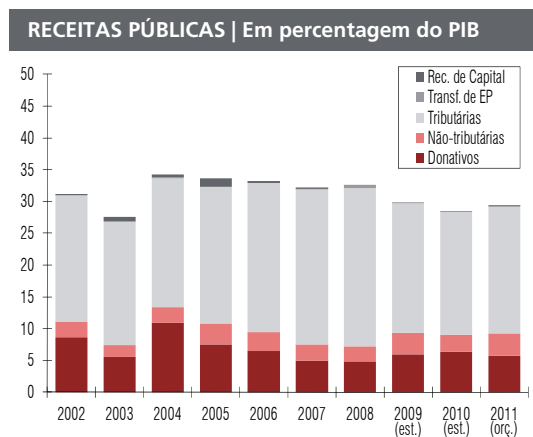
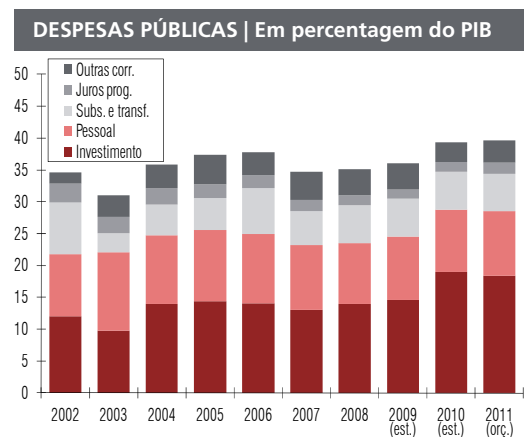


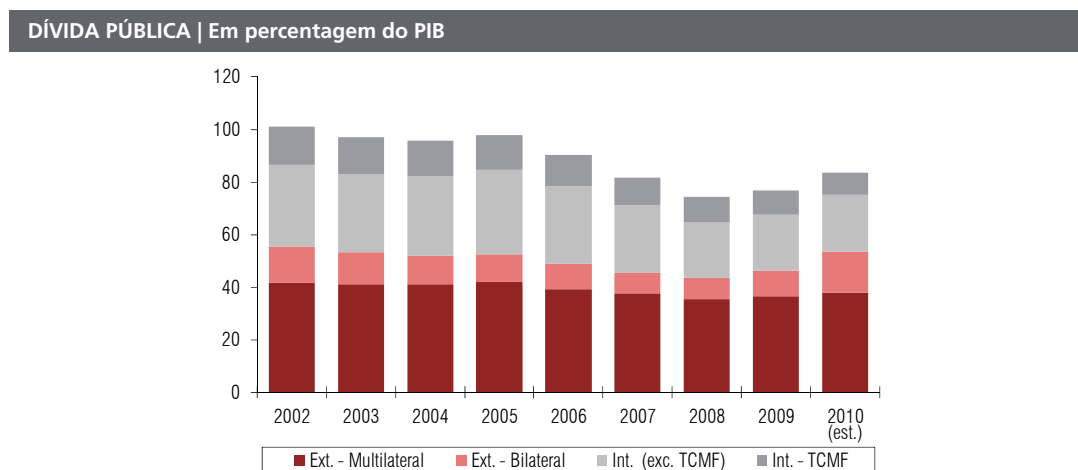
Gráfico II.2.7.



Fontes: Ministério das Finanças de Cabo Verde e FMI.

Ainda que contando com o reforço dos donativos, as receitas totais denotaram igualmente uma redução em termos relativos, passando a representar 28.9% do PIB (-1.4 p.p. que em 2009). Para tal contribuíram não só as receitas tributárias, com menores arrecadações de imposto sobre o rendimento (pessoas colectivas) e de imposto de selo (ainda reflexo da adopção do novo Código do Selos), como não tributárias, sobretudo na colecta de taxas e preços públicos e rendimentos de propriedade e financeiros.

Gráfico II.2.8.



Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde e FMI.

Como resultado da estrutura de financiamento adoptada para o programa de investimento público, o défice orçamental de 2010 foi principalmente suportado pela componente externa, cujos desembolsos duplicaram relativamente ao ano anterior, elevando a dívida externa acima dos 50% do PIB. Registou-se igualmente algum acesso ao mercado interno, através da colocação de Obrigações do Tesouro, tomadas sobretudo pelo sector não bancário.

O orçamento de 2011, elaborado já no decorrer do ano face à realização de eleições legislativas no primeiro trimestre do ano, aponta para um défice orçamental de nível semelhante ao de 2010, prevendo-se que atinja 10.3% do PIB. As grandes linhas deste orçamento vão no sentido de manter o esforço no investimento público, conciliando alguma pressão sobre as despesas correntes com o bom comportamento das receitas correntes, sobretudo fiscais, decorrentes principalmente da previsão de um maior volume de importações (traduzido principalmente em arrecadações de IVA, impostos sobre o rendimento e impostos sobre transacções internacionais).

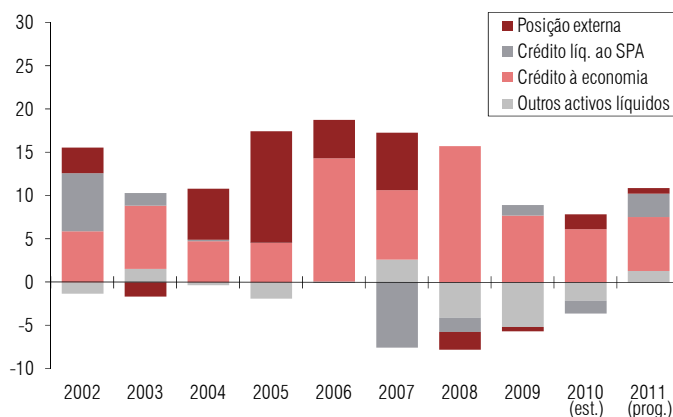
II.2.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

Após o abrandamento de 2009, a massa monetária evidenciou alguma aceleração no ano findo, em consonância com a maior dinamização evidenciada pela actividade económica. A expansão monetária atingiu 4.7% no final de 2010 (3.3% em 2009), conjugando o reforço das disponibilidades líquidas sobre o exterior do Banco de Cabo Verde (impacto expansionista de 2.1 p.p.) e o contínuo crescimento do crédito ao sector privado (impacto de 6.6 p.p., no entanto em ritmo inferior ao do ano anterior). O crédito a particulares manteve-se como dominante em 2010 (maioritariamente habitação), representando 54% do total e sendo responsável por mais de metade do crescimento evidenciado pelo crédito ao sector privado.

De realçar ainda a diminuição do crédito líquido ao sector público administrativo (SPA) em 2010, com um impacto contraccionista de 1.5 p.p., decorrente principalmente do incremento registado nos depósitos do Estado junto do sector bancário.

Gráfico II.2.9.

FACTORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do stock inicial da massa monetária



Fontes: Banco de Cabo Verde e FMI.

Num contexto de pressões inflacionistas pouco significativas ao longo de 2010, o BCV incidiu a sua actuação principalmente visando a estabilização das entradas de capitais do exterior, com o intuito de defesa do regime cambial, no contexto das metas fixadas no programa assinado com o FMI ao abrigo do PSI. Após uma redução efectuada no início do ano, o banco central manteve a sua taxa de referência inalterada durante 2010 (em 4.25%), acima da respectiva Euribor (apesar da subida gradual que esta taxa evidenciou), procurando induzir a procura de depósitos de emigrantes. Simultaneamente, o banco central conservou o coeficiente de reservas de caixa a nível elevado (16%), sem remuneração associada.

Face à tendência para a diminuição dos montantes vivos de Bilhetes do Tesouro, a gestão da liquidez recaiu sobre os instrumentos do banco central, através de emissões de Títulos de Intervenção Monetária

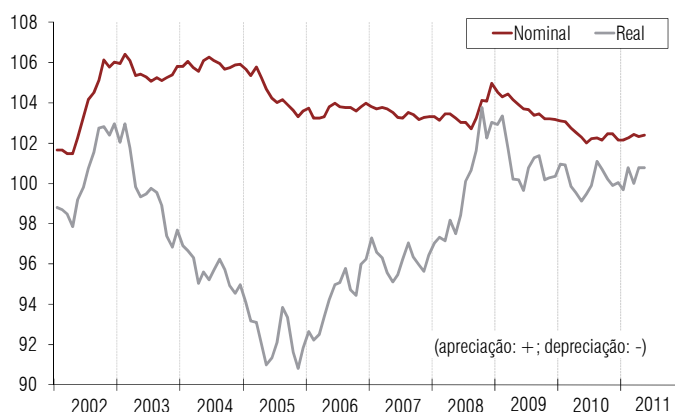
(TIM) e sobretudo de Títulos de Regularização Monetária (TRM), para além da disponibilização de facilidades permanentes de cedência e absorção. O mercado monetário interbancário registou uma maior frequência de operações, sobretudo entre Maio e Outubro de 2010, com taxas que rondaram os 6%, a qual poderá ter estado associada à entrada de novos bancos no sistema a partir de meados do ano.

A programação monetária para 2011 aponta para uma aceleração do ritmo de expansão da massa monetária (para 10.9%), conjugando a manutenção da dinâmica do crédito à economia com alguma acumulação de reservas externas, englobando ainda o recurso do Estado ao financiamento junto do sector bancário.

Note-se que os primeiros meses de 2011 têm mostrado uma evolução algo diversa da prevista, com a quebra das reservas externas do BCV e o forte aumento do crédito líquido ao SPA. Cabo Verde acabou por não cumprir deste modo duas das metas quantitativas do PSI traçadas para o primeiro trimestre, com os valores conhecidos a denotarem uma diminuição acelerada das reservas (em cerca de EUR 50 milhões até Maio) e um montante de crédito ao SPA superior ao programado.

Gráfico II.4.10.

TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA | Índices base 100: 2000, Médias mensais



Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

A estrutura dos meios de pagamento mantém a tendência de evolução dos últimos anos, com a modernização do sistema bancário a reflectir-se na redução do peso da circulação (7.8% do total em 2010, face a 7.9% no final do ano anterior, caindo em Maio de 2011 para 6.7%). Respondendo a algum aumento das taxas passivas dos bancos para os prazos mais longos, os depósitos de emigrantes têm denotado ritmos crescentes de crescimento em termos homólogos, registando taxas superiores a 6% desde Junho de 2010 (em 2009 rondaram 4%).

Destaque-se ainda o início da publicação do Relatório de Estabilidade Financeira pelo BCV, através do qual se pretende efectuar uma avaliação abrangente dos riscos que pendem sobre o sector financeiro. Este relatório identifica como principal vulnerabilidade a elevada exposição creditícia aos sectores imobiliário e do turismo. Contudo, os indicadores de solidez financeira apresentam uma imagem favorável do sector, com o crescimento dos rácios de adequação dos fundos próprios e a manutenção de uma boa qualidade dos activos com níveis relativamente baixos de crédito mal parado e provisões elevadas.

Quadro A.II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
Unidades	2007	2008	2009	2010		2011		
			Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	
PRODUTO E PREÇOS								
PIB p.m.	milhões de EUR	973	1079	1143	1218	1235	1358	
	t. var. real	8.6	6.2	3.6	4.1	5.4	5.6	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	4.0	6.7	-0.4	2.2	3.4	6.4	5.2 <i>Mai.</i>
	t. var. média	4.4	6.8	1.0	1.5	2.1	5.2	3.5 <i>Mai.</i>
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% PIB	32.2	32.6	29.8	32.3	28.4	29.4	
Donativos	% PIB	5.0	4.8	6.0	6.3	6.4	5.7	
Despesas totais	% PIB	34.7	35.1	36.0	46.1	39.4	39.7	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-2.4	-2.5	-6.2	-13.8	-10.9	-10.3	
Sem donativos	% PIB	-7.4	-7.4	-12.2	-20.1	-17.3	-16.0	
Dívida interna	% PIB	36.4	30.7	30.5		30.0		
dq: TCMF ^(a)	% PIB	10.6	9.6	9.0		8.4		
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	-25.5	-8.1	7.0	3.7	-8.2	17.0	
Crédito à economia	t. var. anual	15.5	28.7	11.8	8.7	9.3	8.5	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	9.7	7.9	3.3	6.7	4.7	10.9	
TAXAS DE JURO ^(b)								
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4.16	4.15	4.14		4.53	4.51 <i>Abr.</i>	
Redesconto	taxa anual	8.50	7.50	7.50		7.50	7.50 <i>Abr.</i>	
Cedência de liquidez	taxa anual	7.50	8.25	8.25		7.25	7.25 <i>Abr.</i>	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual		3.40	3.59		4.00	4.00 <i>Abr.</i>	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	-15.3	41.3	-19.1	10.7	45.5	21.2	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	32.7	17.9	-12.0	9.2	5.8	11.7	
Balança corrente	% PIB	-14.7	-15.5	-15.2	-18.5	-11.4	-10.5	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-19.8	-22.0	-20.8	-25.7	-17.8	-16.1	
Balança corrente e de capital	% PIB	-12.7	-13.7	-12.3	-16.3	-8.9	-8.9	
Reservas oficiais	meses import. ^(d)	4.1	4.0	4.2	4.0	4.2	4.2	3.3 <i>Mai.</i>
DÍVIDA EXTERNA								
Valor total	milhões de EUR	441.3	470.5	527.9		660.4		
	% PIB	45.4	43.6	46.2		53.5		
	% exportações ^(d)	105.9	97.2	127.0		134.0		
Serviço da dívida	% exportações ^(d)	5.1	3.9	5.4		4.6		
TAXAS DE CÂMBIO (médias)								
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 <i>Mai.</i>
Nominal CVE/USD	t. média	80.6	75.3	79.4	83.0	83.3	80.5	77.3 <i>Mai.</i>
ITCE nominal (base 100: 2000) ^(c)	t. var. anual	-0.2	0.0	0.3		-1.3		0.3 <i>Mai. ^(e)</i>
ITCE real (base 100: 2000) ^(c)	t. var. anual	1.9	3.7	1.3		-0.9		0.7 <i>Mai. ^(e)</i>

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); (c) Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005/09 (valorização: +; desvalorização: -); (d) Importações e exportações de bens e serviços; (e) Variação face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.2.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em milhões de CVE					
	2007	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Est.	Proj.
Sector primário	7722	7481	11809		
Agricultura, pecuária e silvicultura	6702	6580	10776		
Pesca	1020	902	1034		
Sector secundário	16803	19296	21544		
Indústria e energia	6685	7969	9919		
Construção	10118	11327	11625		
Sector terciário	74810	75413	84797		
Comércio	20034	20029	22196		
Hotéis e restaurantes	4599	4684	5656		
Transportes e comunicações	22360	22512	23842		
Banca e seguros	5399	6113	7675		
Habitação	6145	6336	7195		
Administração pública	13134	12549	14660		
Outros serviços	3138	3189	3574		
Serviços bancários ^(a)	-4741	-5292	-6009		
Impostos sobre importações	12658	13369	13945		
PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)	107252	118949	126086	136173	149791
Consumo	105657	113195	127687	136639	149457
Público	21573	16689	19152	19527	22644
Privado	84084	96506	108536	117112	126814
Investimento	50385	55430	49678	51882	54823
Formação bruta de capital fixo	49812	55430	49678	51882	54823
Variação de existências	573	0	0	0	0
Procura interna	156042	168625	177365	188521	204281
Exportações de bens e serviços	22250	25852	22203	26331	29563
Procura global	178292	194478	199569	214852	233843
Importações de bens e serviços	71040	75528	73483	78679	84053
<i>Para memória:</i>					
Poupança interna bruta	1595	5755	-1601	-466	333
PIBpm nominal (milhões de EUR)	972.7	1078.8	1143.5	1235.0	1358.5
PIBpm nominal (milhões de USD)	1330.4	1578.9	1588.4	1635.2	1859.7
Deflator do PIB (variação anual em %)	1.4	4.4	2.3	2.5	4.2
PIB nominal (variação anual em %)	10.1	10.9	6.0	8.0	10.0
PIB real (variação anual em %)	8.6	6.2	3.6	5.4	5.6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade.

Quadro A.II.2.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem				
		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	--	4.14	3.35
2002	Dezembro	--	2.98	1.88
2003	Dezembro	--	-2.28	1.19
2004	Dezembro	--	0.61	-1.89
2005	Dezembro	--	1.80	0.40
2006	Dezembro	--	5.81	4.85
2007	Dezembro	--	3.97	4.40
2008	Dezembro	--	6.69	6.78
2009	Dezembro	--	-0.37	0.98
2010	Dezembro	--	3.43	2.08
2009	Janeiro	-0.18	5.87	7.01
	Fevereiro	0.83	6.03	7.14
	Março	-1.01	4.15	7.10
	Abril	-0.93	1.71	6.74
	Maio	0.19	1.90	6.39
	Junho	-0.28	0.09	5.79
	Julho	0.56	-0.74	5.05
	Agosto	0.65	-0.64	4.30
	Setembro	0.28	-1.18	3.42
	Outubro	-0.83	-3.15	2.31
	Novembro	0.28	-1.01	1.55
	Dezembro	0.09	-0.37	0.98
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	<i>1.00</i>	<i>1.40</i>
2010	Janeiro	0.28	0.09	0.52
	Fevereiro	0.28	-0.46	0.00
	Março	0.28	0.83	-0.26
	Abril	0.37	2.15	-0.22
	Maio	0.00	1.96	-0.22
	Junho	0.64	2.90	0.02
	Julho	0.18	2.51	0.28
	Agosto	1.09	2.96	0.58
	Setembro	0.00	2.67	0.91
	Outubro	-0.36	3.16	1.44
	Novembro	-0.09	2.78	1.76
	Dezembro	0.72	3.43	2.08
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	<i>2.22</i>	<i>1.47</i>
2011	Janeiro	0.00	3.14	2.33
	Fevereiro	1.16	4.05	2.71
	Março	0.44	4.22	3.00
	Abril	1.41	5.31	3.26
	Maio	-0.09	5.22	3.53
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	<i>6.40</i>	<i>5.20</i>

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: Foi adoptada, em Janeiro de 2008, uma nova estrutura de consumo e um novo cabaz de bens e serviços no cálculo do IPC, inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.2.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de CVE						
	2008	2009	2010		2011	
			Est.	Proj.	Est.	Proj. Trim. I
1. CONTA CORRENTE	-18380	-19202	-24800	-15489	-15655	-3812
Balança comercial	-57233	-53732	-61214	-56551	-60062	-14508
Exportações (f.o.b.) ^(a)	8640	7368	8531	11249	13187	3486
Importações (f.o.b.)	-65873	-61100	-69744	-67800	-73249	-17994
Balança de serviços (líq.)	18496	13287	12408	18526	22398	6031
Exportações	44751	38467	40975	43108	47839	11995
dq: Transportes	13120	11083		14877		4080
Turismo	25361	21321	22081	22678	25083	6524
Importações	-26256	-25179	-28567	-24581	-25442	-5965
dq: Transportes	-11552	-10010		-8472		-2292
Turismo	-6041	-5236		-4838		-1266
Balança de rendimentos (líq.)	-3545	-3442	-4607	-5763	-5913	-780
Exportações	2047	1776	1686	1177		162
dq: Juros extra. das contrib. p/ TF ^(b)	0	0		0		0
Rendimento do TF ^(b) (ano anterior)	398	467	518	518	486	0
Importações	-5592	-5218	-6293	-6940		-943
dq: Juros da dívida pública programados	-525	-548	-414	-667	-784	-212
Transferências correntes	23902	24685	28612	28298	27922	5445
Transferências oficiais	7839	6983	9675	8789	8454	1094
Transferências privadas	16063	17702	18937	19509	19468	4352
dq: Remessas de emigrantes	10424	10195	10210	10336	11212	2788
2. CONTA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	24353	20081	27340	22761	17417	1996
Conta de Capital	2084	3670	2873	3311	2288	383
Transferências de capital	2084	3670	2873	3311	2288	383
dq: Perdão de dívida	0	0	0	0	0	0
Donativos para o TF ^(b)	0	0	0	0	0	0
Conta de Operações Financeiras	22269	16411	24467	19450	15128	1612
Investimento directo	15741	9492	9574	9292	9524	1530
dq: Receitas de privatizações para o TF ^(b)	0	0		0		0
Investimento de carteira	0	451	100	0	0	0
Outras operações	6528	6468	14793	10158	5604	83
dq: Desembolsos de empréstimos ao SPA	2647	8248	18288	16488	16871	2654
Desembolsos para o TF ^(b)	0	0		0		0
Amortizações programadas	-1532	-1945	-2066	-1833	-1875	-402
Alimentação do TF ^(b)	0	0		0		0
3. ERROS E OMISSÕES	-4072	-2188	0	-5662	0	-1374
4. BALANÇA GLOBAL: (1)+(2)+(3)	1901	-1308	2540	1610	1761	-3190
5. FINANCIAMENTO	-1901	1308	-2540	-1610	-1761	3190
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	-2262	444	-2540	-2185	-1761	2612
Financiamento excepcional	361	864	0	575	0	578
dq: Saques sobre a Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0
Reembolso progr. da Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	361	864	0	575	0	578
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ^(d) : (4)+(5)	0	0	0	0	0	0
<i>Para memória:</i>						
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-15.5	-15.2	-18.2	-11.4	-10.5	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-13.7	-12.3	-16.1	-8.9	-8.9	--
Reservas oficiais (em meses de importações) ^(e)	4.0	4.2	4.0	4.2	4.2	3.6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Activos Externos Líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro A.II.2.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Alemanha	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Espanha	0.3	21.3	27.3	20.9	37.1	61.8	72.6	39.1
Holanda	0.2	0.6	0.6	0.2	0.5	0.5	0.3	0.4
Portugal	78.3	51.6	49.8	58.3	40.6	33.5	22.7	44.2
E.U.A.	19.4	12.3	1.4	1.4	0.4	1.2	1.6	4.2
Outros	1.7	14.1	20.9	19.2	21.4	3.1	2.8	12.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Alemanha	0.9	0.7	1.1	1.4	1.6	2.3	0.4	1.3
Brasil	4.6	8.0	6.4	6.3	5.7	4.5	3.7	5.4
Espanha	3.8	7.6	5.6	4.5	7.3	9.8	10.6	7.3
E.U.A.	13.2	2.7	1.4	1.2	0.9	1.0	1.6	2.5
Holanda	13.7	15.7	15.3	16.3	17.0	16.7	16.8	16.2
Portugal	42.5	45.6	50.2	45.2	50.3	48.3	51.4	48.2
Outros	21.2	19.6	20.0	25.1	17.3	17.3	15.4	19.2
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.7.

DÍVIDA PÚBLICA Em milhões de CVE					
	2006	2007	2008	2009	2010 Est.
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	47535	48664	51880	58210	72820
Credores Multilaterais	38171	40391	42248	46185	51666
Credores Bilaterais	9364	8273	9632	12026	21154
Governo	6444	5608	7375	9846	12575
Outros	2920	2665	2257	2179	8579
DÍVIDA INTERNA TOTAL	40311	38991	36492	38519	40876
dq: Bilhetes do Tesouro	7351	4285	3005	1730	600
Obrigações do Tesouro	20578	21207	20182	23870	27369
Sector Bancário	19543	16082	13421	14379	15131
Sector Não-Bancário	9379	11520	11682	12752	14356
TCMF ^(a)	11389	11389	11389	11389	11389
			<i>(em % do PIB)</i>		
Dívida externa total	48.8	45.4	43.6	46.2	53.5
Dívida interna total (exc. TCMF)	29.7	25.7	21.1	21.5	21.7
TCMF	11.7	10.6	9.6	9.0	8.4
Dívida interna total (inc. TCMF)	41.4	36.4	30.7	30.5	30.0
			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>		
Dívida externa total	113.3	105.9	97.2	127.0	134.0
Serviço da dívida de médio e longo prazo	5.9	5.1	3.9	5.4	4.6

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro A.II.2.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em milhões de CVE								
	2008	2009	2010		2011			
			Est.	Orç.	Est.	<i>g.e.</i> ^(a)	Orç.	Trim. I
1. RECEITAS TOTAIS	38749	37564	43409	38723	89.2	44031	8664	19.7
1.1. Receitas orçamentais	32514	30028	34892	30062	86.2	35453	7867	22.2
1.1.1. Receitas correntes	32421	29985	34718	30025	86.5	35147	7865	22.4
Receitas não-tributárias	2835	4305	5079	3634	71.6	5232	818	15.6
Receitas tributárias	29586	25680	29639	26391	89.0	29915	7046	23.6
Impostos sobre o rendimento	8526	8061	9067	7865	86.7	8906	2282	25.6
Impostos sobre a despesa	21060	17619	20572	18525	90.1	21008	4765	22.7
dq: IVA	11723	9747	11711	10482	89.5	11948	2696	22.6
1.1.2. Receitas de capital	93	42	174	37	21.0	306	2	0.7
1.2. Donativos	5740	7536	8517	8662	101.7	8578	797	9.3
1.3. Transferências de empresas públicas ^(b)	494	0	0	0	--	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS ^(c)	41769	45407	61913	53615	86.6	59422	11042	18.6
2.1. Despesas correntes ^(d)	25166	27051	30898	27685	89.6	31826	7270	22.8
Salários e ordenados	11329	12534	14573	13233	90.8	15127	3316	21.9
Bens e serviços	2312	2623	3382	2621	77.5	3443	423	12.3
Subsídios e transferências	7122	7569	8373	8095	96.7	8856	2072	23.4
dq: Combustíveis ^(e)	360	360	0	0	--	0	0	--
Bolsas de estudo	375	388	457	455	--	465	130	--
Juros da dívida	1845	1818	2348	2160	92.0	2493	522	20.9
Interna	1317	1271	1564	1462	93.5	1505	312	20.7
Externa	528	547	784	698	89.0	988	210	21.2
Outras despesas	2557	2506	2222	1294	58.2	1908	289	15.2
2.2. Despesas de investimento	16604	18356	31016	25930	83.6	27596	3772	13.7
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1)-(2.1)	7256	2934	3821	2340	--	3321	594	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1)-(2.1)	7349	2977	3995	2376	--	3626	596	--
5. SALDO GLOBAL S/ Donativos: (1)-(2)-(1.2)	-8761	-15379	-27021	-23554	--	-23970	-3176	--
6. SALDO GLOBAL: (1)-(2)	-3021	-7843	-18504	-14892	--	-15392	-2378	--
<i>(base compromissos)</i>								
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	0	12	0	17	--	0	27	--
7.1. Externos	0	0	0	0	--	0	0	--
7.2. Internos	0	12	0	17	--	0	27	--
8. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	0	0	0	--	0	0	--
9. SALDO GLOBAL : (6)+(7)+(8)	-3020	-7831	-18504	-14875	--	-15392	-2352	--
<i>(base caixa)</i>								
10. FINANCIAMENTO	3020	7831	18504	14875	--	15392	5126	--
10.1. Interno (líq.)	-225	1530	370	261	--	489	2870	--
do qual: Sistema bancário	-1552	1212	689	-1544	--	2932	3300	--
Privatizações	30	0	0	0	--	0	0	--
Concessão de Emp. a EP	0	-860	-3511	-862	--	-3930	0	--
10.2. Externo (líq.)	3246	6301	18134	14614	--	14903	2256	--
Desembolsos	5152	8248	20248	16594	--	16818	2654	--
Amortizações	-1906	-1947	-2114	-1981	--	-1915	-398	--
11. DIF. FINANC. / DISCREPÂNCIA ^(f) : (9)+(10)	0	0	0	0	--	0	2775	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui despesas relativas a atrasados identificados pelo FMI nas suas missões e despesas não discriminadas; (d) Inclui valores a regularizar em 2010 e 2011; (e) Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis; (f) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.2.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em milhões de CVE										
	2008	2009	2010		2010/2009		2011	2011p/2010e		2011
	Est.	Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mai.
POSIÇÃO EXTERNA	28924	28442	29273	30258	6.4	1.7	31065	2.7	0.7	22938
Activos externos (líq.)	31184	31064		32359	4.2	1.2				25948
Banco de Cabo Verde	30903	30445		32505	6.8	2.0				27153
Disp.líq. s/ exterior	30686	30242	31455	32427	7.2	2.1	34188	5.4	1.6	27078
Outros activos (líq.)	217	203		78	-61.8	-0.1				75
Bancos comerciais	281	619		-145	--	-0.7				-1205
Responsab. m/l prazo	-2260	-2622		-2101	-19.9	0.5				-3010
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	73165	77010	83191	80125	4.0	3.0	91394	14.1	10.2	88359
Crédito interno total	84224	93324	100500	98694	5.8	5.1	108547	10.0	8.9	106327
Crédito líquido ao S.P.A.	17551	18784	19473	17240	-8.2	-1.5	20172	17.0	2.7	20820
dq; ao Gov. Central	6806	7528		5502	-26.9	-1.9				9310
s/ Trust Fund ^(a)	11038	11339		11584	2.2	0.2				11150
Crédito à economia	66673	74540	81027	81454	9.3	6.6	88375	8.5	6.3	85507
Empresas públicas	282	189		182	-3.5	0.0				736
Sector privado	66390	74351		81272	9.3	6.6				84771
Crédito às IFNM	0	0	0	0	--	--	0	--	--	0
Outras rubricas (líq.)	-11059	-16314	-17309	-18569	-13.8	-2.1	-17153	7.6	1.3	-17968
TOTAL DO ACTIVO	102089	105452	112464	110384	4.7	--	122460	10.9	--	111297
MASSA MONETÁRIA	102089	105452	112464	110384	4.7	4.7	122460	10.9	10.9	111297
Base monetária	25952	26830	27430	25915	-3.4	--	28818	11.2	--	25819
Circulação monetária	8713	8362		8591	2.7	--				7463
Dep. à ordem em m/n	33458	31505		34220	8.6	--				34325
Quase-moeda	59918	65585		67572	3.0	--				69509
TOTAL DO PASSIVO	102089	105452	112464	110384	4.7	--	122460	10.9	--	111297

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.2.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, Em percentagem									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2011	2011	2011
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.
Taxas activas									
De 7 a 30 dias	8.53	12.84	11.59	12.99	13.91	13.81	13.53	13.12	12.94
De 31 a 90 dias	9.64	9.79	11.80	12.09	11.55	10.48	11.08	10.15	11.00
De 91 a 180 dias	10.51	10.78	10.17	11.26	11.80	10.69	11.77	9.19	8.73
De 181 dias a 1 ano	8.14	9.83	9.33	9.30	9.04	8.63	8.68	8.44	8.45
De 1 a 2 anos	12.43	11.81	11.82	10.69	10.08	11.16	10.39	9.98	9.98
De 2 a 5 anos	12.29	12.03	11.15	10.84	10.05	10.00	10.15	9.62	9.73
De 5 a 10 anos	11.35	10.71	10.27	10.20	10.23	10.01	10.05	9.68	9.67
Superior a 10 anos	10.92	10.77	10.43	10.12	9.83	9.81	9.76	9.26	9.23
Descoberto	15.34	16.04	15.38	14.95	15.72	15.73	15.76	15.73	15.86
Taxas passivas									
Residentes									
De 7 a 30 dias	4.28	4.10	3.06	3.01	2.94	2.89	2.86	3.24	3.00
De 31 a 90 dias	3.15	3.05	2.83	3.40	3.39	3.19	3.17	3.49	3.59
De 91 a 180 dias	3.81	3.69	3.85	4.26	4.10	3.98	3.94	3.90	3.87
De 181 dias a 1 ano	4.28	4.16	4.15	4.14	4.53	4.30	4.46	4.47	4.51
De 1 a 2 anos	4.29	4.17	4.19	4.47	4.14	4.57	4.20	4.23	4.20
Não Residentes									
De 7 a 30 dias	2.86	2.25	2.21	1.62	2.98	2.96	2.98	2.94	2.94
De 31 a 90 dias	3.36	3.56	3.81	1.81	2.88	3.01	3.02	2.84	2.86
De 91 a 180 dias	3.63	3.99	3.99	3.52	3.92	3.85	3.81	3.78	3.74
De 181 dias a 1 ano	4.12	4.31	4.19	3.96	3.91	4.04	4.09	4.17	4.21
De 1 a 2 anos	4.23	4.08	4.14	4.59	4.66	4.67	4.67	4.68	4.68
Emigrantes									
De 7 a 30 dias	3.28	3.70	3.42	3.49	3.49	3.49	3.48	3.49	3.48
De 31 a 90 dias	3.48	3.41	3.43	3.48	3.51	3.51	3.50	3.52	3.49
De 91 a 180 dias	4.14	4.20	4.13	4.08	4.10	4.14	4.15	4.17	4.16
De 181 dias a 1 ano	4.56	4.33	4.32	3.71	4.14	4.14	4.14	4.14	4.15
De 1 a 2 anos	4.53	4.36	4.25	4.44	4.93	4.94	4.96	4.97	4.94
Taxas de referência									
Instrumentos do BCV									
Redesconto	8.50	8.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50
Cedência de liquidez	7.50	7.50	8.25	8.25	7.25	7.25	7.25	7.25	7.25
Absorção de liquidez	1.00	1.00	2.75	2.75	1.75	1.75	1.75	1.75	1.75
Bilhetes do Tesouro									
91 dias	3.00		3.40	3.59	4.00	4.00		3.94	4.00
182 dias	3.00	3.49							
364 dias	3.06	3.49				3.63			
<i>Para memória:</i>									
Inflação (t.v. homóloga no mês)	5.81	3.97	6.69	-0.37	3.43	3.14	4.05	4.22	5.31

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: As taxas activas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efectivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos/aplicações relativos às operações activas/passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro A.II.2.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias			
	CVE/USD	ITCE ^(a)	
		base 100: 2000	
		Nominal	Real
2001	123.21	101.59	100.47
2002	117.26	103.41	100.28
2003	97.80	105.53	99.60
2004	88.74	105.91	95.64
2005	88.65	104.42	92.31
2006	87.93	103.67	94.35
2007	80.62	103.47	96.16
2008	75.34	103.46	99.75
2009	79.38	103.75	101.01
2010	83.28	102.45	100.14
2009			
Janeiro	82.89	104.55	102.93
Fevereiro	86.20	104.29	103.36
Março	84.77	104.46	101.74
Abril	83.57	104.17	100.20
Maio	81.08	103.90	100.20
Junho	78.78	103.71	99.66
Julho	78.28	103.65	100.76
Agosto	77.32	103.39	101.25
Setembro	75.82	103.44	101.36
Outubro	74.46	103.22	100.20
Novembro	73.99	103.22	100.29
Dezembro	75.37	103.17	100.37
2010			
Janeiro	77.11	103.11	100.96
Fevereiro	80.51	103.05	100.94
Março	81.20	102.75	99.87
Abril	82.53	102.53	99.54
Maio	87.45	102.28	99.13
Junho	90.25	102.03	99.48
Julho	86.67	102.21	99.89
Agosto	85.43	102.24	101.08
Setembro	84.71	102.17	100.71
Outubro	79.41	102.48	100.22
Novembro	80.54	102.48	99.91
Dezembro	83.53	102.14	100.04
2011			
Janeiro	82.79	102.14	99.67
Fevereiro	80.83	102.27	100.77
Março	78.26	102.42	100.01
Abril	76.50	102.32	100.78
Maio	77.26	102.40	100.76

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -).

GUINÉ-BISSAU



ÁREA: 36 125 KM²

CAPITAL: Bissau

POPULAÇÃO: 1.6 milhões (2010)

MOEDA: Franco CFA

A normalização da situação sociopolítica em 2010 teve repercussões positivas sobre o desempenho económico, impulsionado também pelo aumento das exportações de castanha de caju, produto de exportação preponderante. A execução globalmente bem sucedida do programa de ajustamento estrutural apoiado pelo FMI consolidou a situação macroeconómica, garantindo, no final de 2010, a obtenção de alívio de dívida ao abrigo de iniciativas multilaterais.

II.3.1. SÍNTESE

O ano de 2010 trouxe à Guiné-Bissau a normalização da situação sociopolítica do país, com evidentes repercussões positivas sobre o seu desempenho económico. Apesar de se deparar com um enquadramento externo difícil, foi patente o progresso na estabilização das condições económicas guineenses, alicerçado num programa ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito do FMI (EPCA, na terminologia inglesa).

O cumprimento favorável do EPCA permitiu a aprovação de um programa de maior fôlego, no âmbito da *Extended Credit Facility* (ECF) em Maio de 2010, delineado para 3 anos, com os objectivos primários de reforço das finanças públicas, de modernização da administração pública e de aumento da qualidade dos seus serviços. O fomento do emprego constitui também preocupação, visando-se a sua criação através da remoção de barreiras ao desenvolvimento do sector privado e da melhoria na disponibilização de serviços financeiros.

A avaliação positiva do programa apoiado pela ECF, seis meses após o seu início, permitiu o reatamento do processo de alívio da dívida, tendo em Dezembro de 2010 sido acordada a obtenção do ponto de conclusão da Iniciativa *Heavily Indebted Poor Countries* (HIPC) e o acesso à *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI). A Guiné-Bissau garantiu deste modo uma redução significativa do seu stock de dívida externa, estimando-se que tenha passado de 128.0% do PIB em 2009 para 20.1% no final do ano passado.

Quadro II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Proj.
PIB real (t.v. anual)	3.2	3.0	3.5	4.3
Inflação (t.v.a. média)	10.4	-2.8	2.3	4.0
Massa monetária (t.v.a.)	45.0	3.0	12.1	8.4
Balança corrente (% PIB)	-4.8	-6.5	-6.8	-7.4
Saldo orçamental (% PIB)	-0.8	2.9	-0.2	-2.1
Dívida externa (% PIB)	132.1	128.0	20.1	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

A estrutura económica da Guiné-Bissau caracteriza-se por uma elevada dependência do sector primário, centrando-se na produção da castanha de caju. Responsável por mais de 80% das exportações, o comportamento daquele sector acaba por ser determinante para a evolução macroeconómica do país. Em 2010, a subida do preço da castanha de caju induziu alguma aceleração do nível de crescimento económico (em 0.5 p.p., para 3.5%), ainda que a produção tenha sido afectada por uma colheita aquém da esperada.

A diminuição do apoio externo ao orçamento, bastante abaixo do previsto, reflectiu-se num comportamento negativo dos principais saldos público e externo, os quais apresentaram em 2010 défices de 0.2% e 6.8% do PIB, respectivamente. Registaram-se, contudo, evoluções positivas nas contas públicas e externas. As receitas tributárias revelaram uma dinâmica apreciável, tendo sido acompanhadas pela contenção das despesas correntes e de capital. Relativamente às contas externas, o crescimento das exportações de castanha de caju e o refreamento das importações conduziu a uma redução do défice comercial.

A taxa de inflação registou alguma subida ao longo de 2010, decorrente do aumento dos preços dos bens alimentares e petrolíferos importados, fechando o ano em 2.3%, em termos médios, ainda assim

aquém dos previstos 2.5% e dos 3% fixados como critério de convergência da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA).

Registou-se uma aceleração da expansão monetária em 2010, com base no crescimento do crédito ao sector público administrativo e do crédito à economia. De realçar o continuado aumento do crédito à economia ao longo dos últimos anos, o que espelha a crescente importância do papel do sistema bancário no financiamento da mesma. Contudo, o país mantém um baixo nível de intermediação financeira, patente no elevado peso da circulação no total da massa monetária (superior a 60% no final de 2010).

Para o corrente ano, está prevista alguma aceleração do crescimento real do PIB, para 4.3%, com base no aumento da procura internacional de castanha de caju e na actividade de reconstrução de infra-estruturas financiado através de investimento público. Este impulso da despesa terá como reflexo um maior défice orçamental, apesar do esperado bom comportamento da arrecadação de receitas. A subida dos preços das importações de bens alimentares e petrolíferos deverá prolongar a tendência em alta da inflação e contribuir para a deterioração da balança comercial. Os principais riscos que pendem sobre esta evolução decorrem de uma eventual subida adicional dos preços das importações e de um atraso na ajuda externa.

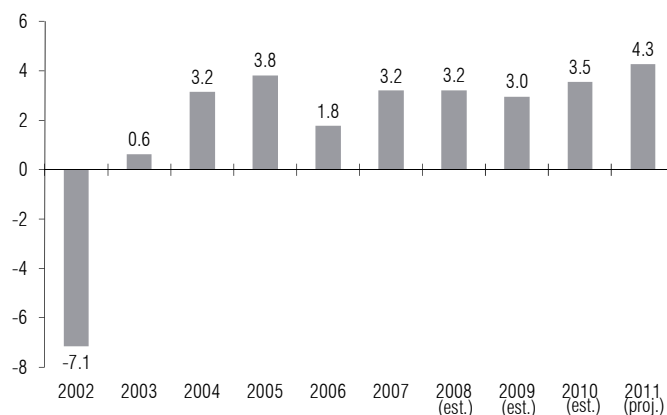
II.3.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

O ritmo de crescimento da actividade económica na Guiné-Bissau continua a mostrar-se bastante moderado, comparativamente à média do continente africano, com uma média de cerca de 3% desde 2004. Com uma estrutura produtiva dominada pelo sector primário, cujo peso no produto tem inclusivamente registado algum acréscimo (chegando aos 43% em 2010, em termos reais), o comportamento do sector da castanha de caju acaba por ser determinante para o desempenho económico do país.

No ano transacto, a ligeira aceleração do produto em termos reais, para 3.5% (face a 3.0% em 2009), decorreu principalmente do aumento do preço internacional daquele bem, com um impacto positivo sobre o nível dos termos de troca, compensando ainda o menor nível de produção relacionado com alguma adversidade das condições climáticas durante o ano.

Gráfico II.3.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Para além da actividade do sector primário (que inclui agropecuária, silvicultura e pescas), o crescimento económico registado beneficiou ainda da contribuição do sector do comércio, restauração e hotéis, relativo a algum aumento da oferta de serviços turísticos.

Do lado da procura, a conjugação da subida das exportações (impulsionadas pelo aumento dos preços da castanha de caju) com a contenção das importações (sobretudo de serviços mas também de produtos alimentares), induziu uma contribuição positiva das exportações líquidas no ano findo. A progressiva estabilização sociopolítica e económica permitiu igualmente algum crescimento do consumo ao longo de 2010.

Para 2011, espera-se uma nova aceleração do ritmo de crescimento do produto, para 4.3%, animada pela subida da produção do sector da castanha de caju, pelo aumento do seu preço internacional e pela actividade relativa à reconstrução de infra-estruturas, nomeadamente rodoviárias, portuárias e de produção e distribuição de electricidade e água.

Gráfico II.3.2.

INFLAÇÃO | Variação mensal do IPC, em percentagem

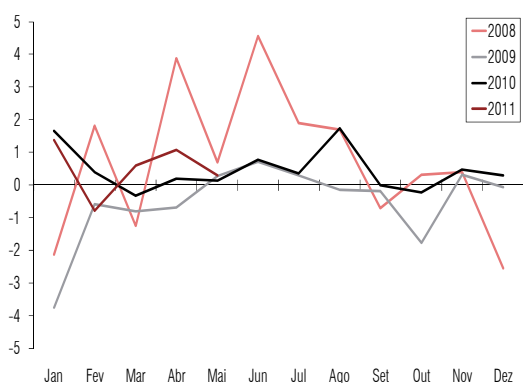
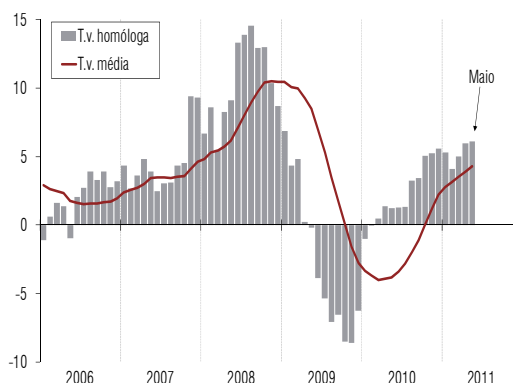


Gráfico II.3.3.

INFLAÇÃO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

A taxa de inflação evidenciou uma tendência de subida durante 2010, mais vincada a partir de meados do ano, como reflexo da pressão em alta exercida pelos aumentos dos preços de importação de bens e de produtos petrolíferos. A inflação média atingiu 2.3% em Dezembro do ano transacto, ainda assim aquém do inicialmente previsto (2.5%) e abaixo do valor fixado no critério de convergência da UEMOA (3%).

A integração na UEMOA e a limitada pressão da procura interna, têm permitido, ao longo dos últimos anos, taxas de inflação contidas na Guiné-Bissau (bem como em toda a zona do Franco CFA). Esta estabilidade foi interrompida em 2008 devido à forte pressão exercida pelos preços dos bens alimentares, cuja reversão conduziu a uma taxa de inflação negativa em 2009.

Para o corrente ano, o previsto aumento dos preços dos produtos alimentares e petrolíferos importados deverá conduzir a um novo crescimento da inflação (para 4.0%), dada a elevada dependência do país dos produtos oriundos do exterior e a limitada capacidade de resposta da oferta interna.

II.3.3. CONTAS EXTERNAS

A balança comercial da Guiné-Bissau evidenciou uma melhoria em 2010, reduzindo-se para 9.2% do PIB (10.3% em 2009), contando com o bom comportamento das exportações da castanha de caju, que beneficiaram da subida do preço internacional, e com a contenção das importações de bens

(nomeadamente alimentares). Este crescimento das exportações conduziu a um aumento do grau de cobertura das importações, elevando-se a 61% (58% em 2009).

No entanto, a quebra substancial registada nas transferências correntes públicas, repercutindo a diminuição evidenciada no apoio ao orçamento (em 4.6 p.p., para 3.5% do PIB), mais que compensou as reduções da balança comercial e da balança de serviços e rendimentos (contando com menores encargos com juros de dívida externa). Assim, a balança corrente apresentou um ligeiro crescimento do seu défice em 2010, para 6.8% do PIB, mais 0.3 p.p. em relação ao registado no ano anterior.

Quadro II.3.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Proj.
Balança corrente	-4.8	-6.5	-6.8	-7.4
Balança comercial	-9.1	-10.3	-9.2	-10.4
Exportações	14.4	14.3	14.5	15.2
Importações	-23.6	-24.6	-23.7	-25.5
Serviços e rendimentos	-1.6	-1.2	-0.1	0.0
Transferências correntes	10.8	11.7	7.3	7.8
Bal. de capital e financeira	4.2	6.5	5.8	8.1
Endividamento líquido	-3.4	-0.6	-108.9	2.0
Transf. Capital e IDE	11.5	10.4	117.2	5.8
Capitais c-p, Erros e Omissões	-3.9	-3.3	-2.5	0.3
Balança global	-0.7	0.1	-1.0	0.8

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

O maior défice corrente e a diminuição do saldo positivo da balança de capitais e financeira, decorrente sobretudo da redução do montante de transferências de capital (que não alívio de dívida), reconduziu a balança global a valores negativos no ano transacto.

Gráfico II.3.4.

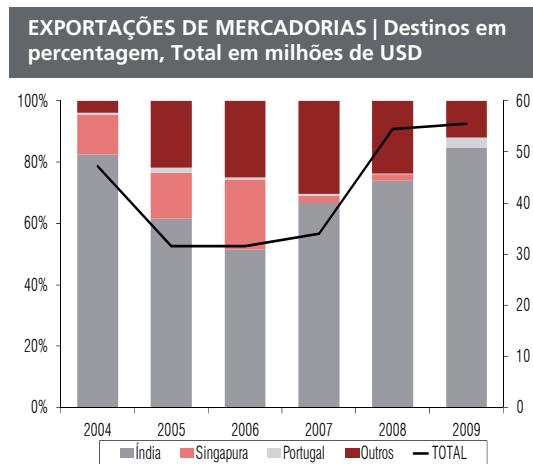
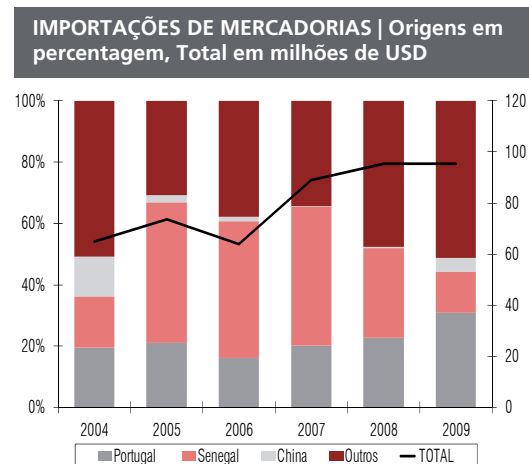


Gráfico II.3.5.

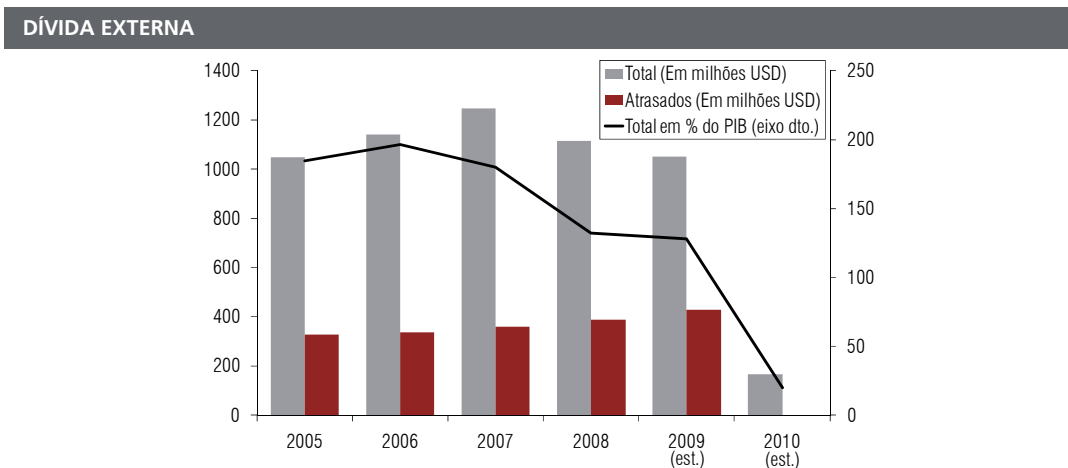


Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Após atingir o ponto de decisão da Iniciativa HIPC em 2000, a interrupção do programa acordado com o FMI ao abrigo da PRGF face à ocorrência de desvios, provocou a suspensão do apoio dos doadores e do processo de alívio de dívida. Contudo, o desempenho satisfatório do programa em vigor ao abrigo da ECF do FMI, possibilitou o reatamento daquele processo, tendo sido acordada em Dezembro passado a obtenção do ponto de conclusão da Iniciativa HIPC (onde foi incluído alívio adicional em relação ao inicialmente considerado) e o acesso à MDRI. No seu conjunto, estas iniciativas permitem

uma redução significativa do montante da dívida externa da Guiné-Bissau, a qual se estima ter passado de 128.0% do PIB em 2009 para 20.1% no final de 2010. Este efeito foi também contabilizado na balança de pagamentos.

Gráfico II.3.6.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

As projecções elaboradas para 2011 apontam para um novo aumento do défice da balança corrente externa, para 7.4 do PIB, decorrente principalmente da deterioração da balança comercial. Apesar da esperada continuação do bom comportamento das exportações (com a maior produção e a subida dos preços da castanha de caju), o incremento previsto das importações (relacionado com o aumento dos preços internacionais e com a reconstrução das infra-estruturas) irá determinar um maior défice comercial no ano corrente, subindo a 10.4% do PIB.

II.3.4. FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas da Guiné-Bissau mantiveram-se controladas em 2010, apesar do saldo orçamental ter regressado a valores negativos, após o excedente do ano anterior conseguido através do elevado volume de donativos.

Quadro II.3.3.

FINANÇAS PÚBLICAS Em percentagem do PIB				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Proj.
Receitas totais	23.7	25.2	20.6	20.0
Receitas correntes	9.2	9.1	10.9	11.3
Receitas não-tributárias	3.6	2.3	2.8	2.7
Receitas tributárias	5.5	6.9	8.1	8.6
Donativos	14.5	16.0	9.7	8.8
Despesas totais	24.5	22.3	20.8	22.1
Despesas correntes	13.9	13.0	12.0	12.5
Juros da dívida prog.	1.9	1.3	0.2	0.2
Despesas de capital	10.6	9.3	8.8	9.6
Saldo corrente	-4.7	-3.8	-1.1	-1.2
Saldo Global	-0.8	2.9	-0.2	-2.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

A execução orçamental do ano transacto apresentou um saldo global das contas públicas de -0.2% do PIB, aquém dos -3.2% inicialmente projectados. De realçar igualmente a evolução positiva do saldo corrente, que registou uma diminuição do seu défice para 1.1% do PIB, em comparação com 3.8% em 2009.

Esta evolução decorreu da boa arrecadação de receitas correntes, sobretudo tributárias, que voltaram a denotar um reforço importante em 2010. As receitas tributárias atingiram 8.1% do PIB no ano passado (6.9% em 2009), ficando acima do programado em 0.9 p.p., reflectindo um controlo mais apertado da colecta por parte das alfândegas e da administração fiscal. Apesar deste crescimento, a capacidade de captação de receitas tributárias é ainda baixa na Guiné-Bissau, quando comparada com outros países da região – nos países da UEMOA as receitas tributárias representam em média 15% do PIB.

Gráfico II.3.7.

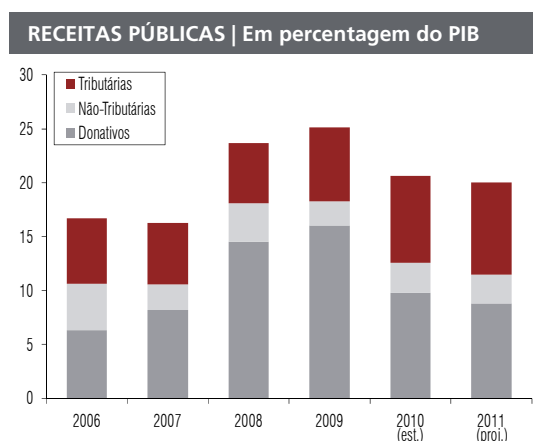
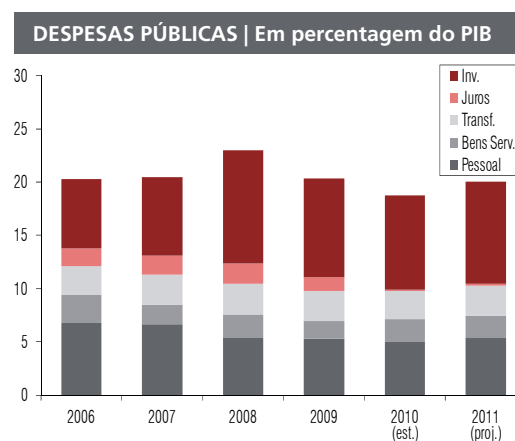


Gráfico II.3.8.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Face a um decréscimo significativo dos donativos, que desceram para 9.7% do PIB (16.0% em 2009), as autoridades procuraram conter as despesas correntes, sobretudo através da diminuição de aquisições de bens e serviços. Paralelamente, a menor entrada de apoio orçamental conduziu a uma execução do programa de investimento público aquém dos valores orçamentados (apresentando um grau de execução de 83%), com as despesas de capital a denotarem uma redução para 8.8% do PIB.

Para financiar o défice orçamental de 2010, as autoridades recorreram à utilização de parte dos seus depósitos junto do banco central, aumentando assim o montante de crédito líquido do sector público administrativo.

As grandes linhas do orçamento público para 2011 apontam para algum agravamento do défice orçamental, para 2.1% do PIB, apesar de se antever um novo crescimento das receitas tributárias (para 8.6% do PIB). Este défice superior decorrerá, principalmente, de um impulso ao programa de investimento público com ênfase nas infra-estruturas, com as despesas de capital a crescerem para 9.6% do PIB, mas também de algum aumento das despesas correntes (relacionadas com harmonizações e actualizações salariais).

Já depois de aprovado o orçamento, registou-se a entrada de apoio orçamental não esperado (proveniente de Angola), o que irá possibilitar reforçar o programa de investimento público, tendo os fundos sido canalizados para a recuperação de infra-estruturas rodoviárias e agrícolas.

De acordo com o programa acordado com o FMI ao abrigo da ECF, o orçamento inclui medidas: (i) de fortalecimento da arrecadação de receitas, com ajustamentos de preços de referência, redução de isenções alfandegárias e melhorias na administração fiscal e aduaneira; (ii) de modernização da administração pública, através da redução do seu tamanho, do controlo dos encargos salariais e da

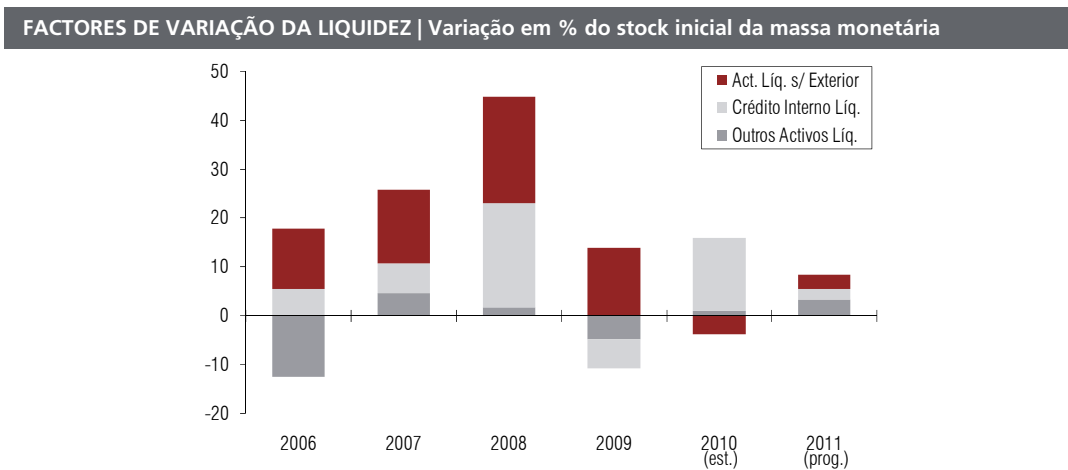
promoção de reformas no sector da defesa e segurança; e (iii) de remoção de constrangimentos ao desenvolvimento do sector privado.

II.3.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

Estando integrada numa união monetária, a Guiné-Bissau encontra-se condicionada à política monetária e cambial do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO, banco central da união). Essa integração tem permitido a contenção da inflação ao nível dos restantes países da UEMOA e a manutenção da estabilidade cambial.

A massa monetária expandiu-se 12.1% em 2010, acelerando em relação aos 3.9% do ano anterior. Este crescimento reflectiu o aumento do crédito interno total, conjugando a subida quer do crédito líquido ao sector público administrativo (decorrente da utilização de parte dos depósitos junto do banco central para financiamento do défice orçamental) quer do crédito à economia (contando com a dinâmica do sector do comércio, restauração e hotelaria).

Gráfico II.3.9.



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Em sentido contrário, a posição externa líquida do sistema apresentou uma diminuição em 2010 (impacto contraccionista de 3.9 p.p.), repercutindo a redução dos activos líquidos sobre o exterior por parte dos bancos comerciais.

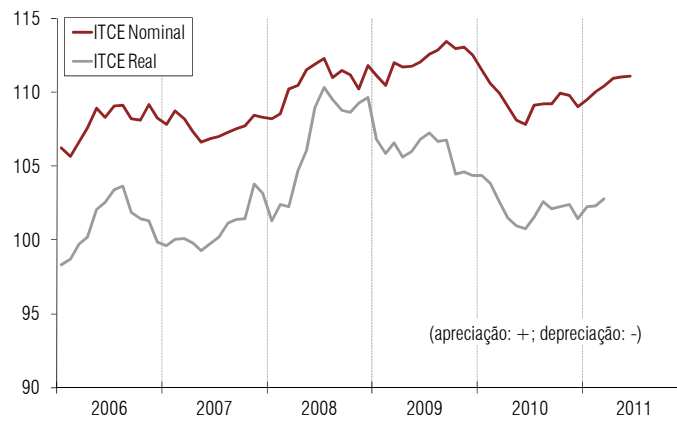
Apesar de apresentar alguma tendência de redução, a circulação monetária mantém-se preponderante na estrutura dos meios de pagamento, representando mais de 60% do total no final de 2010. Este facto revela um baixo nível de intermediação financeira, característica não só do sector financeiro guineense como de toda a zona da UEMOA, e traduz essencialmente a limitada integração financeira da região, a excessiva segmentação dos sistemas bancários e a pouca profundidade do mercado monetário interbancário.

A programação efectuada para 2011, no âmbito do programa acordado com o FMI ao abrigo da ECF, assenta numa expansão monetária de 8.4%, em desaceleração em relação ao ano anterior. Para tal contribuirão a prevista ausência de recurso ao financiamento bancário por parte do Estado e a desaceleração do crédito à economia, ainda que parcialmente compensados pela recuperação dos activos líquidos sobre o exterior.

A taxa de câmbio efectiva apresentou uma depreciação relativamente acentuada entre meados de 2009 e o final do primeiro semestre de 2010, tanto em termos reais como nominais, tendo desde então vindo a registar-se uma tendência de apreciação sustentada.

Gráfico II.3.10.

TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA | Índices base 100: 2000, Médias mensais



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e FMI.

Segundo o FMI, as diversas abordagens de cálculo apontam para que a taxa de câmbio efectiva não esteja desalinhada em relação à taxa de câmbio de equilíbrio e alguns dos métodos usados indicaram uma ligeira apreciação. Deste modo, sugerem que a competitividade das exportações depende sobretudo de factores de cariz estrutural, relacionados com o aumento da produtividade.

Quadro A.II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2007	2008	2009	2010		2011	
					Est.	Prog.	Est.	Prog.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	milhões de EUR	504.7	575.4	590.9	638.5	625.6	675.5	
PIB real	t. var. anual	3.2	3.2	3.0	3.5	3.5	4.3	
Inflação (I.P. Consumidor)	t. var. homóloga	9.3	8.7	-6.3	--	5.6	--	6.1 <i>Mai.</i>
	t. var. média anual	4.6	10.4	-2.8	2.5	2.3	4.0	4.3 <i>Mai.</i>
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% PIB	16.3	23.7	25.2	20.7	20.6	20.0	
Despesas totais	% PIB	22.3	24.5	22.3	23.9	20.8	22.1	
Défice global	% PIB	-6.0	-0.8	2.9	-3.2	-0.2	-2.1	
Défice global sem donativos	% PIB	-14.2	-15.3	-13.1	-13.6	-10.0	-10.8	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-6.5	67.8	-54.4	2.3	83.0	0.0	
Crédito à economia	t. var. anual	65.4	66.2	25.3	13.3	37.6	8.3	
Massa monetária (M2)	t. var. anual	25.9	45.0	3.0	5.8	12.1	8.4	
TAXAS DE JURO								
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.0	3.0	3.0		3.0		3.0 <i>Mar.</i>
Activa, a 1 ano	t. anual	16.0	16.0	16.0		16.0		16.0 <i>Mar.</i>
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	17.3	71.4	-3.4	7.2	2.4	16.5	
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-5.2	48.9	1.8	-23.5	-2.7	19.9	
Balança corrente	% PIB	-3.8	-4.8	-6.5	-1.3	-6.8	-7.4	
Bal. corrente s/ transf. Oficiais ^(a)	% PIB	-4.3	-9.2	-13.8	-4.4	-9.0	-10.4	
DÍVIDA EXTERNA								
Stock total	milhões de USD	1 246	1 114	1 051		167		
	% PIB	180	132	128		20		
	% exportações ^(c)	1 094	895	814		127		
Serviço da dívida	% exportações ^(c)	14	15	12		343		
TAXAS DE CÂMBIO								
Nominal XOF/USD (mercado oficial)	t. média	478.7	447.8	472.2		495.4		455.9 <i>Jun.</i>
ITCE Nominal (base 100: 2000) ^(b)	t. variação	-0.3	2.8	1.3		-2.5		1.9 <i>Jun.</i> ^(d)
ITCE Real (base 100: 2000) ^(b)	t. variação	-0.3	5.9	-0.9		-3.6		1.3 <i>Jun.</i> ^(d)

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Não exclui as receitas das pescas; (b) ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2005/09; (c) De bens e serviços; (d) Variações face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.3.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em mil milhões de francos CFA				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Sector primário	173.0	178.2	189.2	206.2
Agropecuária, silvicultura e pesca	173.0	178.2	189.2	206.2
Sector secundário	48.3	49.5	52.5	55.7
Indústria ^(a)	44.8	45.7	48.5	51.4
Construção	3.5	3.7	4.0	4.3
Sector terciário	141.2	144.2	152.1	163.1
Comércio, restaurantes e hotéis	72.9	74.3	78.6	85.7
Transportes e comunicações	15.9	16.1	17.1	18.3
Administração pública	18.8	19.9	21.5	23.0
Banca, seguros e outros serviços	33.6	34.0	34.8	36.2
Produto Interno Bruto <i>(custo de factores)</i>	362.5	371.9	393.7	425.0
Impostos indirectos	14.9	15.7	16.6	18.1
Produto Interno Bruto <i>(preços de mercado)</i>	377.5	387.6	410.3	443.1
Consumo	397.6	413.2	426.8	460.8
Investimento	32.8	39.1	40.2	48.3
Público	15.9	19.8	19.7	23.0
Privado	17.0	19.4	20.5	25.3
Procura interna	430.5	452.4	467.0	509.1
Exportações	59.9	60.8	65.1	73.4
Procura global	490.4	513.2	532.1	582.5
Importações	112.9	125.6	121.8	139.4
<i>Para memória:</i>				
Poupança interna bruta	-20.2	-25.7	-16.5	-17.7
PIBpm nominal (milhões de USD)	842.9	820.8	830.0	924.7
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	10.5	-0.3	2.2	3.6
PIBpm nominal (variação anual em %)	14.0	2.7	5.9	8.0
PIBpm real (variação anual em %)	3.2	3.0	3.5	4.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui electricidade e água.

Quadro A.II.3.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem				
		Var. mensal [1]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-2.2	0.7	-3.5
2004	Dezembro	0.4	2.9	0.8
2005	Dezembro	-1.4	0.3	3.4
2006	Dezembro	-1.0	3.2	2.0
2007	Dezembro	-1.1	9.3	4.6
2008	Dezembro	-2.5	8.7	10.4
2009	Dezembro	-0.1	-6.3	-2.8
2010	Dezembro	0.3	5.6	2.3
2009	Janeiro	-3.7	6.9	10.4
	Fevereiro	-0.6	4.4	10.1
	Março	-0.8	4.8	10.0
	Abril	-0.7	0.2	9.3
	Maio	0.3	-0.2	8.5
	Junho	0.7	-3.9	7.0
	Julho	0.3	-5.4	5.3
	Agosto	-0.1	-7.1	3.5
	Setembro	-0.2	-6.6	1.8
	Outubro	-1.8	-8.5	0.0
	Novembro	0.3	-8.6	-1.6
	Dezembro	-0.1	-6.3	-2.8
2010	Janeiro	1.7	-1.0	-3.4
	Fevereiro	0.4	0.0	-3.7
	Março	-0.3	0.5	-4.0
	Abril	0.2	1.4	-3.9
	Maio	0.1	1.2	-3.8
	Junho	0.8	1.3	-3.4
	Julho	0.4	1.3	-2.8
	Agosto	1.7	3.2	-2.0
	Setembro	0.0	3.4	-1.1
	Outubro	-0.2	5.0	0.0
	Novembro	0.5	5.2	1.2
	Dezembro	0.3	5.6	2.3
2011	Janeiro	1.4	5.3	2.8
	Fevereiro	-0.8	4.1	3.1
	Março	0.6	5.0	3.5
	Abril	1.1	5.9	3.9
	Maio	0.3	6.1	4.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.3.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em mil milhões de francos CFA						
	2007	2008	2009	2010		2011
			Est.	Proj.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-12.5	-18.3	-25.0	-5.3	-27.7	-32.7
<i>Excluindo transferências oficiais ^(a)</i>	-29.5	-34.7	-53.5	-18.3	-37.0	-46.0
Balança comercial	-29.9	-34.5	-40.0	-12.9	-37.8	-45.9
Exportações (f.o.b.)	34.0	54.5	55.5	56.7	59.5	67.2
dq: Castanha de caju	31.2	43.3	44.9	54.5	48.6	55.4
Importações (f.o.b.)	-63.9	-89.0	-95.5	-69.6	-97.3	-113.1
Balança de serviços	-13.1	-18.5	-25.4	-21.8	-19.5	-21.1
Balança de rendimentos	-3.2	-6.0	-4.8	-4.8	-0.5	-0.2
dq: Juros programados	-3.2	-6.0	-4.8	-4.8	-0.5	-0.2
Transferências Correntes	33.6	40.7	45.2	34.1	30.0	34.5
Públicas	17.0	24.3	31.5	19.5	14.5	18.3
dq: Ajuda à balança de pagamentos	17.0	16.4	28.5	13.0	9.4	13.3
dq: Receitas das pescas	0.0	7.9	3.0	6.5	5.2	5.0
Privadas	16.6	16.4	13.7	14.6	15.5	16.2
Balança de Capitais e Financeira	12.7	15.8	25.3	8.6	23.7	36.1
Endividamento	-0.5	-12.7	-2.2	-357.7	-446.8	9.0
Desembolsos	11.6	0.1	8.5	4.7	4.7	9.4
dq: Projectos	11.6	0.1	1.0	4.7	4.7	9.4
Amortizações programadas	-12.2	-12.8	-10.7	-362.4	-451.5	-0.4
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	15.8	43.3	40.3	398.9	480.8	25.9
dq: Alívio de dívida	3.6	4.9	5.7	365.4	450.0	0.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-2.6	-14.8	-12.8	-32.6	-10.3	1.2
Balança Global	0.2	-2.6	0.3	3.3	-4.0	3.5
Financiamento	-0.2	2.6	-0.3	-3.3	4.0	-3.5
Variação das reservas oficiais (aumento: -) ^(b)	-10.5	-8.6	-8.4	-3.3	4.0	-3.5
Variação de atrasados (redução: -)	10.2	11.2	8.1	0.0	0.0	0.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Não inclui as receitas das pescas; (b) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro A.II.3.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2004 a 2009
Cabo Verde	0.2	0.6	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2
China	0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	0.2	0.1
França	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.8	0.2
Gâmbia	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.2	0.1
Holanda	0.6	0.1	0.0	0.3	0.0	0.4	0.2
Índia	82.5	61.5	51.6	66.6	73.9	63.2	67.1
Portugal	0.6	1.8	0.5	0.8	0.3	1.5	1.0
Senegal	2.0	0.4	22.5	26.2	17.4	27.4	15.8
Singapura	12.9	14.9	22.8	2.3	2.1	0.0	8.1
Outros	1.1	20.5	2.4	3.7	5.9	6.2	7.2

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.3.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2004 a 2009
China	13.0	2.3	1.6	0.2	0.4	2.6	2.6
Espanha	2.5	1.1	0.9	1.9	1.1	2.7	1.7
França	2.3	4.5	2.6	0.5	2.2	4.1	2.8
Gâmbia	2.6	1.4	7.4	1.4	2.0	0.9	2.6
Holanda	7.4	8.0	6.3	5.6	4.5	4.9	5.9
Índia	0.5	0.6	0.3	2.4	1.0	0.3	0.8
Japão	5.0	0.7	0.7	0.2	1.5	1.3	1.3
Portugal	19.4	21.0	16.1	19.7	22.4	24.4	20.9
Senegal	16.5	45.6	44.5	44.2	29.0	25.9	34.4
Outros	30.6	14.9	19.8	23.9	35.9	32.9	27.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.3.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD					
	2006	2007	2008	2009 Est.	2010 Est.
Dívida de médio ou longo prazo	1 138.4	1 244.2	1 112.8	1 049.7	
Credores multilaterais	530.6	588.4	531.7	494.4	
Credores bilaterais	607.8	655.9	581.1	555.3	
Dívida de curto prazo	1.2	1.3	1.2	1.1	
Dívida Externa Total	1 139.6	1 245.6	1 113.9	1 050.8	166.8
dq: Atrasados	336.8	360.1	388.6	427.5	0.0
<i>Dívida de médio ou longo prazo</i>	<i>336.0</i>	<i>359.3</i>	<i>387.8</i>		
<i>Credores multilaterais</i>	<i>36.8</i>	<i>37.8</i>	<i>39.4</i>		
<i>Credores bilaterais</i>	<i>299.2</i>	<i>321.5</i>	<i>348.4</i>		
<i>Clube de Paris</i>	<i>224.4</i>	<i>237.0</i>	<i>254.3</i>		
<i>Outros países</i>	<i>74.8</i>	<i>84.5</i>	<i>94.1</i>		
<i>Dívida de curto prazo</i>	<i>0.8</i>	<i>0.8</i>	<i>0.8</i>		
Serviço de dívida de m/l prazo programado	17.8	15.4	18.8	15.5	452.0
Capital	13.4	12.2	12.8	10.7	451.5
Juros	4.4	3.2	6.0	4.8	0.5
					<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>
Dívida externa total	1 267.9	1 094.2	895.5	814.0	126.7
Serviço de dívida de m/l prazo programado	19.8	13.5	15.1	12.0	343.3
Capital	14.9	10.7	10.3	8.3	342.9
Juros	4.9	2.8	4.8	3.7	0.4
					<i>(em % do PIB)</i>
Dívida externa total	196.6	180.1	132.1	128.0	20.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: Os valores de 2010 e 2011 assumem o impacto do alívio de dívida da Iniciativa HIPC e da MDRI.

Quadro A.II.3.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de francos CFA						
	2007	2008	2009 Est.	2010		2011 Proj.
				Proj.	Est.	
1. Receitas Totais	53.8	89.3	97.5	86.6	84.6	88.8
1.1. Receitas correntes	26.6	34.6	35.4	43.0	44.6	49.9
Receitas não-tributárias	7.8	13.7	8.8	12.9	11.5	11.9
dq: Sector das pescas	---	7.9	3.0	6.5	5.2	5.0
Receitas tributárias	18.8	20.9	26.6	30.1	33.1	37.9
1.2. Donativos	27.2	54.7	62.1	43.6	40.0	38.9
dq: Projectos	10.1	38.4	33.6	30.6	30.6	25.7
dq: Ajuda orçamental	17.0	16.4	28.5	13.0	9.4	13.3
2. Despesas Totais	73.7	92.4	86.3	100.1	85.5	97.9
2.1. Despesas correntes	49.3	52.4	50.3	56.8	49.3	55.3
Despesas c/ pessoal	21.9	20.5	20.5	20.7	20.7	23.8
Bens e serviços	6.2	8.0	6.4	10.2	8.6	9.1
Transferências	9.4	10.9	11.0	12.7	10.7	12.6
Juros da dívida programados	5.8	7.3	4.9	5.4	0.7	0.8
Outras despesas	6.0	5.7	7.5	7.8	8.6	9.0
2.2. Despesas de capital	24.4	40.0	36.0	43.3	36.2	42.5
3. Saldo Corrente: (1.1.)-(2.1.)	-22.7	-17.8	-14.9	-13.8	-4.7	-5.5
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.)-(2.)-(1.2.)	-47.1	-57.8	-50.9	-57.1	-40.9	-48.0
5. Saldo Global: (1.)-(2.) <i>(base compromissos)</i>	-19.9	-3.1	11.2	-13.5	-0.9	-9.1
6. Variação de Atrasados	8.7	10.0	-0.5	-7.9	-7.7	-3.5
6.1. Internos	4.2	4.8	-4.9	-7.9	-7.7	-3.5
6.2. Externos	4.5	5.2	4.4	0.0	0.0	0.0
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-1.1	-0.5	0.0	0.0	-1.8	0.0
8. Saldo Global: (5.)+(6.)+(7.) <i>(base caixa)</i>	-12.3	6.4	10.7	-21.4	-10.5	-12.6
9. Financiamento	12.3	-6.4	-10.7	8.0	10.5	9.1
9.1. Interno (líq.)	8.8	-4.6	-10.5	0.2	7.2	0.0
dq: Sistema bancário	9.9	-4.6	-10.5	0.2	7.2	0.0
9.2. Externo (líq.)	3.5	-1.8	-0.2	7.8	3.2	9.1
dq: Desembolsos	11.6	0.1	1.0	4.7	4.7	9.4
dq: Amortizações	-11.8	-12.8	-10.7	-362.4	-451.5	-0.4
dq: Alívio de Dívida	5.3	4.9	5.7	365.4	450.0	0.0
10. Diferencial de Financiamento ^(a)	0.0	0.0	0.0	-13.4	0.0	-3.5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento. Em 2011, a ser coberto com recursos do FMI ao abrigo da ECF.

Quadro A.II.3.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em mil milhões de francos CFA									
	2008	2009	2010		2010/2009		2011	2011p/2010	
			Est.	Proj.	Est.	[1]		[2]	Proj.
Activos Líquidos s/ Exterior	66.6	80.6	72.6	76.6	-5.0	-3.9	80.1	4.5	3.0
Banco Central	53.0	61.4	58.3	62.4	1.6	1.0	65.2	4.5	2.4
Bancos Comerciais	13.6	19.2	14.3	14.2	-26.0	-4.8	14.9	4.9	0.6
Crédito Interno Total	36.7	30.6	33.7	46.1	50.7	15.0	48.6	5.4	2.1
Crédito líquido ao SPA	19.3	8.8	9.0	16.1	83.0	7.1	16.1	0.0	0.0
Crédito à economia	17.4	21.8	24.7	30.0	37.6	7.9	32.5	8.3	2.2
Outros Activos (líq.)	-3.0	-7.8	3.1	-6.8	-12.8	1.0	-3.0	-55.9	3.3
Total do Activo	100.3	103.4	109.3	115.9	12.1	12.1	125.6	8.4	8.4
Massa Monetária (M2)	100.3	103.4	109.3	115.9	12.1	12.1	125.6	8.4	8.4
Circulação monetária	64.4	64.4	64.2	70.9	10.1	6.3	76.8	8.3	5.1
Depósitos à ordem	27.7	31.9	...	37.2	16.6	5.1
Quase - moeda	8.3	7.1	...	7.8	9.8	0.7
Total do Passivo	100.3	103.4	109.3	115.9	12.1	12.1	125.6	8.4	8.4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.3.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, Em percentagem						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.
Depósitos						
Depósitos a prazo:						
Até 90 dias	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
91-180 dias	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8
181-365 dias	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Crédito						
Até 90 dias	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0
90-180 dias	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0
181-365 dias	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0
Descoberto DO	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0
Operações do Banco Central						
Sistema bancário						
Taxa de desconto	4.8	4.8	4.8	4.3	4.3	4.3
Coeficiente de Reservas	3.0	3.0	3.0	3.0	7.0	7.0
<i>Para memória:</i>						
Inflação (t.v.h. no mês)	3.2	9.3	8.7	-6.3	5.6	5.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.3.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias			
	XOF/USD	ITCE ^(a)	
		base 100: 2000	
		Nominal	Real
2001	728.18	100.92	100.37
2002	695.86	102.46	102.05
2003	579.28	106.02	101.44
2004	527.53	107.64	101.55
2005	531.17	106.24	100.59
2006	521.92	108.03	101.16
2007	478.68	107.74	100.88
2008	447.78	110.76	106.87
2009	472.19	112.20	105.95
2010	495.42	109.42	102.15
2009			
Janeiro	495.44	111.16	106.82
Fevereiro	513.12	110.46	105.87
Março	503.10	112.02	106.57
Abril	497.37	111.71	105.65
Maio	481.33	111.76	106.01
Junho	468.03	112.08	106.81
Julho	465.65	112.61	107.25
Agosto	459.76	112.87	106.70
Setembro	450.53	113.48	106.77
Outubro	442.76	112.97	104.47
Novembro	439.83	113.06	104.60
Dezembro	449.31	112.53	104.36
2010			
Janeiro	459.68	111.53	104.35
Fevereiro	479.35	110.64	103.84
Março	483.48	109.94	102.58
Abril	489.24	109.06	101.47
Maio	522.31	108.14	100.97
Junho	537.36	107.81	100.77
Julho	513.80	109.11	101.56
Agosto	508.86	109.22	102.59
Setembro	502.27	109.22	102.10
Outubro	472.01	109.94	102.25
Novembro	480.43	109.81	102.39
Dezembro	496.21	109.05	101.43
2011			
Janeiro	491.19	109.50	102.28
Fevereiro	480.62	110.06	102.31
Março	468.61	110.45	102.79
Abril	454.06	110.94	--
Maio	457.30	111.08	--
Junho	455.94	111.10	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -).

MOÇAMBIQUE



ÁREA: 799 380 KM²

CAPITAL: Maputo

POPULAÇÃO: 23.4 milhões (2010)

MOEDA: Metical

A dinâmica exportadora dos megaprojectos (alumínio, energia eléctrica, gás natural, titânio e carvão) tem sido determinante nos últimos anos, permitindo a aceleração do crescimento e o reforço das reservas externas em 2010. Contudo, a evolução desfavorável dos preços internacionais das matérias-primas e a depreciação do metical pressionaram a inflação, impondo o aperto da política monetária, com resultados visíveis já no ano em curso.

II.4.1. SÍNTESE

Moçambique manteve ritmos de crescimento do produto acima dos 6% durante os últimos 10 anos, alicerçados num conjunto de políticas adequadas e de cariz contra-cíclico. O papel do FMI no processo de estabilização macroeconómica tem sido importante, através do apoio a vários programas das autoridades moçambicanas. Em Junho de 2010, foi assinado um novo programa ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI), com a duração de três anos, que tem vindo a ser cumprido, apesar de derrogações pontuais. O anterior programa ao abrigo do PSI foi complementado com o acesso à *Exogenous Shocks Facility* (ESF), entre Julho de 2009 e Junho de 2010, para sustentação das reservas externas.

Quadro II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	6.8	6.3	6.6	7.2
Inflação (t.v. média)	10.3	3.3	12.7	9.5
Massa monetária (t.v.)	20.3	32.6	22.8	20.0
Balança Corrente (% PIB)	-11.9	-12.4	-10.1	-11.9
Saldo orçamental (% PIB)	-2.3	-5.4	-3.7	-6.4
Dívida externa (% PIB)	36.5	40.2	32.5	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

As estimativas apontam para um aumento do produto real de 6.6% em 2010, principalmente com base na dinâmica de vários megaprojectos (alumínio, energia eléctrica, gás natural, titânio e carvão). O vigoroso crescimento das exportações destes produtos e a ligeira redução das importações conduziram a uma melhoria do défice corrente externo, para 10.1% do PIB (face a 12.4% em 2009). Esta contenção do défice corrente e a manutenção do volume de entradas de capitais do exterior possibilitaram o reforço das reservas externas, garantindo 5.6 meses das importações de bens e serviços do ano (+0.2 meses que no ano anterior).

As contas públicas denotaram igualmente uma evolução positiva em 2010, com o défice orçamental a diminuir para 3.7% do PIB (5.4% em 2009), decorrente sobretudo da maior arrecadação das receitas, nomeadamente tributárias, associada a um aumento da eficiência da máquina fiscal.

A conjugação da evolução dos preços internacionais das matérias primas e da depreciação do metical ao longo de grande parte do ano originou uma subida da inflação em 2010. A taxa de inflação atingiu 16.6%, em termos homólogos, em Dezembro de 2010, face a 4.2% no final de 2009. Esta evolução obrigou a uma resposta dos instrumentos monetários, ao longo de 2010, adoptando um cariz mais restritivo, com o aumento das taxas de referência e do coeficiente de reservas de caixa, para além de intervenções de absorção de liquidez no mercado cambial e emissões de Bilhetes do Tesouro. Como consequência, registou-se uma diminuição no ritmo de expansão da massa monetária e do crédito à economia.

Em 2011, um novo aumento da actividade dos megaprojectos (sobretudo ao nível da exploração de carvão) e a manutenção do investimento público deverão induzir uma aceleração ao ritmo de crescimento do produto interno, para 7.2% em 2011. No entanto, a pressão sobre a despesa pública exercida pelo subsídio aos combustíveis deverá originar um agravamento do défice orçamental, para 6.4% do PIB. Paralelamente, os aumentos esperados das importações e das saídas de dividendos, ainda que parcialmente compensados pela dinâmica das exportações dos megaprojectos, resultarão num défice corrente externo ligeiramente superior (11.9% do PIB). As reservas externas deverão contudo manter uma cobertura significativa das importações, não devendo descer aquém dos 5 meses.

É intenção das autoridades orientar política monetária para a necessidade de conter as pressões inflacionistas, mantendo o cariz restritivo adoptado em 2010, tendo como objectivo a redução da taxa de inflação para valores abaixo dos dois dígitos.

Os riscos mais significativos deste cenário prendem-se com: (i) o enraizamento das expectativas de inflação elevada, o que acarretará o prolongamento do pendor restritivo da política monetária, com consequentes impactos sobre o crédito à economia e sobre a solidez e rentabilidade do sector bancário; (ii) a evolução dos preços internacionais e a volatilidade da taxa de câmbio do metical face às moedas dos principais parceiros comerciais; e (iii) o aparecimento de constrangimentos ao nível das infraestruturas de transportes tendo em conta a contínua expansão dos megaprojectos.

A recente análise de sustentabilidade da dívida, elaborada pelo FMI e o Banco Mundial, mantém um baixo nível de risco de incumprimento do país, alertando, no entanto, para o aumento da vulnerabilidade da dívida em face da implementação do programa de investimento público com recurso a financiamento externo não concessional.

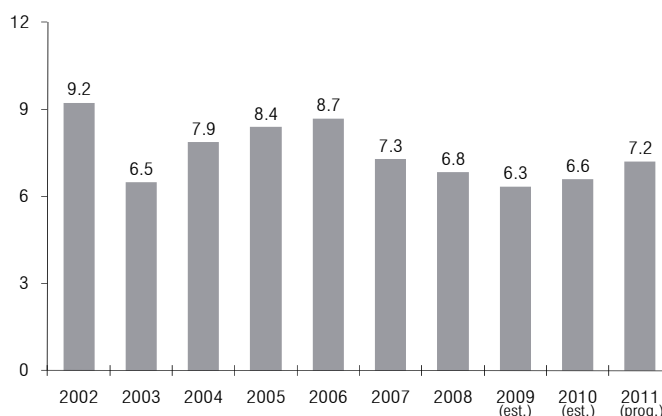
Paralelamente, o Fundo repetiu os testes de esforço sobre o sector bancário efectuados no exercício do *Financial Sector Assessment Program* (FSAP) de 2009, com dados referentes a Setembro de 2010. Os resultados são semelhantes aos anteriores, apresentando níveis de capitalização aparentemente adequados e a concentração do crédito em poucos clientes como principal vulnerabilidade.

II.4.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Em 2010, o crescimento económico inverteu a trajectória descendente que vinha demonstrando desde 2007. A actividade económica registou no ano passado um incremento real de 6.6%, 0.3 p.p. acima dos 6.3% de 2009 (o qual constituiu o valor mais baixo desde 2001). Com uma taxa média de crescimento de 8.0% na última década, Moçambique é um dos países da África subsariana com maior dinâmica do produto, acima da média de 5.7% registada naquela região.

Gráfico II.4.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI.

Em 2010, a dinamização da actividade económica esteve sobretudo ligada à produção originada pelos vários megaprojectos que se têm desenvolvido no país, nos sectores do alumínio, da energia eléctrica, do gás natural e da extracção de titânio e de carvão. De salientar igualmente o crescente valor acrescentado do sector dos transportes e comunicações, sendo responsável por 11% do produto a preços constantes no ano transacto (em 2005 pesava 9.5%).

O comportamento da procura externa revelou-se determinante no desempenho da economia, com o crescimento das exportações da produção dos megaprojectos, o que, conjugado com a diminuição das importações, se traduziu numa evolução positiva das exportações líquidas.

Na sequência da instabilidade social de final de 2010 e seguindo o sucesso da conferência internacional do ano passado¹, as autoridades moçambicanas realizaram em Fevereiro de 2011 um seminário alargado com o intuito de aproveitar a experiência internacional para promover adaptações ao modelo de crescimento². As conclusões apontaram para a necessidade de transformar estruturalmente a economia, de forma a favorecer a diversificação e a competitividade da base produtiva e de exportação, para além de impulsionar a produtividade, em especial no sector agrícola.

A nova estratégia de redução de pobreza, recentemente apresentada, repercute já algumas destas conclusões, tendo como objectivos principais: (i) o aumento de produção e produtividade dos sectores agrícola e das pescas; (ii) a criação de emprego através da promoção do ambiente de negócios; e, (iii) o desenvolvimento humano e social, incluindo uma significativa expansão dos sistemas de protecção social.

Para 2011, projecta-se uma nova aceleração do crescimento do produto (7.2%), a ser dinamizado pelo aumento da actividade dos megaprojectos, nomeadamente ao nível da extracção de carvão, contando igualmente com o investimento, eminentemente público e destinado a infra-estruturas.

Gráfico II.4.2.

INFLAÇÃO – MAPUTO | Variação mensal do IPC, em percentagem

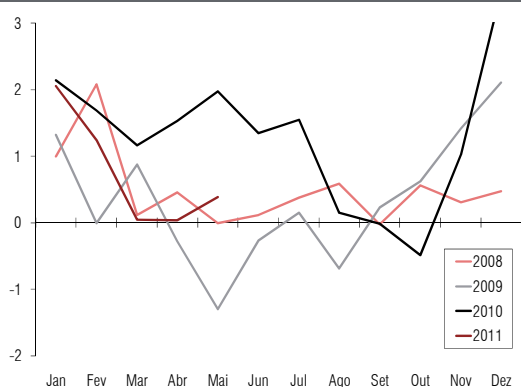
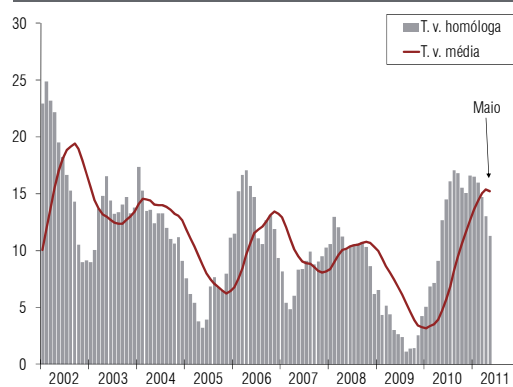


Gráfico II.4.3.

INFLAÇÃO – MAPUTO | Variação anual do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Moçambique e INE de Moçambique.

A taxa de inflação registou uma subida acentuada ao longo de 2010, terminando o ano em 12.7% em termos médios (3.3% em 2009). Esta evolução reflecte a conjugação dos impactos da subida dos preços internacionais das matérias-primas e da depreciação do metical durante grande parte do ano.

Desde o início de 2011, os preços têm denotado alguma desaceleração no seu ritmo de crescimento, com a inflação homóloga a cair para 11.3% em Maio, face a 16.6% em Dezembro de 2010. Contando com o esforço das autoridades em controlar a expansão da massa monetária, foi estabelecido um objectivo para a inflação média de 9.5% no final do corrente ano.

¹ Em Março de 2010, o Governo de Moçambique, em coordenação com o Banco Mundial e o FMI, organizou uma conferência de alto nível na Vila da Namaacha para troca de pontos de vista sobre o desempenho económico de Moçambique e os desafios futuros em termos de políticas macroeconómicas.

² À semelhança da conferência da Namaacha, as autoridades moçambicanas realizaram, em colaboração com instituições internacionais (Banco Mundial, FMI, Banco Africano para o Desenvolvimento, entre outras), um seminário de alto nível em Maputo para partilha de experiências sobre o modelo de crescimento e a necessária nova estratégia de redução de pobreza.

II.4.3. CONTAS EXTERNAS

Tal como nos últimos anos, a actividade dos megaprojectos determinou o comportamento das contas externas moçambicanas em 2010. O significativo crescimento das exportações de bens produzidos pelos mesmos no ano transacto, que contou com a subida dos respectivos preços internacionais, reflectiu-se numa redução do défice corrente para 10.1% do PIB. Contrariamente, as exportações tradicionais (camarão, algodão, açúcar e madeira) apresentaram uma fraca dinâmica.

Quadro II.4.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
			Est.	Prog.
Balança Corrente	-11.9	-12.4	-10.1	-11.9
Balança Comercial	-10.0	-13.0	-11.0	-11.2
Exportações	26.7	21.8	22.6	22.2
Importações	-36.6	-34.8	-33.6	-33.4
Balança Serv. e Rend.	-10.5	-7.2	-5.8	-7.2
Transferências Correntes	8.6	7.8	6.8	6.5
Bal. Capitais e Financ.	12.0	13.1	12.2	12.7
Bal. Capitais	4.2	4.3	3.5	3.7
Bal. Financeira	7.7	8.8	8.7	9.0
dq: IDE (líq.)	5.9	9.1	8.0	7.5
Erros e Omissões	1.1	1.3	-1.5	0.0
Balança Global	1.2	2.0	0.6	0.8

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

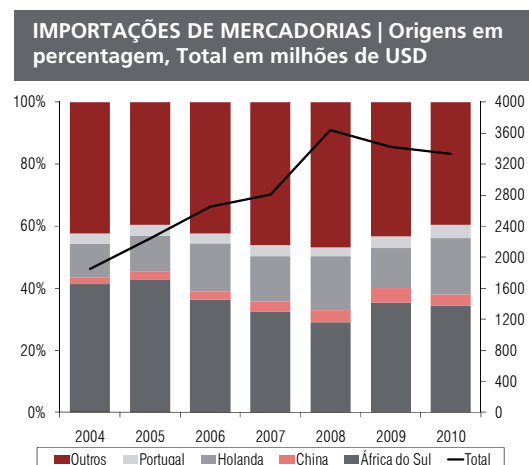
Paralelamente, as importações de bens denotaram alguma diminuição em 2010, principalmente de bens de consumo (com destaque para os cereais e os automóveis), devido em parte à apreciação do USD face ao metical. A balança comercial evidenciou deste modo uma redução do seu défice, para 11% do PIB.

A quebra significativa das saídas relativas a lucros e dividendos repatriados e ao menor volume de juros de dívida pagos pelos megaprojectos, contribuiu igualmente para a melhoria da balança corrente registada no ano passado, reduzindo o défice de serviços e rendimentos.

Gráfico II.4.4.



Gráfico II.4.5.



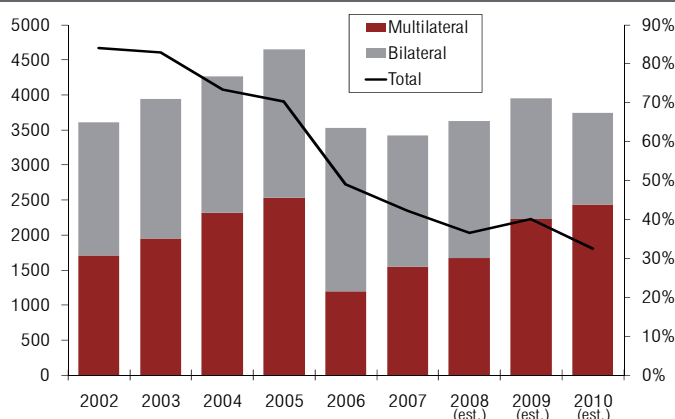
Fontes: Banco de Moçambique.

Registou-se igualmente alguma redução do excedente da balança de capitais e financeira, repercutindo a diminuição das entradas relativas a transferência de capital para o financiamento do investimento público (decorrente dos efeitos da crise internacional sobre alguns dos principais parceiros de desenvolvimento) e do valor de investimento directo externo não ligado aos megaprojectos (nomeadamente nos sectores agrícola e dos transportes e comunicações).

Apesar de evidenciar alguma redução, a balança global manteve-se positiva em 2010, o que, conjugado com a entrada líquida de fundos do FMI de USD 18 milhões (onde se inclui um saque ao abrigo da ESF), possibilitou o reforço das reservas externas do Banco de Moçambique em USD 87 milhões, garantindo 5.6 meses de importações bens e serviços.

Gráfico II.4.6.

DÍVIDA EXTERNA | Em milhões de USD, Total em percentagem do PIB



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Para 2011, espera-se algum agravamento do défice da balança corrente, para 11.9% do PIB, para o qual concorrerá a evolução de todas as suas componentes, destacando-se a subida do défice da balança de rendimentos (dividendos enviados para o exterior) e o aumento das importações relacionadas com o investimento, apesar do bom comportamento previsto para as exportações dos megaprojectos. Um novo crescimento dos empréstimos externos contraídos pelo Estado, para financiamento do investimento público, permitirá, ainda assim, reforçar o saldo positivo da balança global, sustentando as reservas externas em 5.0 meses das importações de bens e serviços programadas.

II.4.4. FINANÇAS PÚBLICAS

As contas públicas moçambicanas denotaram uma melhoria superior à esperada em 2010, com o défice orçamental a reduzir-se para 3.7% do PIB, aquém dos 5.4% de 2009 e dos 4.5% orçamentados. Evoluindo no mesmo sentido, o saldo corrente retornou a valores positivos em 2010, para 1.2% do PIB, após ter atingido um défice de 0.4% do PIB no ano anterior.

Este comportamento traduz sobretudo o crescimento acentuado das receitas fiscais (em 36%, passando a representar 17.5% do PIB), decorrente do esforço desenvolvido pela administração fiscal no aumento da sua eficácia, traduzida em especial no aumento da arrecadação de impostos sobre o consumo. A maior colecta de receitas fiscais, conjugado com alguma subida de receitas não fiscais (em 0.2 p.p., para 2.2% do PIB), permitiu compensar os encargos acrescidos com as despesas correntes. Estas registaram um acréscimo de 25% face a 2009, decorrente de subidas nas diversas classes de despesa, com destaque para as transferências e subsídios, no qual se inclui o subsídio aos combustíveis (que atingiu um montante equivalente a 1.5% do PIB em 2010).

Quadro II.4.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
			Est.	Prog.
Receitas totais	25.5	26.7	28.4	27.6
Receitas correntes	15.9	17.3	19.6	20.2
Donativos	9.4	9.4	8.1	7.3
Despesas totais	27.8	32.2	32.1	33.9
Despesas correntes	15.7	17.8	18.4	19.2
Juros da dívida prog.	0.5	0.5	0.8	0.9
Desp. de capital	11.5	12.8	12.6	11.7
Empréstimos Líquidos	0.6	1.6	1.1	3.1
Saldo corrente	0.3	-0.4	1.2	1.0
Saldo global	-2.3	-5.4	-3.7	-6.4

Fontes: FMI e Banco de Moçambique.

De destacar ainda o decréscimo do peso dos donativos, que baixaram para 8.1% do PIB (9.4% em 2009), e a das despesas de investimento, que representaram 12.6% do PIB em 2010 (12.8% no ano anterior), tendo ambas as rubricas ficado abaixo do orçamentado. A recuperação do metical na parte final do ano limitou o crescimento do valor dos donativos em moeda local, enquanto a aprovação tardia do Orçamento de Estado de 2010 provocou atrasos na implementação de alguns projectos de investimento (a realização de eleições gerais no final de 2009 adiou a apresentação do orçamento para o ano seguinte, tendo sido aprovado em Abril).

Gráfico II.4.7.

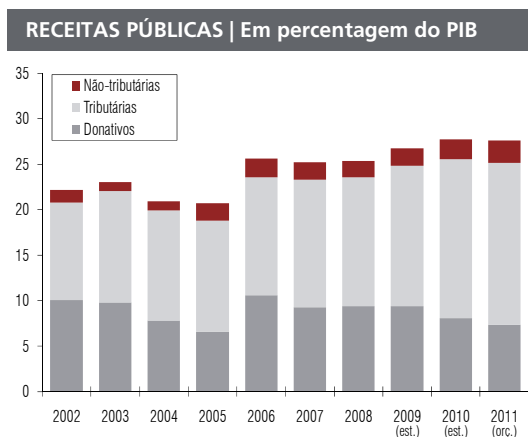
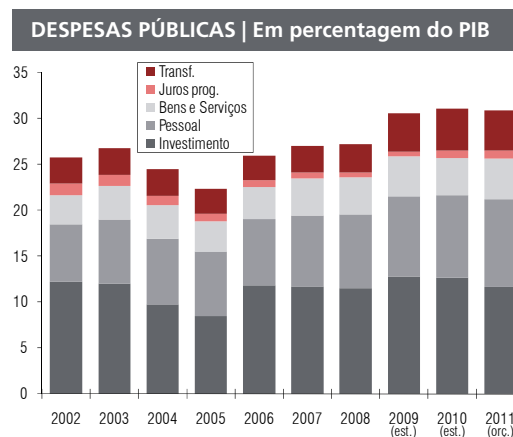


Gráfico II.4.8.



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

O reconhecimento do elevado encargo constituído pelo subsídio aos combustíveis levou à decisão da sua remoção gradual em Março do corrente ano e à apresentação de um orçamento rectificativo em Abril seguinte. Os valores constantes deste orçamento rectificativo apontam para um aumento do défice orçamental para 6.4% do PIB no corrente ano, conjugando o crescimento das despesas correntes e dos empréstimos líquidos e uma nova redução do peso dos donativos, apesar de se esperar a continuação do bom comportamento da arrecadação de receitas fiscais.

II.4.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

Tal como no ano anterior, em 2010 foi ultrapassada a meta traçada para o crescimento da base monetária em Moçambique, que se constitui como o objectivo intermédio da política monetária, a qual

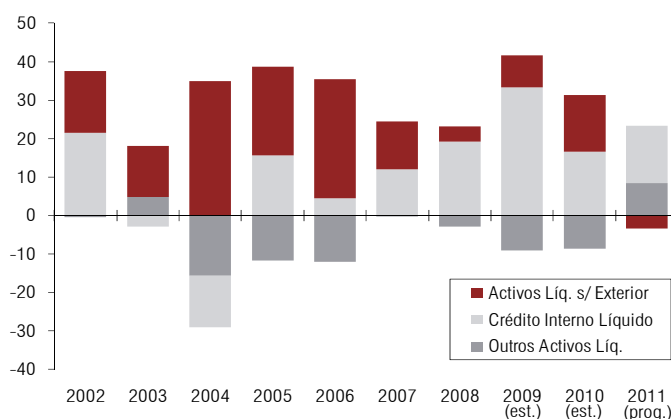
se expandiu em 29.2%, 9.8 p.p. acima do programado. Esta subida teve como contrapartida um aumento das notas e moedas em circulação – com o aumento da preferência pela utilização de moeda, passando a representar 13.2% do total dos meios de pagamento (12.2% em 2009) – mas também das reservas bancárias – com a subida do coeficiente de reservas obrigatórias.

A massa monetária voltou também a evidenciar um crescimento acima do programado, expandindo-se 22.8% em 2010 (+1.8 p.p. que o valor previsto). Este aumento constituiu uma desaceleração face a 2009 e repercutiu a adopção de uma política monetária mais restritiva a partir de meados do ano, como resposta das autoridades ao crescimento das pressões inflacionistas.

O Banco de Moçambique procedeu a aumentos da sua taxa de referência (relativa às operações de cedência de liquidez), em 5 p.p. em termos acumulados, para 16.5%, e do coeficiente de reservas de caixa, em 1 p.p., para 9%, para além de intervenções de absorção de liquidez tanto no mercado cambial como através da emissão de Bilhetes do Tesouro. Estas medidas redundaram sobretudo num abrandamento do crescimento do crédito à economia, mais vincado no segundo semestre do ano.

Gráfico II.4.9.

FACTORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em percentagem do stock inicial da massa monetária



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

A subida acumulada da taxa da facilidade de cedência propagou-se às taxas de juro praticadas no mercado monetário interbancário e no mercado primário de Bilhetes do Tesouro, que sofreram aumentos em torno dos 7 p.p., e às taxas praticadas nas operações bancárias, entre 3 e 4 p.p., tanto nas activas como nas passivas.

Em 2011, as autoridades moçambicanas pretendem sobretudo combater as expectativas inflacionistas, contendo a taxa de inflação em valores abaixo dos dois dígitos. Para tal, o banco central procurará limitar o crescimento da base monetária a 14.5%, usando os instrumentos ao seu dispor. Adicionalmente foi assinado em Março de 2011 um acordo de partilha de informação entre o Banco de Moçambique e o Ministério das Finanças, que procura facilitar a previsibilidade dos fluxos de execução orçamental e a previsão de liquidez do sistema bancário.

No quadro do programa acordado ao abrigo do PSI, foi efectuada uma programação monetária para 2011 que aponta para o desacelerar do crescimento do crédito à economia, como consequência do combate à inflação. A massa monetária deverá abrandar o seu ritmo de expansão, para 20%, ainda assim acomodando o aumento do crédito líquido ao sector público administrativo e o reforço das reservas externas do banco central.

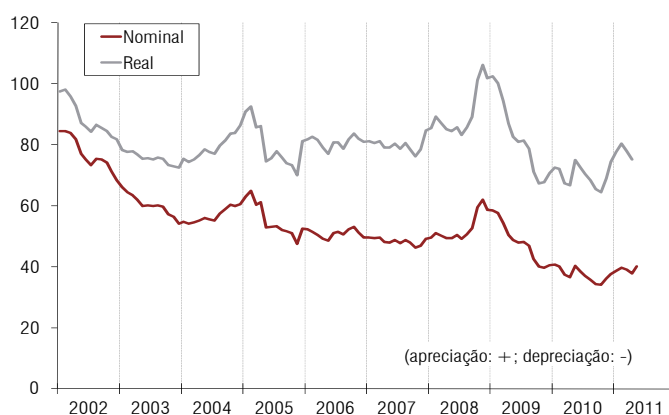
Seguindo um regime cambial de câmbios flutuantes, o banco central moçambicano recorre contudo a intervenções no mercado cambial interbancário como instrumento de esterilização de liquidez e como

meio de atenuação das pressões sobre a taxa de câmbio. A elevada volatilidade do metical em 2010 reforçou a preocupação da autoridade monetária quanto ao seu impacto sobre a inflação, pelo que o Banco de Moçambique deverá continuar a intervir no sentido de atenuar flutuações acentuadas da taxa de câmbio.

Ao longo de grande parte de 2010, o metical continuou a tendência de depreciação do ano anterior face às principais moedas de referência para Moçambique (dólar norte-americano, euro e rand sul-africano). A desvalorização acumulada foi mais significativa face ao dólar norte-americano (33.2% até Agosto) e ao rand (31.9% até Outubro). Registou-se, a partir dessa altura, uma inversão da trajectória, com o metical a valorizar cerca de 16% até Maio de 2011, face a ambas as moedas.

Gráfico II.4.10.

TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA | Índices base 100: 2000, Médias trimestrais



Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

Em Maio de 2011 as autoridades moçambicanas anunciaram a aceitação das obrigações previstas no Artigo VIII dos Estatutos do FMI, pretendendo no curto-prazo e faseadamente prosseguir com a eliminação efectiva de todas as restrições cambiais existentes sobre pagamentos e transferências relacionadas com transacções internacionais correntes. O Banco de Moçambique tomou igualmente a decisão formal de acabar com as actuais práticas de taxas de câmbio diferenciadas (existentes, por exemplo, entre as taxas praticadas no mercado cambial interbancário e as usadas nas transacções do Banco de Moçambique com o governo e o Banco Mundial).

Quadro A.II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2007	2008	2009	2010		2011	
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	milhões de EUR	5838	6728	5927	6980	8308	8478	
PIB real	t. var. anual	7.3	6.8	6.3	7.2	6.6	7.2	
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	10.3	6.2	4.2	8.0	16.6	8.4	11.3 <i>Mai.</i>
	t. var. média	8.2	10.3	3.3	9.3	12.7	9.5	15.2 <i>Mai.</i>
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	% PIB	25.2	25.5	26.7	25.7	28.4	27.6	
Despesas totais	% PIB	29.0	27.8	32.2	30.2	32.1	33.9	
Défice global	% PIB	-3.8	-2.3	-5.4	-4.5	-3.7	-6.4	
Défice global sem donativos	% PIB	-13.1	-11.7	-14.8	-12.8	-11.8	-13.7	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	17.6	-13.1	4.1	8.6	-17.6	16.0	
Crédito à economia	t. var. anual	16.6	45.9	58.6	19.1	27.5	19.5	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	24.2	20.3	32.6	21.0	22.8	20.0	
TAXAS DE JURO								
Passiva, a 1 ano	t. anual	12.7	11.6	10.2		12.2	13.2 <i>Abr.</i>	
Activa, a 1 ano	t. anual	22.2	21.8	19.2		21.7	22.9 <i>Abr.</i>	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	1.3	10.0	-19.1	-2.7	4.5	14.8	
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	6.1	29.6	-6.1	4.9	-2.5	16.1	
Balança corrente	% PIB	-9.7	-11.9	-12.4	-14.0	-10.1	-11.9	
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-16.0	-19.6	-19.3	--	-16.2	--	
Reservas oficiais	meses de import. ^(b)	5.0	4.7	5.4	5.0	5.6	5.0	
DÍVIDA EXTERNA								
Stock total	milhões de EUR	2461	2455	3343		2338		
	% PIB	42.2	36.5	40.2		32.5		
	% exportações ^(b)	136.4	120.8	163.1		112.0		
Serviço da dívida	% exportações ^(b)	1.9	2.3	2.0		2.2		
TAXAS DE CÂMBIO								
MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	35.57	35.72	38.95		45.44	42.52 <i>Mai.</i>	
MZM/USD (mercado oficial)	t. média	25.56	24.17	26.71		32.99	30.13 <i>Mai.</i>	
MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	26.64	25.15	29.24		35.65	32.62 <i>Mar.</i>	
ITCE nominal (base 100: 2000) ^(a)	t. variação ^(c)	-0.7	19.2	-30.9		-7.2	6.6 <i>Mai.</i>	
ITCE real (base 100: 2000) ^(a)	t. variação ^(c)	4.5	20.3	-30.6		5.1	7.6 <i>Mai.</i>	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -); (b) De bens e serviços; (c) Variação face a Dezembro do ano anterior.

Quadro A.II.4.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em milhões de MZM					
	2007	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
Sector primário	52 829	64 368	72 133		
Agricultura e pecuária	49 431	60 109	67 906		
Pesca	3 398	4 259	4 227		
Sector secundário	49 338	53 832	57 449		
Indústria extractiva	2 967	3 318	3 559		
Indústria transformadora	29 370	33 610	34 746		
Electricidade e água	11 065	10 044	11 586		
Construção	5 936	6 860	7 558		
Sector terciário	88 484	101 777	115 616		
Comércio e Reparações	28 970	33 457	39 548		
Restaurantes e Hotéis	3 081	3 781	3 906		
Transportes e Comunicações	19 011	22 180	24 967		
Serviços Financeiros	9 088	9 522	10 508		
Aluguer de Imóveis	12 225	13 495	14 254		
Serviços Públicos	18 164	21 353	24 959		
Outros	-2 055	-2 011	-2 526		
Produto Interno Bruto (custo de factores)	190 652	219 977	245 198		
Impostos indirectos	16 991	20 380	24 148		
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	207 644	240 358	269 346	323 585	379 837
Consumo	191 136	222 204	253 020	289 098	339 330
Público	24 738	29 691	37 658		
Privado	166 398	192 513	215 362		
Investimento	31 783	42 291	39 906	66 659	80 905
Formação Bruta de Capital Fixo	33 504	39 614	43 825		
Variação de Existências	-1 721	2 677	-3 919		
Procura interna	222 919	264 495	292 926	355 757	420 235
Exportações de bens e serviços	64 146	72 638	70 112	92 906	95 386
Procura global	287 065	337 133	363 038	448 663	515 621
Importações de bens e serviços	79 423	96 775	93 692	125 078	135 784
<i>Para memória:</i>					
Poupança interna bruta	16 508	18 154	16 326	34 487	40 507
PIBpm nominal (milhões de USD)	8 123	9 943	9 831	9 912	11 607
Deflador do PIBpm (variação anual em %)	7.4	8.4	5.4	12.7	9.5
PIBpm nominal (variação anual em %)	15.2	15.8	12.1	20.1	17.4
PIBpm real (variação anual em %)	7.3	6.8	6.3	6.6	7.2

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR - MAPUTO Em percentagem				
		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro	2.9	9.1	16.8
2003	Dezembro	3.4	13.8	13.4
2004	Dezembro	1.5	9.1	12.7
2005	Dezembro	4.4	11.2	6.4
2006	Dezembro	2.1	9.4	13.2
2007	Dezembro	2.8	10.3	8.2
2008	Dezembro	0.5	6.2	10.3
2009	Dezembro	2.1	4.2	3.3
2010	Dezembro	3.5	16.6	12.7
<hr/>				
2009	Janeiro	1.3	6.5	10.0
	Fevereiro	0.0	4.4	9.2
	Março	0.9	5.2	8.6
	Abril	-0.3	4.4	8.1
	Maio	-1.3	3.0	7.5
	Junho	-0.3	2.6	6.8
	Julho	0.2	2.4	6.1
	Agosto	-0.7	1.1	5.4
	Setembro	0.2	1.4	4.6
	Outubro	0.6	1.4	3.9
	Novembro	1.4	2.5	3.4
	Dezembro	2.1	4.2	3.3
2010	Janeiro	2.1	5.1	3.1
	Fevereiro	1.7	6.8	3.4
	Março	1.2	7.1	3.5
	Abril	1.5	9.1	3.9
	Maio	2.0	12.7	4.7
	Junho	1.3	14.5	5.7
	Julho	1.5	16.1	6.9
	Agosto	0.1	17.1	8.2
	Setembro	0.0	16.8	9.5
	Outubro	-0.5	15.5	10.6
	Novembro	1.0	15.1	11.7
	Dezembro	3.5	16.6	12.7
2011	Janeiro	2.1	16.5	13.7
	Fevereiro	1.2	16.0	14.4
	Março	0.0	14.7	15.1
	Abril	0.0	13.0	15.4
	Maio	0.4	11.3	15.2

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.

Notas: Em 2004, foi alterada a base de cálculo do IPC (para Dezembro de 2004) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

[1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.4.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD							
	2007	2008	2009	2010		2011	
				Prog.	Est.	Prog.	Trim. I
Balança Corrente	-785	-1 179	-1 220	-1 391	-999	-1 380	-386
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-1 300</i>	<i>-1 948</i>	<i>-1 901</i>	<i>--</i>	<i>-1 604</i>	<i>--</i>	<i>-610</i>
Balança comercial	-399	-990	-1 275	-1 500	-1 092	-1 297	-475
Exportações (f.o.b.)	2 412	2 653	2 147	2 089	2 243	2 574	635
dq: Megaprojectos	1 843	1 851	1 311	1 474	1 668	1 960	--
Importações (c.i.f.)	-2 811	-3 643	-3 422	-3 589	-3 335	-3 871	-1 110
dq: Megaprojectos	-689	-754	-791	-782	-900	-1 035	--
Balança de serviços	-397	-410	-457	-451	-493	-615	-180
Balança de rendimentos	-592	-631	-251	-233	-85	-225	11
dq: Dividendos dos Megaprojectos	--	-492	-224	-220	-70	-219	--
Juros programados	-85	-28	-20	--	-30	--	-9
Transferências correntes	602	852	763	793	671	757	258
Transferências oficiais	515	768	682	--	605	--	224
dq: Donativos externos	518	778	687	713	605	675	225
Transferências privadas	87	84	82	--	66	--	34
Balança de Capitais e Financeira	994	1 190	1 288	1 491	1 208	1 471	201
Balança de Capitais	542	421	422	371	349	431	72
Balança Financeira	452	769	866	1 119	859	1 040	129
Investimento directo estrangeiro (líq.)	428	587	890	917	790	867	84
Endividamento do SPA (líq.)	216	342	434	583	476	885	63
Endividamento do sector privado (líq.)	166	-97	-487	-203	-348	-343	100
Outras operações (líq.) ^(a)	-357	-64	28	-177	-59	-368	-118
Erros e Omissões	60	111	126	0	-151	0	144
Balança Global	269	122	194	100	58	91	-42
Financiamento	-269	-122	-194	-100	-58	-91	42
Variação das reservas oficiais ^(a)	-285	-140	-352	-120	-87	-89	36
Utilização de fundos do FMI (líq.) ^(b)	0	0	156	20	18	-2	5
Financiamento excepcional	16	18	2	0	10	0	0
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento ^(c)	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: **(a)** Em 2009 inclui a mobilização da alocação de DSE de 108.8 milhões, registada como passivos no investimento das autoridades monetárias, com contrapartida no aumento das reservas oficiais; **(b)** Desembolsos em 2009 e 2010 relativos ao acordo ao abrigo da *Exogenous Shocks Facility*; **(c)** Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
África do Sul	12.9	16.2	15.2	17.2	9.2	21.4	20.8	16.1
Bélgica	0.6	0.1	0.1	0.3	0.5	0.7	0.4	0.4
China	1.6	1.9	1.4	1.7	1.6	3.5	3.5	2.2
Espanha	2.5	1.9	1.8	1.5	1.3	1.5	1.4	1.6
E.U.A.	0.6	2.2	0.3	0.2	0.5	1.9	0.7	0.9
Holanda	60.9	59.7	59.7	61.8	55.5	41.6	52.7	55.8
Índia	2.2	1.5	1.3	0.7	0.8	2.6	1.4	1.4
Malawi	3.3	2.8	1.0	0.7	1.4	2.2	1.2	1.7
Portugal	2.8	1.2	1.2	1.3	0.8	1.5	4.8	1.9
Zimbabwe	2.3	2.9	3.2	2.9	2.1	3.4	3.2	2.9
Outros	10.3	9.6	14.7	11.7	26.2	19.6	9.9	15.2

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
África do Sul	41.4	42.9	36.3	32.4	29.1	35.5	34.4	35.2
Austrália	0.1	0.7	0.1	0.3	0.1	0.6	0.4	0.3
China	2.0	2.5	2.6	3.5	3.9	4.6	3.6	3.4
E.U.A.	2.4	2.6	2.2	2.7	4.0	3.6	2.1	2.9
França	1.7	0.9	0.8	0.8	0.6	0.8	0.6	0.8
Holanda	11.0	11.5	15.6	14.5	17.4	13.0	18.0	14.8
Índia	3.1	3.6	3.2	4.4	3.6	6.5	5.7	4.4
Japão	0.8	0.8	0.6	3.1	3.2	3.8	3.5	2.5
Portugal	3.3	3.6	3.3	3.5	2.9	3.8	4.3	3.5
Outros	34.3	30.9	35.3	34.9	35.2	28.0	27.3	32.1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD					
	2006	2007	2008	2009	2010
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo	3 532.7	3 424.0	3 628.5	3 947.7	3 221.4
Credores multilaterais	1 191.6	1 543.4	1 672.9	2 229.0	2 436.6
Credores bilaterais	2 341.1	1 880.6	1 955.6	1 718.8	1 307.0
Países da OCDE	647.9	639.6	607.3	--	--
Países da OPEP	324.2	159.9	159.9	--	--
Países da Europa de Leste	250.7	107.1	107.2	--	--
Outros países	1 118.3	974.0	1 081.2	--	--
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--
Dívida Externa Total	3 532.7	3 424.0	3 628.5	3 947.7	3 221.4
Serviço da dívida de m/l prazo programado	61.6	47.6	69.1	49.2	63.2
Capital	43.4	31.9	41.5	28.7	33.1
Juros	18.2	15.7	27.6	20.4	30.1
			<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>		
Dívida externa total	160.9	136.4	120.8	163.1	112.0
Serviço de dívida	2.8	1.9	2.3	2.0	2.2
			<i>(em % do PIB)</i>		
Dívida externa total	49.0	42.2	36.5	40.2	32.5

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de MZM							
	2007	2008	2009	2010		2011	
				Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.
1. Receitas Totais ^(b)	52.33	61.33	72.03	83.32	91.86	110.2	104.70
1.1. Receitas correntes	33.06	38.27	46.73	56.47	63.49	112.4	76.79
Receitas não-tributárias	3.98	4.25	5.26	6.56	7.02	107.0	9.23
Receitas tributárias	29.08	34.02	41.47	49.91	56.47	113.1	67.56
Impostos sobre o rendimento	9.28	11.72	13.72	17.50	18.50	105.7	22.01
Impostos sobre o consumo	15.51	18.05	22.89	27.00	31.63	117.1	37.69
dq: Produtos petrolíferos	2.26	2.51	3.27	--	--	--	--
Impostos s/ comércio internacional	3.78	3.59	4.08	4.36	5.24	120.2	6.53
Outros impostos	0.52	0.65	0.78	1.05	1.10	104.8	1.33
1.2. Donativos	19.27	22.64	25.30	26.85	26.16	97.4	27.91
2. Despesas Totais ^(c)	60.22	66.89	86.70	97.87	103.92	106.2	128.94
2.1. Despesas correntes ^(d)	31.84	37.63	47.87	52.85	59.64	112.8	72.99
Despesas com o pessoal	16.09	19.27	23.62	27.60	29.11	105.5	36.25
Bens e serviços	8.34	9.71	11.72	11.99	13.17	109.8	16.85
Transferências e subsídios	6.13	7.40	11.17	11.50	14.71	127.9	16.58
Juros da dívida programados	1.28	1.26	1.36	1.73	2.65	153.2	3.31
2.2. Despesas de Capital	24.31	27.74	34.41	42.64	40.86	95.8	44.27
Financiamento Interno	9.15	10.93	11.72	18.71	19.11	102.1	18.77
Financiamento Externo	15.17	16.81	22.69	23.93	21.75	90.9	25.50
2.3. Empréstimos Líquidos	2.30	1.52	4.42	2.38	3.42	143.7	11.68
3. Saldo Corrente: (1.1)-(2.1)	1.22	0.64	-1.15	3.62	3.85	--	3.80
4. Saldo Global s/ Donativos: (1)-(2)-(1.2)	-27.17	-28.20	-39.97	-41.40	-38.22	--	-52.15
5. Saldo Global: (1)-(2)	-7.90	-5.57	-14.67	-14.55	-12.06	--	-24.24
6. Financiamento	7.90	5.57	14.67	14.55	12.06	--	24.24
6.1. Interno (líq.) ^{(e), (f)}	0.38	-4.08	1.17	1.26	-1.75	-138.6	2.09
dq: Sistema bancário	2.13	-1.31	0.46	0.90	-1.91	--	2.04
6.2. Externo (líq.)	7.52	9.65	13.50	13.28	13.81	104.0	22.15
Desembolsos ^(e)	8.29	9.56	14.20	14.74	14.85	100.7	23.26
Amortizações efectivas	-0.82	-0.75	-0.70	-1.46	-1.03	70.8	-1.11
7. Diferencial de Financiamento ^(g)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	--	0.00

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui receitas não discriminadas; (c) Inclui despesas não discriminadas; (d) Inclui outras despesas correntes; (e) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (f) Para 2009 e 2010 inclui receitas de privatizações; (g) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em milhões de MZM									
	2009	2010		2010/2009		2011	2011p/2010e		2011
	Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.
Activos Líquidos s/ Exterior	63 759	78 300	79 624	24.9	14.8	75 200	-5.6	-3.4	77 292
Banco Central	49 661	57 700	56 856	14.5	6.7	59 550	4.7	2.0	52 822
Disponib. s/ Exterior	59 627	--	68 633	15.1	8.4	--	--	--	64 220
Responsab. s/ Exterior	-9 965	--	-11 777	18.2	-1.7	--	--	--	-11 399
Bancos Comerciais	14 098	20 600	22 768	61.5	8.1	15 650	-31.3	-5.4	24 470
Crédito Interno Total	60 605	75 200	78 328	29.2	16.6	98 100	25.2	15.0	77 527
Crédito líquido ao S.P.A.	-10 835	-9 900	-12 741	-17.6	-1.8	-10 700	16.0	1.6	-14 871
Crédito concedido	28 727	--	24 359	-15.2	-4.1	--	--	--	29 099
Depósitos	-38 051	--	-36 209	-4.8	1.7	--	--	--	-43 172
Moeda nacional	-37 364	--	-35 909	-3.9	1.4	--	--	--	-42 900
Moeda estrangeira	-687	--	-300	-56.4	0.4	--	--	--	-272
Fundos consignados	-1 511	--	-891	-41.0	0.6	--	--	--	-798
Crédito à economia	71 440	85 100	91 069	27.5	18.3	108 800	19.5	13.5	92 398
Em moeda nacional	48 653	57 700	63 904	31.3	14.2	76 900	20.3	9.9	67 117
Em moeda estrangeira	22 787	27 400	27 164	19.2	4.1	31 900	17.4	3.6	25 281
Total do Activo	124 364	153 500	157 951	27.0	--	173 300	9.7	--	154 819
Massa Monetária (M3)	107 074	129 600	131 467	22.8	22.8	157 800	20.0	20.0	129 332
<i>Base monetária</i>	<i>24 464</i>	<i>29 200</i>	<i>31 618</i>	<i>29.2</i>	<i>6.7</i>	<i>36 200</i>	<i>14.5</i>	<i>3.5</i>	<i>28 629</i>
Circulação monetária	13 054	15 990	17 396	33.3	--	24 600	41.4	--	14 700
Depósitos à ordem	60 847	71 350	71 797	18.0	--	82 100	14.3	--	73 602
Quase-moeda	33 173	42 260	42 273	27.4	--	51 100	20.9	--	41 030
Outras Rubricas (líq.)	17 290	23 900	26 484	53.2	-8.6	15 500	-41.5	8.4	25 487
dq: Contrap. de flut. cambiais	1 215	--	4 087	--	--	--	--	--	-195
Total do Passivo	124 364	153 500	157 951	27.0	--	173 300	9.7	--	154 819

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: [1] Variação percentual face ao período anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

Quadro A.II.4.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, Em percentagem							
		2006	2007	2008	2009	2010	2011
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Abr.
Depósitos	91-180 dias	11.2	12.1	11.2	8.8	11.5	12.6
	181-365 dias	12.4	12.7	11.6	10.2	12.2	13.2
	1-2 anos	12.4	12.2	11.1	9.4	14.3	13.0
Crédito	Até 180 dias	24.5	23.0	22.0	18.6	22.0	23.2
	181-365 dias	23.2	22.2	21.8	19.2	21.7	22.9
	1-2 anos	22.6	22.1	20.7	18.8	22.6	23.3
Taxas de Referência							
Facilidade Perm. de Cedência		17.5	15.5	14.5	11.5	15.5	16.5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)		16.0	14.8	14.0	9.5	14.7	16.2
MMI sem garantia (Até 7 dias)		16.0	13.9	12.4	8.0	13.1	15.3

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias											
	MZM/EUR			MZM/USD					MZM/	ITCE ^(a)	
	Oficial (Of)	Livre (Li)	Li/Of (%)	Oficial (Of)	Paralelo (Pa)	Livre (Li)	Pa/Of (%)	Li/Of (%)	/ZAR Livres	base 100: 2000 Nom.	Real
2000	13979.9	14044.8	0.46	15140.9	15995.9	15254.1	5.65	0.75	2187.1	100.00	100.00
2001	18293.7	18515.4	1.21	20455.5	21145.4	20706.5	3.37	1.23	2537.1	82.60	85.94
2002	21896.4	22370.7	2.17	23180.4	24281.3	23665.4	4.75	2.09	2373.7	76.96	88.47
2003	26360.4	26874.1	1.95	23340.9	24248.7	23782.3	3.89	1.89	3187.7	60.22	75.62
2004	27457.0	27782.7	1.19	22130.9	23165.5	22581.3	4.67	2.04	3523.4	56.65	78.90
2005	28337.5	28576.1	0.84	22936.3	23614.4	23068.4	2.96	0.58	3617.1	54.60	78.92
2006 ^(b)	32.18	31.38	-2.47	24.98	26.93	26.03	7.82	4.18	3.77	50.79	80.72
2007	35.57	35.02	-1.55	25.56	26.64	25.84	4.24	1.09	3.67	48.33	79.90
2008	35.72	35.49	-0.65	24.17	25.15	24.30	4.05	0.52	2.98	52.60	90.18
2009	38.95	37.25	-4.37	26.71	29.24	27.52	9.47	3.03	3.33	47.63	81.40
2010	45.44	43.63	-3.99	32.99	35.65	33.96	8.09	2.95	4.65	37.24	69.71
2009											
Janeiro	33.09	33.57	1.45	25.40	26.61	25.61	4.76	0.83	2.58	58.49	102.42
Fevereiro	33.23	32.93	-0.90	25.75	28.00	26.08	8.74	1.28	2.61	57.72	100.27
Março	35.49	34.61	-2.48	26.53	28.61	27.13	7.85	2.28	2.74	54.41	94.31
Abril	36.76	35.08	-4.57	26.61	29.08	27.35	9.30	2.77	3.11	50.49	86.95
Maio	37.50	36.31	-3.17	26.60	29.36	27.15	10.39	2.08	3.25	48.68	82.54
Junho	37.94	37.32	-1.63	26.62	29.46	26.80	10.66	0.68	3.34	47.83	80.88
Julho	37.68	37.57	-0.29	26.66	29.25	26.91	9.72	0.94	3.39	48.03	81.37
Agosto	38.75	38.12	-1.63	26.74	28.81	27.15	7.74	1.53	3.42	46.95	78.76
Setembro	42.16	39.65	-5.95	27.22	29.19	27.90	7.22	2.50	3.71	42.54	71.20
Outubro	44.99	40.87	-9.16	27.57	30.40	29.12	10.27	5.62	3.91	40.04	67.39
Novembro	45.64	40.91	-10.36	27.43	30.83	29.47	12.40	7.44	3.92	39.65	67.67
Dezembro	44.15	40.03	-9.33	27.37	31.26	29.55	14.21	7.95	3.95	40.52	70.71
2010											
Janeiro	43.35	39.27	-9.40	27.53	32.15	29.81	16.76	8.28	4.00	40.75	72.54
Fevereiro	43.72	37.75	-13.65	27.59	32.58	29.92	18.07	8.44	3.91	40.10	72.13
Março	46.08	37.61	-18.37	27.72	33.64	30.77	21.34	10.99	4.15	37.33	67.25
Abril	46.58	42.97	-7.76	31.85	34.61	33.07	8.67	3.82	4.45	36.59	66.70
Maio	41.70	42.36	1.59	33.73	35.62	34.18	5.60	1.34	4.47	40.34	74.93
Junho	43.23	41.81	-3.29	34.24	35.54	34.74	3.80	1.47	4.55	38.40	72.44
Julho	45.66	44.47	-2.61	34.87	36.67	35.75	5.16	2.53	4.75	36.88	70.53
Agosto	46.76	47.09	0.71	36.47	39.07	37.26	7.12	2.16	5.12	35.69	68.26
Setembro	48.46	46.61	-3.82	36.17	37.55	36.40	3.82	0.63	5.12	34.31	65.38
Outubro	49.53	49.93	0.81	35.91	37.64	35.96	4.81	0.15	5.22	34.09	64.54
Novembro	46.59	48.63	4.37	35.62	37.08	35.64	4.11	0.06	5.12	36.08	68.98
Dezembro	43.65	45.06	3.23	34.13	35.71	34.02	4.63	-0.31	5.00	37.59	74.33
2011											
Janeiro	43.03	43.38	0.81	32.48	35.42	32.65	9.06	0.51	4.73	38.59	77.66
Fevereiro	42.82	43.00	0.43	31.51	33.83	31.63	7.36	0.37	4.41	39.72	80.42
Março	43.45	43.42	-0.07	31.01	32.62	31.05	5.18	0.14	4.50	38.95	77.96
Abril	44.97	44.40	-1.26	30.71	--	--	--	--	4.57	37.72	75.19
Maio	42.52	43.16	1.50	30.13	--	--	--	--	4.39	40.08	79.98

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005/09 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE



ÁREA: 997 KM²

CAPITAL: Cidade de São Tomé

POPULAÇÃO: 165 milhares (2010)

MOEDA: Dobra

A economia manteve um ritmo de crescimento robusto em 2010, mas o impacto favorável da estabilidade cambial não foi suficiente para evitar que a inflação se intensificasse, reflectindo sobretudo a alta dos preços internacionais das matérias-primas. Apesar dos avanços na consolidação orçamental, o atraso da ajuda externa foi determinante para uma deterioração da balança de pagamentos que se repercutiu sobre o nível das reservas cambiais.

II.5.1. SÍNTESE

As autoridades santomenses têm estado genericamente empenhadas, ao longo dos últimos anos, na prossecução de uma estratégia tendente à abertura, modernização e desenvolvimento da respectiva economia – no âmbito da qual se inserem diversas alterações estruturais relevantes, desde a reforma tributária à modernização do sistema financeiro ou à mudança de regime cambial. Tais alterações estão ainda associadas a outras iniciativas das autoridades, como é o caso dos programas macroeconómicos apoiados pelo FMI (está em curso o segundo, depois de concluído um anterior, em 2008, pela primeira vez com sucesso) e do Acordo de Cooperação Económica (ACE) firmado com Portugal (que as mesmas autoridades santomenses encaram como suporte do novo regime cambial, assente no estabelecimento de uma taxa fixa entre a dobra e o euro).

Quadro II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	5.8	4.0	4.5	4.5
Inflação (t.v.a. homóloga)	24.8	16.1	12.9	6.0
Passivos monetários ^(a) (t.v. anual)	30.0	8.8	13.1	
Bal. corrente e de capital (% PIB)	-9.4	3.9	-30.9	-37.1
Saldo orçamental global (% PIB)	14.8	-17.9	-10.7	-28.5
Saldo primário interno (% PIB)	-6.2	-8.0	-4.2	-3.9
Dívida externa (% PIB)	60.3	70.3	79.2	

Fontes: BCSTP, Min. das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Notas: (a) Agregado de liquidez mais abrangente que a massa monetária.

Tendo presente esse pano de fundo, constata-se que a evolução da conjuntura macroeconómica em 2010 e nos primeiros meses de 2011 evidencia alguns elementos claramente positivos, mas também outros desfavoráveis, ou de risco. No primeiro caso, inscreve-se uma ligeira aceleração do crescimento económico em 2010, que indicia a ultrapassagem do abrandamento observado no ano anterior (então largamente devido ao impacto da crise internacional), aceleração essa patente em sinais como a recuperação das importações – embora daí resultasse também um agravamento dos desequilíbrios externos, dado que nenhuma das tradicionais fontes de divisas evoluiu ao mesmo ritmo.

Em contrapartida, o aumento das importações reflectiu-se favoravelmente sobre a arrecadação de impostos aduaneiros (principal fatia das receitas correntes do Estado), contribuindo assim para outro dos elementos positivos atrás mencionados: o regresso das contas públicas a uma trajectória de consolidação (após a interrupção de 2009, que repercutiu efeitos induzidos pela crise internacional). De facto, a estimativa apurada para o défice primário interno em 2010 corresponde ao valor mais baixo da última década, em percentagem do PIB – graças ainda a um forte esforço de contenção da despesa corrente (assente em dois pacotes de austeridade, antes e depois das eleições de Julho/Agosto).

Tal desempenho foi, porém, acompanhado por um considerável atraso da ajuda externa, a partir de meados de 2010 – suscitando um aumento do crédito líquido ao Estado, que se conjugaria com a pressão do crédito à economia para determinar a deterioração das reservas cambiais. É certo que este último fenómeno abrandou no segundo trimestre de 2011 (sendo também menos acentuado no caso dos activos externos totais do que apenas ao nível das reservas oficiais) mas ainda assim representa um risco para a sustentabilidade do regime cambial. A intensificação da cadência inflacionária (depois de um primeiro semestre de 2010 excepcionalmente positivo a este nível) é outro dos principais elementos desfavoráveis da conjuntura – agravado pelos efeitos, sobretudo indirectos, do necessário aumento dos preços internos dos combustíveis, em Março findo (pela primeira vez desde 2008).

II.5.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

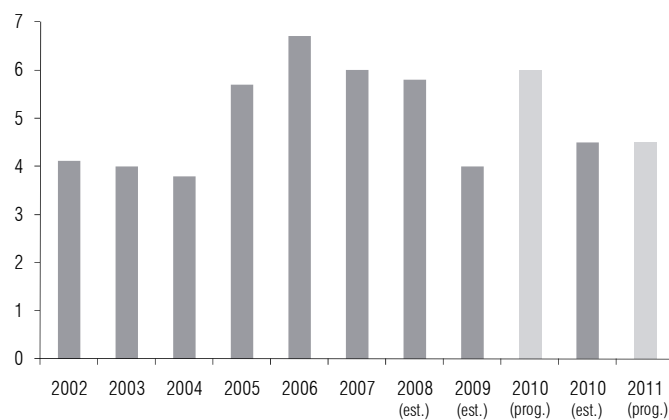
De acordo com os elementos que estão disponíveis, a economia santomense começou a recuperar em 2010, embora de forma mais lenta do que se admitia à partida (cf. Gráfico II.5.1). Terá ainda mantido essa tendência de recuperação nos primeiros meses do ano em curso – sem, todavia, haver indicações de uma intensificação significativa no ritmo a que a mesma se vem desenrolando. Assim, a projecção de crescimento relativa ao conjunto de 2011 aponta para um resultado próximo da estimativa apurada no ano anterior: 4.5%, em termos reais.

Parece, por conseguinte, consolidar-se o regresso ao patamar de crescimento um pouco mais lento que prevaleceu no início da década passada (em torno dos 4%) – o qual corresponde ainda, contudo, a uma melhoria do rendimento *per capita* (face a estimativas de crescimento da população inferiores a 2% ao ano). As autoridades santomenses estão, todavia, empenhadas em contrariar esse relativo retrocesso recente, tendo assumido o objectivo de sustentar, a médio prazo, um ritmo de crescimento real em torno de 6% ao ano (tal como está também estipulado no programa apoiado pelo FMI).

Recorde-se que o abrandamento da actividade económica em 2009 terá sido determinado, em larga medida, pelos efeitos de segunda ordem decorrentes da crise internacional, essencialmente reflectidos na queda do investimento directo estrangeiro e no atraso da ajuda externa. Tais efeitos afectaram sobretudo actividades como a construção, o comércio e outros serviços – genericamente as mesmas que terão depois sustentado a ligeira recuperação de 2010 (juntamente com o turismo, em progresso contínuo desde 2007), segundo indicam os dados parcelares que foi possível compilar.

Gráfico II.5.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: BCSTP e FMI.

Ao longo do primeiro semestre de 2010, essa ligeira aceleração do ritmo de crescimento económico foi compatível com o abrandamento da cadência inflacionária, configurando assim um ciclo virtuoso. Tal período revelou-se, de facto, excepcionalmente positivo no que diz respeito à evolução dos preços, com a taxa de variação homóloga anual do IPC a cair para 11.5% em Junho de 2010 (o mínimo desde princípios de 2004) e a variação acumulada do índice nos seis meses em causa a cifrar-se como a menor dos últimos dezoito anos, para períodos homólogos.

Esse resultado terá ficado a dever-se a um conjunto de factores em que se incluem o acréscimo de rigor orçamental e monetário – mas eventualmente também, em alguma medida, a um possível ajustamento das expectativas inflacionistas por parte dos agentes económicos. De facto, a alteração estrutural mais relevante desse período, no que à inflação diz respeito, terá sido a introdução do novo regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, plenamente vigente no início de 2010 (para cuja sustentação as

autoridades santomenses contam com o Acordo de Cooperação Económica estabelecido entre Portugal e São Tomé e Príncipe).

Gráfico II.5.2.

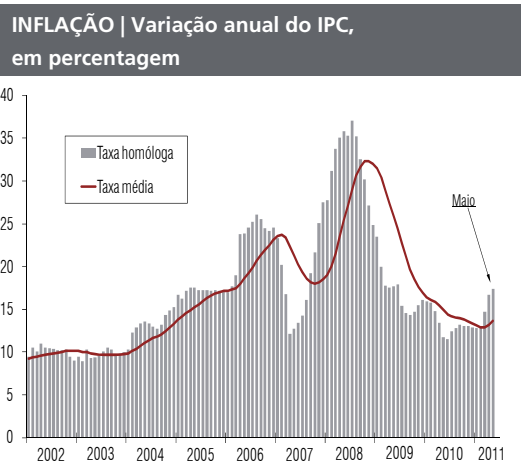
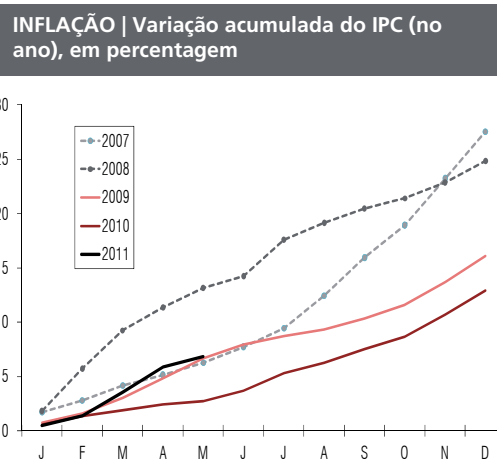


Gráfico II.5.3.



Fontes: BCSTP.

No segundo semestre de 2010, verificou-se contudo uma inversão dessa tendência positiva, que na altura contava já cerca de dois anos (com uma interrupção temporária no final de 2009). Tal inversão repercutiu diversos factores, entre os quais se poderá incluir uma expansão significativa da liquidez na economia, a subida gradual dos preços internacionais das matérias-primas, o efeito sazonal das festas de final do ano, rupturas ocasionais no abastecimento de certos produtos básicos e uma estação seca mais prolongada que o habitual (afectando parte dos bens alimentares e afins, cujo peso no cabaz do IPC – em vias de actualização, após quinze anos – ultrapassa os 70%).

A inflação homóloga anual acabaria, assim, por aumentar, ainda que ligeiramente, ao longo desse segundo semestre, cifrando-se em 12,9% no final de 2010 – já acima da meta (10%) inicialmente estipulada. Os acréscimos mais significativos do nível geral de preços viriam, porém a registar-se no ano em curso (cf. Gráficos II.5.2 e II.5.3), quando ao impacto dos factores acima identificados se veio juntar o primeiro aumento dos preços internos dos combustíveis em cerca de três anos – concretizado no início de Março findo (entre 18% e 33%, consoante o respectivo tipo).

Este aumento teve um impacto directo pouco significativo sobre o IPC geral (onde a classe de “Energia e Combustíveis” pesa apenas 3,8%), mas induziu efeitos consideráveis, tanto de segunda ordem (sobre as tarifas dos transportes) como de terceira ordem (sobre os preços dos bens alimentares, dependentes de transporte para chegarem aos mercados). Em consequência, o IPC geral registou em Março e Abril de 2011 as variações mensais mais pronunciadas desde Julho de 2008, levando a inflação homóloga anual para 17,4% em Maio findo – embora se deva sublinhar que a variação do índice foi já bastante mais modesta neste último mês, sugerindo que o impacto do fenómeno poderá ter sido absorvido.

II.5.3. CONTAS EXTERNAS

O acentuado desequilíbrio que tradicionalmente caracteriza as transacções externas da economia santomense voltou a alargar-se em 2010, com o saldo negativo da balança corrente a aumentar de forma considerável (para o equivalente a 50,8% do PIB), não obstante a evolução positiva das exportações de mercadorias e das receitas do turismo (cf. Quadro II.5.2). Estas últimas têm beneficiado, desde 2009, de melhorias na oferta hoteleira e nas ligações aéreas, compensando assim, em parte, o impacto negativo da crise que vem afectando os principais mercados de origem dos turistas.

Quadro II.5.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	-51.3	-39.8	-50.8	-48.9
Balança comercial	-46.3	-37.6	-45.1	-42.7
Exportações	4.3	4.7	5.6	5.8
Importações	-50.6	-42.3	-50.7	-48.5
Serviços e rendimentos	-6.5	-4.5	-7.0	-9.4
dq: Receitas do turismo	4.2	4.2	4.7	4.4
Transferências Unilaterais	1.5	2.3	1.3	3.2
Bal. de capital e financeira	60.6	41.8	33.0	58.3
dq: IDE	31.1	3.8	1.5	23.5
Bónus petrolíferos	0.0	0.0	0.0	
Alívio da dívida	19.1	26.7	0.0	
Transf. de capital (s/ Alívio div.)	20.5	17.0	19.9	
Balança global	9.3	2.0	-17.8	9.4

Fontes: BCSTP e FMI.

De entre as habituais fontes de financiamento do défice corrente, apenas os donativos de capital e os desembolsos de empréstimos ao Estado evidenciaram um desempenho favorável em 2010 – embora, no segundo caso, esse aumento se tenha concentrado no primeiro semestre, o que veio colocar pressões a partir de meados do ano. Em contrapartida, nem os donativos correntes, nem o investimento directo estrangeiro, nem o alívio da dívida externa (importante nos três anos anteriores), nem ainda os bónus do petróleo (relevantes em 2007) deram um contributo significativo para compensar o desequilíbrio da balança corrente, pelo que daí acabaria por resultar uma deterioração significativa das reservas cambiais no final de 2010 (pela primeira vez em seis anos) – cf. Capítulo II.5.5.

Gráfico II.5.4.

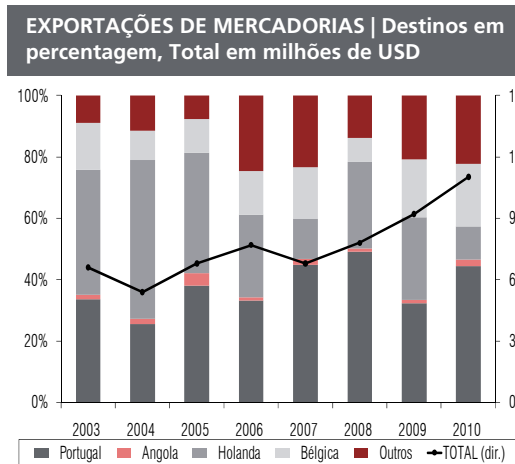
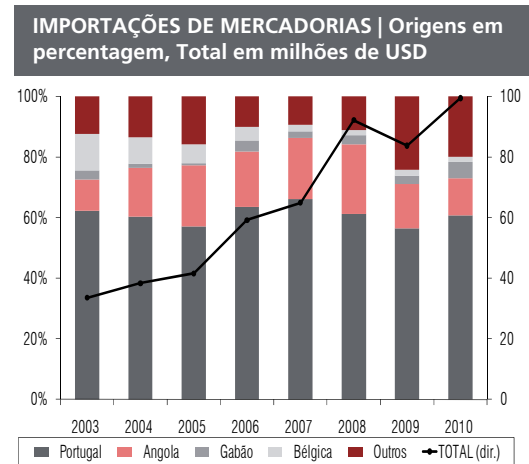


Gráfico II.5.5.



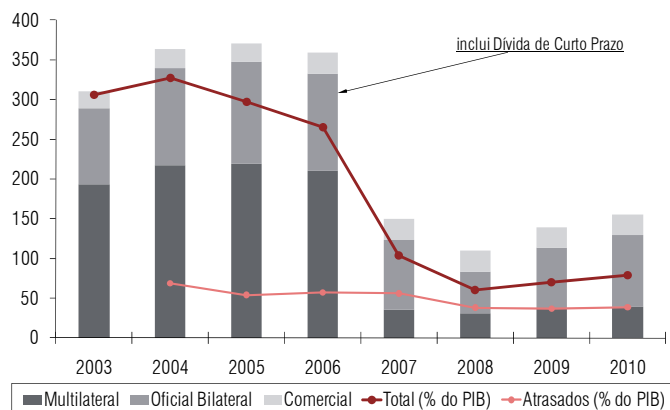
Fonte: BCSTP.

O forte aumento das importações de mercadorias (aproximadamente 19% face a 2009, em linha com a previsão inicial do programa apoiado pelo FMI) é um dos indícios de recuperação da actividade económica observados no ano passado – com o elemento positivo adicional de os bens de investimento continuarem a representar quase 40% do total. Também se consolidou em 2010 o papel de Portugal como principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe, tanto ao nível das importações como das exportações (cf. Gráficos II.5.4 e II.5.5). Para além da relevância de Angola, sobretudo como fornecedor de combustíveis, é previsível que tenda a acentuar-se o peso dos países que usam o euro, dado o actual

regime de taxa fixa euro/dobra, que confere maior previsibilidade às transacções (incluindo naquele grupo os países da zona do franco CFA, dado que este último está igualmente fixo ao euro).

Gráfico II.5.6.

DÍVIDA EXTERNA | Em milhões de USD, Total em percentagem do PIB



Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

A persistência de uma posição externa estruturalmente desequilibrada reflecte-se também no aumento da dívida pública face ao exterior, cujo valor total ascendeu a 79.2% do PIB em 2010, contra 60.3% dois anos antes. Importa, porém, ressaltar que o novo endividamento – contraído após o alívio de dívida obtido em 2007 (cf. Gráfico II.5.6), no quadro das iniciativas FMI/BM – tem forçosamente que assumir características concessionais. Note-se, aliás, que o serviço da dívida programado para 2010 equivaleu apenas a 13.6% das exportações de bens e serviços (contra 65.8% ainda em 2006). Por outro lado, quase metade do valor em dívida corresponde a atrasados, ainda não abrangidos pelo alívio de 2007 (continuam a decorrer contactos com alguns dos respectivos credores).

II.5.4. FINANÇAS PÚBLICAS

O esforço de consolidação das contas públicas em que as autoridades santomenses se têm manifestado empenhadas ao longo dos anos mais recentes é justificadamente considerado essencial para o sucesso da sua estratégia de ajustamento e modernização da economia. A importância atribuída ao referido esforço está bem patente, em particular, no programa macroeconómico apoiado pelo FMI e no ACE estabelecido com Portugal (que as mesmas autoridades encaram como um elemento de apoio ao regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, para cuja sustentabilidade é reconhecidamente indispensável a preservação da disciplina orçamental).

Importa, assim, assinalar que se registou em 2010 o regresso das finanças públicas à trajectória de consolidação encetada em 2008 e parcialmente interrompida no ano seguinte (cf. Quadro II.5.3) – em larga medida devido ao impacto da crise internacional, que neste domínio se manifestou sobretudo através de uma queda acentuada na arrecadação de receitas aduaneiras. Constata-se agora, de facto, que as estimativas apuradas para a execução orçamental em 2010 revelam uma redução significativa dos desequilíbrios, sinteticamente traduzida na queda do défice primário interno¹ para um valor equivalente a 4.2% do PIB, contra 8.0% no ano precedente (ficando assim mais próximo do objectivo de 3% estipulado para 2013).

¹ Ou seja, o agregado orçamental a que se confere maior destaque no contexto santomense (nomeadamente ao nível do próprio OGE e do programa apoiado pelo FMI), por corresponder à parcela mais directamente controlável pelas autoridades. Abrange as receitas correntes não-petrolíferas, as despesas correntes primárias e as despesas de investimento com financiamento interno.

O resultado obtido em 2010 (que terá sido o melhor da década) assentou essencialmente no efeito conjugado de uma arrecadação tributária superior ao orçamentado e de uma contenção das despesas correntes que foi genericamente preservada ao longo de todo o ano (cf. Gráfico II.5.8). Este último aspecto merece particular destaque por se ter verificado num ano de eleições legislativas e autárquicas (em Julho/Agosto) e por ter implicado um assinalável esforço de austeridade, traduzido na introdução de dois pacotes de medidas adicionais – antes e depois das referidas eleições.

Quadro II.5.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB				
	2008	2009	2010	2011
	Est.	Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	45.4	35.8	40.1	47.0
Receitas correntes	16.9	16.5	20.0	18.1
Donativos (incl. Alívio da dívida)	28.6	19.3	20.1	28.9
Bónus petrolíferos	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	30.6	53.7	50.7	75.5
dq: Despesas c/ pessoal	8.2	7.9	9.3	8.4
Juros da dívida externa	0.9	0.5	0.4	0.8
Investimento	8.2	32.7	29.1	55.4
Saldo global (base comprom.)	14.8	-17.9	-10.7	-28.5
Excl. Alívio da dívida e Bónus petr.	-4.1	-18.9	-11.4	-29.4
Saldo primário interno	-6.2	-8.0	-4.2	-3.9

Fontes: BCSTP, Min. das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Ao nível das receitas correntes, destaca-se sobretudo a forte recuperação da sua principal componente, as receitas aduaneiras, que terão ultrapassado em 42.9% o valor inscrito no OGE (devido à retoma das importações mas também à cobrança de impostos em atraso e a algum ganho de eficiência, decorrente da reforma aduaneira). No seu conjunto, as receitas tributárias ficaram estimadas em 105.8% do orçamentado, com bons desempenhos de quase todas as suas componentes – pelo que não se terão confirmado os receios de que a reforma tributária de 2008/09 pudesse afectar a cobrança.

Gráfico II.5.7.

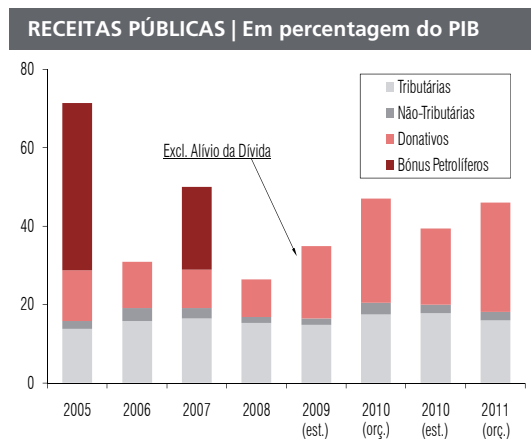
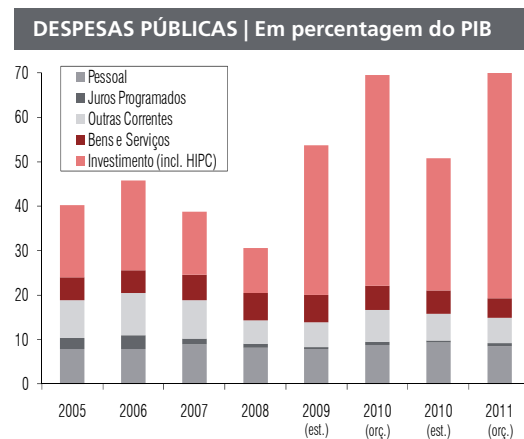


Gráfico II.5.8.



Fontes: BCSTP, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP) e FMI.

Já no tocante aos donativos, constatou-se uma vez mais a dificuldade em alcançar os níveis previstos, muito embora o valor contabilizado represente um progresso assinalável face aos anos anteriores (cf. Gráfico II.5.7). Como é regra, o patamar de concretização das despesas de investimento (um pouco menos de dois terços do valor previsto no OGE) reflectiu, em boa medida, o comportamento dos donativos – assim como dos desembolsos de empréstimos concessionais para projectos, também abaixo

do esperado. Neste último caso, foi mesmo o financiamento externo, no seu conjunto, que se revelou bastante inferior ao orçamentado (apenas cerca de 45% do mesmo), com a agravante de se ter concentrado na primeira metade de 2010, pressionando assim o financiamento interno, junto do sistema bancário, no resto do ano – e também em 2011.

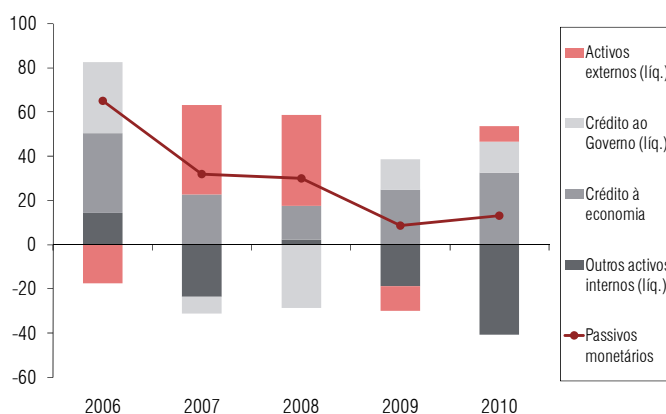
Pressões maiores ainda terão, todavia, sido evitadas graças ao rigor com que foi aplicada a contenção das despesas correntes, incluindo as medidas discricionárias inscritas nos dois pacotes de austeridade atrás referidos (que incluíram, por exemplo, a cativação de 10% da maior parte daquelas despesas e controlos acrescidos ao nível dos consumos intermédios). Apesar de se terem registado excessos em algumas classes destas despesas – com destaque para a principal delas (despesas com o pessoal: 10.2% acima do orçamentado) e para certas categorias de serviços (nomeadamente água, energia e comunicações) – o efeito foi compensado por poupanças adicionais em outras (com destaque para os bens duradouros, os juros da dívida e as transferências), determinando assim um grau de execução ligeiramente inferior ao orçamentado para a totalidade das despesas correntes (99.7%).

II.5.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

A evolução do panorama monetário santomense desde o início de 2010 pode ser decomposta em dois períodos, de características acentuadamente distintas. É, de facto, possível identificar uma primeira fase, patente até cerca de meados do ano, durante a qual se assistiu a uma expansão significativa da liquidez, impulsionada pelos activos externos líquidos e pelo crédito à economia – com o crédito líquido ao Estado e os outros activos líquidos (sobretudo reforços de capital da banca) a funcionarem como factores de moderação desse processo.

Gráfico II.5.9.

FACTORES DE VARIAÇÃO DA LIQUIDEZ | Variação em % do valor inicial da massa monetária



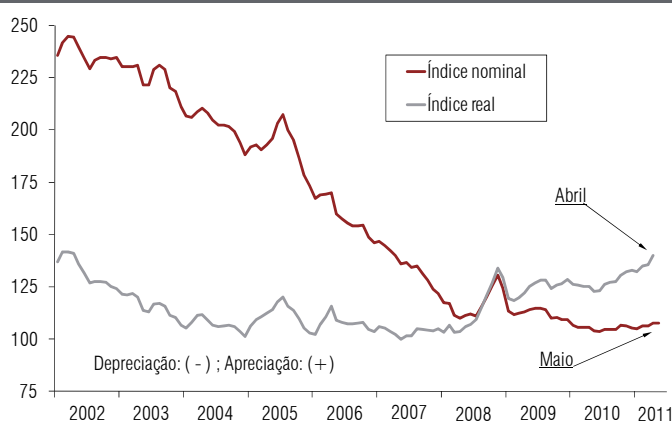
Fontes: BCSTP e FMI.

Instalou-se depois uma segunda fase – rapidamente notória e a prolongar-se ainda pelo primeiro trimestre de 2011 – que se caracteriza pela contracção da liquidez (apenas parcial e temporariamente interrompida em Dezembro, reflectindo o conhecido efeito sazonal das festas) e sobretudo pela deterioração dos activos externos líquidos do banco central. Tais fenómenos foram impulsionados pelo crédito líquido ao Estado (essencialmente mobilização de depósitos) e também pelo crédito à economia (mas já em muito menor escala do que no primeiro semestre) – com os outros activos líquidos a exercerem ainda um efeito contracccionista semelhante ao observado na primeira fase (embora igualmente muito menos pronunciado).

Para além dos factores conjunturais que, em boa medida, explicam a transição de um período para outro (tais como a entrada de capitais privados na fase pré-eleitoral ou o atraso da ajuda externa a partir de meados do ano – conforme referido no Capítulo II.5.4), ambos ficaram marcados pelo impacto conjugado de diversas alterações estruturais relevantes para o funcionamento do sistema bancário santomense. Refira-se, em especial, o aumento dos requisitos de capital impostos à banca (no quadro de um apreciável reforço da supervisão bancária), a constituição em moeda nacional de todas as reservas de caixa obrigatórias (também no caso dos depósitos em moeda estrangeira, cujas reservas eram antes constituídas na mesma moeda) e a plena entrada em vigor, no início do ano, do novo regime cambial de *peg* ao euro – principal moeda estrangeira procurada na praça santomense (dado o peso, largamente preponderante, da zona euro nas transacções externas de São Tomé e Príncipe).

Gráfico II.5.10.

TAXA DE CÂMBIO EFECTIVA | Índices base 100: Janeiro de 1999, Médias mensais



Fontes: BCSTP.

Este último factor traduziu-se, em particular, pela acentuação da estabilidade que a taxa de câmbio efectiva da dobra tendia já antes a evidenciar, em termos nominais (recorde-se que foi ensaiada em 2009 a aproximação ao novo regime, com a intervenção do banco central no mercado cambial para sustentar a taxa euro/dobra). Já o mesmo não sucede em termos reais (cf. Gráfico II.5.10), devido essencialmente à subida da inflação santomense a partir do segundo semestre de 2010 – tendência que importará contrariar para não comprometer a competitividade externa da economia.

O cenário das duas fases atrás traçado traduziu-se numa variação global da liquidez cifrada em 13.1% para o conjunto de 2010, mas já com um decréscimo de 5.8% no segundo semestre – e uma queda adicional de 6.8% no primeiro trimestre de 2011 (variações de final de período). Ainda em termos globais, o principal factor justificativo dessa expansão anual foi o crédito à economia (cf. Gráfico II.5.9), embora a variação deste último na segunda metade do ano tenha correspondido, em termos absolutos, a menos de ¼ do aumento registado pelo crédito líquido ao Estado no mesmo período.

Merecedor de especial atenção é o comportamento dos activos externos líquidos, uma vez que a sua preservação a um nível adequado é crucial para a sustentabilidade do regime de taxa fixa entre a dobra e o euro – com os respectivos benefícios em termos de estabilização nominal (dado o tradicional peso da “inflação importada”) e favorecimento das transacções externas (pelos ganhos de previsibilidade que proporciona). É certo que os activos externos líquidos do sistema bancário, no seu conjunto, acabaram até por se reforçar em 2010 (graças às entradas do primeiro semestre) mas a parcela do BCSTP caiu mais de 20% no mesmo período: de um pico equivalente a 6.9 meses de importações em Março de 2010 para 4.6 em Dezembro e 3.9 em Abril de 2011 – recuperando depois um pouco, para 4.3 meses em Junho findo (ainda um nível confortável mas que importa agora consolidar).

Quadro A.II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
	Unidades	2007	2008 Est.	2009 Est.	2010		2011	
					Prog.	Est.	Prog.	Est.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de Dobras	1949	2678	3210	3489	3641	4006	
	milhões de EUR	105.0	124.0	142.6	148.6			
	milhões de USD	144.0	182.3	198.0	208.0	196.0	217.0	
PIB real	tx. variação anual	6.0	5.8	4.0	6.0	4.5	4.5	
Inflação (Índice de Preços no Consumidor)	t.v. homóloga anual	27.6	24.8	16.1	10.0	12.9	6.0	17.4 <i>Mai</i>
	t.v. média anual	18.5	32.0	17.0		13.3	7.7	13.7 <i>Mai</i>
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	percentagem do PIB	161.3	45.4	35.8	47.9	40.1	47.0	
Receitas correntes	percentagem do PIB	19.2	16.9	16.5	20.4	20.0	18.1	
Donativos	percentagem do PIB	120.9	28.6	19.3	27.5	20.1	28.9	
dos quais: Alívio da Dívida	percentagem do PIB	111.2	18.9	1.0	0.8	0.8	0.9	
Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	21.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Despesas totais	percentagem do PIB	38.7	30.6	53.7	69.6	50.7	75.5	
das quais: Despesas correntes	percentagem do PIB	24.6	20.5	20.0	22.0	21.0	19.2	
Despesas de investimento	percentagem do PIB	11.5	8.2	32.7	46.8	29.1	55.4	
Saldo primário interno ^(a)	percentagem do PIB	-8.2	-6.2	-8.0	-6.1	-4.2	-3.9	
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	122.5	14.8	-17.9	-21.7	-10.7	-28.5	
Excl. Alívio dívida e Bónus petrol.	percentagem do PIB	-9.9	-4.1	-18.9	-22.5	-11.4	-29.4	
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	121.4	14.4	-18.0	-21.7	-11.2	-28.5	
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao Governo	taxa var. anual	-44.3	-152.7	37.7	66.9			
Crédito à economia	taxa var. anual	33.9	22.8	39.1	40.0			
Massa monetária	taxa var. anual	34.3	36.9	8.2	25.1			
Passivos monetários ^(b)	taxa var. anual	32.1	30.0	8.8	13.1			
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	28.0	28.0	16.0	15.0		15.0 <i>Jun</i>	
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	-11.7	14.7	18.1	32.5	19.7	14.3	
Importações f.o.b.	taxa var. anual	9.6	42.1	-9.2	20.3	18.7	5.8	
Balança comercial	percentagem do PIB	-40.3	-46.3	-37.6	-42.6	-45.1	-42.7	
Balança de serviços	percentagem do PIB	-8.3	-6.4	-4.3	-11.9	-6.8	-10.5	
Balança corrente	percentagem do PIB	-44.7	-51.3	-39.8	-48.6	-50.8	-48.9	
Excluindo Transferências oficiais	percentagem do PIB	-45.8	-52.9	-42.6	-51.2	-52.9	-50.6	
Balança corrente e de capital	percentagem do PIB	111.6	-9.4	3.9	-31.5	-30.9	-37.1	
Activos externos líquidos do BCSTP	milhões de EUR	40.6	55.9	50.9	39.8		34.6 <i>Jun</i>	
	milhões de USD	59.7	78.8	73.1	52.4		49.5 <i>Jun</i>	
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total	milhões de USD	150	110	139	155			
	percentagem do PIB	104	60	70	79			
Serviço da dívida externa	perc. das exportações	184	39	30	14			
TAXAS DE CÂMBIO								
Taxa bilateral STD/Euro (mercado oficial)	taxa média	18558	21602	22510	24500		24500 <i>Ago</i>	
Taxa bilateral STD/USD (mercado oficial)	taxa média	13537	14685	16208	18574		17358 <i>Mai</i>	
ITCE ^(c) nominal [apreciação: +]	tx. variação anual	-15.0	-13.2	-4.0	-6.2		3.6 <i>Mai</i>	
ITCE ^(c) real [apreciação: +]	tx. variação anual	-3.6	9.4	9.9	2.1		11.8 <i>Abr</i>	

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas, bónus de assinatura, juros da dívida e despesas de investimento com financiamento externo; (b) Agregado de liquidez mais abrangente que a massa monetária; (c) Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005/2009.

Quadro A.II.5.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em mil milhões de Dobras						
	2007	2008	2009	2010		2011
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Sector Primário	348	483	568			
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	227	314	371			
Pescas	109	152	178			
Indústrias extractivas	12	17	19			
Sector Secundário	335	513	550			
Indústrias transformadoras	122	208	215			
Electricidade, gás e água	43	69	69			
Construção	169	236	266			
Sector Terciário	1 196	1 598	2 099			
Comércio	447	613	804			
Alojamento e restauração	27	38	47			
Transportes, armazenagem e comunicações	247	339	454			
Actividades financeiras	184	262	394			
Activ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	82	109	135			
Administração pública, defesa e segurança social	107	112	109			
Educação	11	11	15			
Saúde e acção social	7	8	9			
Outras actividades	86	106	132			
SIFIM ^(a)	-131	-187	-281			
Impostos Indirectos	200	270	273			
PRODUTO INTERNO BRUTO p.m.	1 949	2 678	3 210	3 489	3 641	4 006
Consumo	2 448	3 536	4 209			
Público	2 162	3 152	3 762			
Público	286	383	447			
Investimento	451	582	589			
Formação bruta de capital fixo	548	716	750			
Variação de existências	-97	-134	-161			
Procura Interna	2 898	4 118	4 798			
Exportações de bens e serviços	183	262	289			
Procura Global	3 081	4 379	5 086			
Importações de bens e serviços	1 132	1 702	1 877			
<i>Para memória:</i>						
PIBpm (taxa de variação real, em %)	6.0	5.8	4.0	6.0	4.5	4.5
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	15.4	37.4	19.9	8.7	13.4	10.0
PIB nominal (milhões de EUR; preços correntes)	105.0	124.0	142.6		148.6	
PIB nominal (milhões de USD; preços correntes)	144.0	182.3	198.0	208.0	196.0	217.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos.

Quadro A.II.5.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem					
	Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]	
2000	Dezembro		9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro		9.4	9.4	9.2
2002	Dezembro		9.0	9.0	10.1
2003	Dezembro		10.0	10.0	9.8
2004	Dezembro		15.2	15.2	13.3
2005	Dezembro		17.2	17.2	17.2
2006	Dezembro		24.6	24.6	23.1
2007	Dezembro		27.6	27.6	18.5
2008	Dezembro		24.8	24.8	32.0
2009	Dezembro		16.1	16.1	17.0
2010	Dezembro		12.9	12.9	13.3
2009	Janeiro	0.7	0.7	23.5	31.5
	Fevereiro	0.9	1.6	20.0	30.4
	Março	1.4	3.0	17.7	28.9
	Abril	1.8	4.8	17.5	27.4
	Maio	1.8	6.7	17.7	25.9
	Junho	1.2	7.9	18.0	24.5
	Julho	0.7	8.7	15.4	22.7
	Agosto	0.6	9.3	14.6	21.1
	Setembro	0.9	10.3	14.3	19.7
	Outubro	1.2	11.6	14.7	18.5
	Novembro	1.9	13.7	15.5	17.6
	Dezembro	2.1	16.1	16.1	17.0
	<i>Dezembro (prog.)</i>			16.0	
2010	Janeiro	0.6	0.6	15.9	16.4
	Fevereiro	0.8	1.4	15.8	16.1
	Março	0.5	1.9	14.8	15.8
	Abril	0.5	2.4	13.4	15.5
	Maio	0.3	2.7	11.8	15.0
	Junho	0.9	3.7	11.5	14.4
	Julho	1.6	5.3	12.4	14.2
	Agosto	0.9	6.2	12.8	14.0
	Setembro	1.2	7.5	13.2	13.9
	Outubro	1.0	8.6	13.0	13.8
	Novembro	1.9	10.7	13.0	13.6
	Dezembro	2.0	12.9	12.9	13.3
	<i>Dezembro (prog.)</i>			10.0	
2011	Janeiro	0.5	0.5	12.8	13.1
	Fevereiro	0.9	1.4	12.9	12.9
	Março	2.2	3.6	14.7	12.9
	Abril	2.3	5.9	16.7	13.2
	Maio	0.9	6.8	17.4	13.7
	<i>Dezembro (prog.)</i>			6.0	7.7

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.5.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD						
	2007	2008	2009	2010		2011
				Est.	Prog.	
1. BALANÇA CORRENTE	-64.4	-93.5	-78.8	-101.0	-99.6	-106.2
1.1. Balança comercial	-58.1	-84.4	-74.6	-88.6	-88.4	-92.6
Exportações (f.o.b.)	6.8	7.8	9.2	12.2	11.0	12.6
das quais: Cacau	3.5	5.0	5.5	5.4	3.3	7.7
Reexportações	2.9	2.2	3.0	6.1	5.1	4.0
Importações (f.o.b.)	-64.9	-92.2	-83.8	-100.8	-99.4	-105.2
das quais: Bens alimentares	-17.6	-24.2	-29.0	-27.9	-25.5	-33.5
Bens de investimento	-25.8	-35.3	-30.0		-38.0	
Combustíveis	-14.6	-22.1	-14.7	-20.2	-18.4	-19.8
1.2. Balança de serviços	-12.0	-11.7	-8.6	-24.7	-13.4	-22.7
Exportações	6.7	9.7	10.4	12.5	11.8	12.3
das quais: Viagens e turismo	4.9	7.7	8.3	10.0	9.2	9.5
Importações	-18.7	-21.4	-19.0	-37.2	-25.2	-35.0
das quais: Fretes e seguros	-13.6	-17.3	-15.8		-19.2	
1.3. Balança de rendimentos	4.5	-0.1	-0.3	3.0	-0.4	2.3
Crédito	6.8	1.9	1.6		1.9	
do qual: Juros da CNP ^(a)	3.0	0.4	0.1		0.0	
Débito	-2.3	-2.0	-1.9		-2.3	
do qual: Juros da dívida programados	-1.6	-1.5	-1.4		-1.6	
1.4. Transferências correntes	1.2	2.7	4.6	9.3	2.6	6.8
Transferências privadas	-0.3	-0.2	-0.9	3.8	-1.5	3.1
das quais: Remessas de emigrantes	2.0	3.0	2.0		2.0	
Transferências oficiais	1.5	2.9	5.6	5.5	4.1	3.7
2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA	73.9	110.5	82.7	95.4	64.7	126.5
2.1. Balança de capital	225.1	76.3	86.4	35.4	39.1	25.7
Transferências de capital	225.1	76.3	86.4	35.4	39.1	25.7
das quais: Donativos a projectos	18.5	25.3	26.1		39.1	
Outros donativos	12.4	12.0	7.5		0.0	
Bónus do petróleo	28.6	0.0	0.0		0.0	
Alívio da dívida	162.7	34.8	52.8		0.0	
2.2. Balança financeira	-151.2	34.2	-3.7	60.0	25.6	100.8
Administração pública -- Empréstimos	-181.1	-35.4	-28.8	2.3	17.6	7.9
dos quais: Desembolsos	4.8	4.7	28.6	5.4	19.1	13.8
Amortizações	-185.9	-40.1	-57.4	-0.9	-1.5	-3.5
Outros activos (líq.)	29.3	58.4	27.2	57.5	21.8	92.9
dos quais: Investimento directo estrangeiro	22.1	56.7	7.5	15.0	3.0	51.0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	0.6	11.2	-2.0	0.0	-13.8	0.0
3. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2)	9.5	17.0	4.0	-5.6	-34.9	20.3
4. FINANCIAMENTO	-9.5	-17.0	-4.0	5.6	34.9	-20.3
Variação das reservas cambiais, excl. CNP (aumento: -)	-4.7	-22.6	-12.6	3.8	31.8	4.2
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	-6.3	2.7	2.3	1.8	1.9	-24.5
Variação de atrasados (redução: -)	0.0	-1.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Juros não recebidos	-1.5					
Refinanciamento da dívida	3.0	4.2	6.3	0.0	1.2	0.0
5. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ^(b) : (4) + (5)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Para memória:</i>						
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-44.7	-51.3	-39.8	-48.6	-50.8	-48.9
Balança Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	111.6	-9.4	3.9	-31.5	-30.9	-37.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Conta Nacional do Petróleo; CNP; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.5.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001 a 2010
Angola	0.5	2.1	1.7	1.8	4.1	1.1	1.8	0.9	1.1	2.2	1.7
Bélgica	9.7	13.1	15.1	9.5	11.0	14.2	16.8	7.9	18.9	20.2	14.1
Holanda	58.1	60.0	40.7	51.7	39.1	26.9	13.3	28.2	26.8	10.9	34.3
Portugal	12.7	19.6	33.5	25.5	38.0	33.1	44.9	49.2	32.3	44.4	34.3
Outros	19.0	5.2	9.0	11.5	7.7	24.6	23.2	13.8	20.8	22.3	15.6
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total											
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2001 a 2010
Angola	15.6	11.2	10.3	16.0	20.3	18.3	20.1	22.9	14.8	12.1	16.8
Bélgica	11.0	14.8	11.9	8.8	6.1	4.6	2.3	1.7	1.9	1.8	4.5
China	0.1	0.0	0.7	0.1	0.2	0.3	1.7	0.9	1.4	2.4	1.1
França	6.2	0.8	3.1	0.5	0.3	1.1	0.3	0.2	0.7	5.0	1.7
Gabão	4.2	3.0	3.1	1.4	0.6	3.5	2.2	3.0	2.7	5.3	3.1
Holanda	0.9	5.7	0.5	1.0	0.3	0.8	1.4	0.1	0.4	0.5	0.8
Japão	6.8	7.0	3.4	6.0	7.4	0.7	0.2	0.8	4.4	1.2	2.8
Portugal	47.8	54.6	62.3	60.4	57.1	63.6	66.2	61.3	56.4	60.9	60.1
Outros	7.5	2.9	4.7	5.8	7.7	7.1	5.6	9.2	17.4	10.8	9.1
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.7.

DÍVIDA EXTERNA Em milhões de USD				
	2007	2008	2009	2010 Est.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	146.6	106.6	125.7	141.9
da qual: Atrasados	77.1	66.0	69.0	72.5
1.1 Dívida Multilateral	35.9	30.6	37.0	38.6
da qual: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0
BADEA	2.5	2.9	4.2	5.1
BAD/FAD	2.2	2.2	2.2	3.2
BEI	2.6	2.4	2.1	1.4
FIDA	10.2	3.9	5.7	6.5
FMI	2.4	3.7	4.4	5.0
IDA	9.7	9.7	13.7	13.4
OPEP	6.2	5.7	4.7	4.0
1.2 Dívida Oficial Bilateral	84.2	49.4	62.9	77.5
da qual: Atrasados	50.5	39.4	43.2	46.7
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0.0	0.0	0.0	0.0
da qual: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0
Alemanha	0.0	0.0	0.0	0.0
Bélgica	0.0	0.0	0.0	0.0
Espanha	0.0	0.0	0.0	0.0
França	0.0	0.0	0.0	0.0
Rússia	0.0	0.0	0.0	0.0
1.2.2 Outros credores oficiais	84.2	49.4	62.9	77.5
da qual: Atrasados	50.5	39.4	43.2	46.7
Angola	22.0	22.0	35.4	35.4
Argélia ^(a)	1.3	1.3	1.3	3.1
Cabo Verde	0.0	0.0	0.0	0.0
China	17.3	17.3	17.0	17.0
ex-Jugoslávia	8.8	8.8	8.8	8.8
Portugal	34.8	0.0	0.4	13.1
1.3 Dívida Comercial	26.6	26.6	25.8	25.8
da qual: Atrasados	26.6	26.6	25.8	25.8
Itália ^(b)	26.6	26.6	25.8	25.8
2. Dívida de Curto Prazo	3.4	3.4	13.4	13.4
da qual: Atrasados	3.4	3.4	3.4	3.4
Angola	3.4	3.4	3.4	3.4
Nigéria	0.0	0.0	10.0	10.0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL [1 + 2]	150.0	110.0	139.1	155.3
da qual: Atrasados	80.5	69.3	72.4	75.9
<i>Para memória:</i>				
<i>Serviço da dívida externa programado</i>				
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>	183.7	38.9	30.4	13.6
<i>Dívida externa total (em % do PIB)</i>	104.2	60.3	70.3	79.2
<i>Atrasados totais (em % do PIB)</i>	55.9	38.0	36.6	38.7

Fontes: BCSTP, Min. das Finanças e Coop. Internacional (ST), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Perda da dívida em negociação; (b) Dívida em litígio, a aguardar decisão do tribunal internacional.

Quadro A.II.5.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO Em mil milhões de Dobras									
	2007	2008	2009	2010		2011		g.e. (a)	g.e. (a)
				Est.	Orç.	Orç.	Est.		
1. Receitas Totais	3 143	1 216	1 149	1 670	1 459	87.3	1 882	149	7.9
1.1. Receitas correntes	373	451	528	712	727	102.1	726	128	17.6
Receitas tributárias	320	411	472	611	647	105.8	638	122	19.1
Impostos directos	93	113	150	151	181	120.0	180	53	29.7
Impostos indirectos	194	262	247	371	374	101.0	358	56	15.6
dos quais: Receitas aduaneiras	157	215	168	218	312	142.9	237	42	17.9
Outras receitas tributárias	33	36	75	90	91	101.8	100	12	12.5
Receitas não-tributárias	54	40	56	101	80	79.5	88	6	6.9
1.2. Donativos	2 357	765	621	958	732	76.4	1 156	22	1.9
Donativos para projectos	168	165	576	893	699	78.2	1 036	9	0.9
Outros donativos	21	93	13	38	5	14.0	85	0	0.0
Donativos associados ao alívio da dívida	2 168	507	31	27	28	102.5	35	12	34.5
1.3. Bónus de assin. de contratos petrol.	413	0	0	0	0		0	0	
2. Despesas Totais	755	820	1 724	2 429	1 847	76.0	3 025	209	6.9
2.1. Despesas correntes	479	548	642	769	766	99.7	770	165	21.4
Despesas com o pessoal	174	219	252	307	338	110.2	338	84	25.0
Bens e serviços	112	164	195	189	191	101.0	175	36	20.7
Subsídios e transferências	134	103	144	218	193	88.1	202	37	18.1
Juros da dívida pública	26	23	16	26	16	62.9	32	2	5.8
Outras despesas correntes	33	39	35	29	28	99.0	23	6	24.6
2.2. Despesas de investimento	225	219	1 048	1 633	1 060	64.9	2 219	43	2.0
Com financiamento interno	22	34	126	119	87	73.2	90	1	1.3
Com financiamento externo	203	185	922	1 514	972	64.2	2 129	42	2.0
2.3. Despesas sociais relacionadas c/ HIPC	51	53	33	27	21	78.7	35	1	2.1
3. SALDO GLOBAL (base de compromissos) [1] - [2]	2 388	396	-575	-759	-388		-1 143	-59	
4. Variação de Atrasados [redução: -]	5	21	0	0	0		0	60	
Atrasados externos (juros)	0	0	0	0	0		0	0	
Atrasados internos	5	21	0	0	0		0	60	
Valores em trânsito, erros e omissões	-27	-32	-2	0	-18		0	-8	
5. SALDO GLOBAL (base de caixa) [3] + [4]	2 366	385	-577	-759	-406		-1 143	-7	
6. Financiamento	-2 366	-385	577	759	406		1 143	7	
Financiamento interno	-31	79	271	187	150		571	19	
Crédito bancário (líquido)	-31	-233	271		133			19	
do qual: Conta Nacional do Petróleo	-72	44	39		36			27	
Financiamento não bancário	0	312	0		17				
do qual: Receitas de privatizações	0	312	0		17				
Financiamento externo	-2 335	-464	306	572	256		572	-12	
Desembolsos para projectos	39	20	346		293		1 052	0	
Outros desembolsos	-174	29	9		11		0	0	
Amortizações programadas (incl. Alívio)	-2 203	-520	-49		-48		-80	-12	
Variação de atrasados (capital)	-137	0	0		0			0	
Rescalonamento bilateral	140	7	0		0			0	
7. Diferencial de financiamento [5] + [6]	0	0	0	0	0		0	0	
<i>Para memória:</i>									
Saldo Global, base de compromissos (em % do PIB)	122.5	14.8	-17.9	-21.7	-10.7		-28.5		
excluindo Alívio da dívida (em % do PIB)	11.3	-4.1	-18.9	-22.5	-11.4		-29.4		
excl. Alívio da dívida e Bónus petrol. (em % do PIB)	-9.9	-4.1	-18.9	-22.5	-11.4		-29.4		
Saldo Primário Interno (b) (em % do PIB)	-160	-167	-257	-213	-152		-158	-37	
(em % do PIB)	-8.2	-6.2	-8.0	-6.1	-4.2		-3.9		

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério das Finanças e Cooperação Internacional (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (b) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas, bónus de assinatura, juros da dívida e despesas de investimento com financiamento externo.

Quadro A.II.5.9.

SÍNTESE MONETÁRIA Em mil milhões de Dobras										
	2007	2008	2009	2010 Jun Est.	2010 Est.	2010e/2009		2011 Mar Est.	Mar 2011 / Dez 2010	
						(A)	(B)		(A)	(B)
1. ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS	1 030	1 418	1 279	1 677	1 373	7.4	7.1	1 168	-15.0	-13.6
1.1. Banco Central	857	1 199	1 228	1 391	975	-20.7	-19.0	796	-18.3	-11.8
1.2. Bancos comerciais	173	219	50	286	399	692.9	26.0	372	-6.7	-1.8
2. ACTIVOS INTERNOS LÍQUIDOS	-83	-188	60	-70	140	134.9	6.0	243	73.5	6.8
2.1. Crédito interno líquido	460	334	810	1 042	1 433	77.0	46.6	1 540	7.4	7.0
2.1.1. Crédito líquido à Admin. Central	-178	-450	-280	-410	-93	66.9	14.0	-32	65.2	4.0
2.1.1.1. Crédito bruto	112	127	158	193	261	65.0	7.7	261	0.0	0.0
2.1.1.2. Depósitos	-290	-577	-438	-604	-353	-19.3	6.3	-293	-17.1	4.0
2.1.2. Crédito à economia	638	784	1 090	1 453	1 526	40.0	32.6	1 572	3.0	3.0
2.2. Outros activos e passivos	-543	-521	-750	-1 112	-1 293	-72.4	-40.6	-1 297	-0.3	-0.2
3. PASSIVOS MONETÁRIOS	946	1 230	1 338	1 607	1 513	13.1	13.1	1 411	-6.8	-6.8
3.1. Massa monetária	765	1 047	1 133	1 253	1 417	25.1		1 313	-7.4	
3.1.1. Circulação monetária	109	120	149	141	163	9.7		127	-22.5	
3.1.2. Depósitos à ordem	505	717	718	851	922	28.5		840	-8.9	
3.1.2.1. Em moeda nacional	176	309	288	386	399	38.7		384	-3.6	
3.1.2.2. Em moeda estrangeira	329	409	431	465	524	21.6		456	-13.0	
3.1.3. Outros depósitos	151	210	266	260	331	24.5		346	4.4	
3.1.3.1. Em moeda nacional	43	105	116	22	23	-80.3		26	15.5	
3.1.3.2. Em moeda estrangeira	108	105	150	238	308	105.7		320	3.6	
3.2. Outros passivos monetários	181	183	205	354	96	-53.1		98	2.1	

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (A) Taxa de variação percentual face a Dezembro anterior; (B) Taxa de variação em percentagem da massa monetária de Dezembro anterior (factores de variação da liquidez).

Quadro A.II.5.10.

TAXAS DE JURO Taxas anuais, em percentagem							
	2006 Dez	2007 Dez	2008 Dez	2009 Dez	2010 Dez	2011	
						Dez	Abr
1. Taxa de Referência do BCSTP	28.0	28.0	28.0	16.0	15.0	15.0	
2. Taxas Activas							
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	31.0	34.3	31.2	31.2	26.8	26.0	
2.2. Créditos de 181 dias a 1 um ano	32.0	32.1	28.7	28.7	27.0	26.0	
2.3. Créditos superiores a 1 um ano	32.5	30.8	28.0	28.0	26.7	26.5	
3. Taxas Passivas							
3.1. Depósitos a prazo até 90 dias	12.0	12.3	10.2	10.2	11.6	12.2	
3.2. Depósitos a prazo entre 91 dias e 1 ano	14.5	13.2	11.3	11.3	13.2	13.7	
3.3. Depósitos a prazo maior que 1 ano	16.0	Negociável	Negociável	Negociável	13.9	12.8	
Para memória:							
Inflação (t. v. homóloga anual)	24.6	27.6	24.8	16.1	12.9	16.7	

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Nota: Taxas indicativas (apuradas com base na informação bruta disponibilizada pelos bancos).

Quadro A.II.5.11.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias						
	Euro / Dobra		USD / Dobra		ITCE ^{(a)(b)}	
	Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real
2000	7 367	-3.7	7 978	12.0	198.4	140.5
2001	7 901	7.2	8 842	10.8	219.1	133.7
2002	8 586	8.7	9 088	2.8	237.5	132.0
2003	10 568	23.1	9 348	2.9	225.2	115.5
2004	12 306	16.4	9 902	5.9	202.5	106.7
2005	13 123	6.6	10 519	6.2	192.0	111.4
2006	15 630	19.1	12 445	18.3	158.4	107.5
2007	18 558	18.7	13 537	8.8	134.6	103.6
2008	21 602	16.4	14 685	8.5	116.9	113.3
2009	22 510	4.2	16 208	10.4	112.3	124.5
2010	24 500	8.8	18 574	14.6	105.3	127.1
2009 Janeiro	21 839	1.6	16 475	12.8	113.3	119.4
Fevereiro	21 936	1.8	17 150	17.3	111.7	118.3
Março	21 940	-4.4	16 866	13.8	112.3	119.6
Abril	21 944	-5.6	16 627	12.8	113.0	122.0
Maio	21 950	-4.3	16 133	9.5	114.0	125.2
Junho	21 966	-3.6	15 677	6.9	114.7	127.0
Julho	21 989	-4.7	15 610	6.8	114.7	128.2
Agosto	22 173	1.1	15 548	6.5	114.0	128.1
Setembro	23 099	10.5	15 869	9.2	109.9	124.2
Outubro	23 554	19.4	15 915	8.1	110.2	125.7
Novembro	23 867	27.4	16 173	9.9	109.4	126.6
Dezembro	23 861	19.8	16 451	10.9	109.3	128.5
2010 Janeiro	24 500	12.2	17 277	4.9	106.6	126.3
Fevereiro	24 500	11.7	18 037	5.2	105.6	125.7
Março	24 500	11.7	18 194	7.9	105.7	125.1
Abril	24 500	11.6	18 394	10.6	105.7	125.1
Maio	24 500	11.6	19 582	21.4	103.9	122.8
Junho	24 500	11.5	20 206	28.9	103.7	123.3
Julho	24 500	11.4	19 376	24.1	104.6	126.0
Agosto	24 500	10.5	19 125	23.0	104.8	127.1
Setembro	24 500	6.1	18 209	14.7	104.7	127.7
Outubro	24 500	4.0	17 777	11.7	106.5	130.5
Novembro	24 500	2.7	18 019	11.4	106.3	132.2
Dezembro	24 500	2.7	18 692	13.6	105.4	132.9
2011 Janeiro	24 500	0.0	18 511	7.1	105.0	132.4
Fevereiro	24 500	0.0	18 102	0.4	106.4	134.9
Março	24 500	0.0	17 656	-3.0	106.2	135.8
Abril	24 500	0.0	17 125	-6.9	107.7	140.0
Maio	24 500	0.0	17 358	-11.4	107.6	
Junho	24 500	0.0	17 358	-14.1		

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas oficiais para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2005/2009; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra. Base 100: Janeiro de 1999.

TIMOR-LESTE



ÁREA: 14 600 KM²

CAPITAL: Díli

POPULAÇÃO: 1.1 milhões (2010)

MOEDA: USD

Impulsionada pelas receitas petrolíferas, a economia continuou a crescer de forma acelerada em 2010, consolidando a sua confortável posição orçamental e externa, sem qualquer dívida e com o saldo do Fundo Petrolífero em patamares elevados. A inflação tendeu todavia a aumentar, impulsionada pela subida dos preços internacionais dos bens alimentares e pela depreciação do USD, mas voltaria a abrandar no ano em curso.

II.6.1. SÍNTESE

A arrecadação de receitas volumosas, provenientes da exploração *off-shore* de petróleo e gás, continua a ser um dos elementos mais marcantes da conjuntura macroeconómica timorense – a par da crescente consolidação da estabilidade sócio-política, depois do período conturbado de 2006/2007. Com os preços internacionais dos combustíveis a permanecerem em patamares elevados ao longo de 2010, assistiu-se neste ano a uma significativa recuperação das referidas receitas – cujo enquadramento segue as melhores práticas internacionais de boa gestão e transparência (conforme foi reconhecido no âmbito da *Extractive Industries Transparency Initiative*, EITI – entidade de referência na matéria).

Quadro II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	12.2	12.7	9.5	7.3
Inflação (t.v.a. média)	9.0	0.7	6.8	6.0
Massa monetária (t.v.a.)	33.1	40.3	9.9	
Balança corrente (% PIB não-petrol.)	397.3	212.0	234.3	169.2
Saldo orçamental (% PIB n.p.) ^(a)	374.2	214.2	224.6	180.8
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.)	469.7	297.1	320.0	277.3
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	821.8	867.2	952.2	1002.9
Dívida pública (% PIB n.p.)	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Notas: (a) Saldo orçamental em base de caixa.

O Fundo Petrolífero timorense, para onde tais receitas são canalizadas, ascendeu assim a USD 6.9 mil milhões no final do ano passado (e USD 8.0 mil milhões em Maio de 2011), disponibilizando USD 811 milhões para financiar o OGE/2010 – de acordo com regras orientadas para a preservação da riqueza em benefício das gerações futuras. A dimensão das receitas petrolíferas no contexto de Timor-Leste – em particular a referida transferência anual, equivalente a cerca de 112% do PIB não-petrolífero (PIBnp) em 2010 – tem, por seu turno, repercussões muito significativas a diversos níveis.

Dá, desde logo, origem a um grande desaforo orçamental (cf. Quadro II.6.1), que se traduz por uma redução substancial da importância assumida pela restrição financeira na execução da despesa pública – embora fazendo avultar outras restrições, como as logísticas e administrativas. Tem estado, de facto, em curso, nos últimos anos, um estímulo orçamental de grande magnitude, especialmente ao nível das despesas de investimento, que se multiplicaram por um factor de 90 (em USD correntes) desde 2005 – constando agora do OGE/2011 mais um substancial acréscimo das mesmas (para 43% do PIBnp).

Tal estímulo vem sustentando, desde 2007, um ritmo acelerado de expansão da actividade económica – com o crescimento observado a ultrapassar, em cada ano, as projecções iniciais (o que poderá suceder novamente em 2011, segundo admitem as autoridades timorenses). Constata-se, porém, que houve um certo abrandamento em 2010 (tal como na cadência de expansão da massa monetária) – fenómeno do qual poderá, aliás, resultar um contributo para moderar a tendência de subida da inflação que se foi observando ao longo de 2010 e se acentuou no início do ano em curso (quebrando em seguida).

Essa tendência de subida terá repercutido o impacto de diversos factores, entre os quais o próprio estímulo orçamental, a alta dos preços internacionais das matérias-primas e a depreciação do USD (moeda oficial timorense). A relevância assumida por este último fenómeno é um reflexo da significativa dependência do mercado local relativamente às importações – muito embora o peso dos rendimentos petrolíferos acabe por determinar, também a este nível, uma posição externa largamente confortável, cujo corolário é, aliás, a ausência de dívida externa (ou pública).

II.6.2. PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

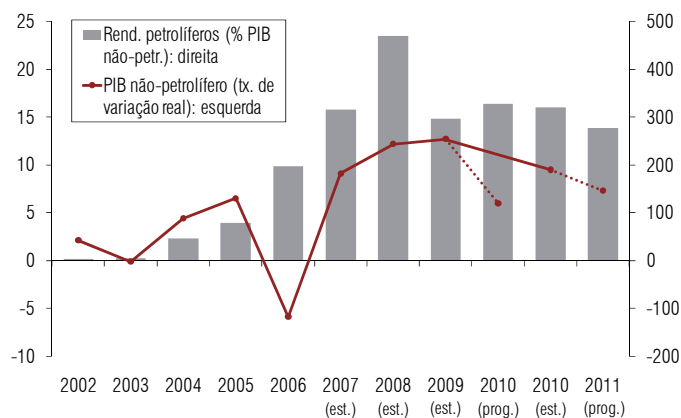
Depois de ultrapassada a instabilidade político-militar esporádica que marcou o período 2006/07, a economia timorense encetou uma trajectória de crescimento acelerado, patente de imediato em 2007 e intensificada no biénio seguinte. Tal cenário prolongou-se ainda no ano passado, com as autoridades timorenses a estimarem uma variação real do PIBnp cifrada em 9.5% (cf. Gráfico II.6.1). Ou seja, um ritmo de crescimento que continua muito robusto, embora em desaceleração – tendência esta que se poderá consolidar em 2011 (tendo o FMI projectado 7.3% de variação real).

Importa, porém, referir que as projecções de crescimento feitas à partida, nos últimos anos, têm ficado sempre aquém da realidade posteriormente observada. De facto, as autoridades timorenses admitem que a taxa de crescimento real da economia não-petrolífera ronde novamente os dois dígitos em 2011 – continuando a ser impulsionada por um importante estímulo orçamental, em particular ao nível do investimento (graças à confortável situação das contas públicas, sustentadas pelos rendimentos petrolíferos – cf. Gráfico II.6.1 e Capítulos seguintes). Na óptica da produção, tenderão a destacar-se novamente os sectores que têm revelado maior dinamismo nos anos mais recentes (como é o caso da construção e do comércio), esperando-se ainda uma retoma da agricultura – responsável por cerca de ¼ do PIBnp e afectada por condições climáticas desfavoráveis na primeira metade de 2010.

Deverá, aliás, sublinhar-se que mesmo um eventual abrandamento do ritmo de expansão da actividade económica corresponde ainda a um ganho apreciável em termos de rendimento *per capita* (dadas as estimativas de crescimento da população, que oscilam entre 2% e 3.5% ao ano). Tal ganho poderá voltar a repercutir-se favoravelmente sobre as condições de vida da população, na sequência do que se vem verificando – de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, Timor-Leste passou de 162º entre 182 países, em 2009, para 120º entre 169, em 2010. Este progresso reflecte, em boa medida, os esforços das autoridades para a modernização das infraestruturas básicas – encaradas também como catalisadoras do investimento privado, juntamente com a melhoria do ambiente de negócios (para cujo efeito estão em curso diversas medidas, entre as quais a revisão da lei da terra).

Gráfico II.6.1.

PIB REAL | Taxas de variação anual em percentagem



Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Taxas de crescimento económico um pouco menos pronunciadas poderão também, por outro lado, revelar-se mais sustentáveis, ou seja mais facilmente compatíveis com a capacidade de absorção da economia e o esvaziamento das pressões inflacionistas. Este último efeito viria, aliás, provavelmente em tempo oportuno, dada a intensificação da cadência inflacionária que tem estado genericamente patente desde o início de 2010 – acelerando de forma significativa no primeiro trimestre do ano em curso, mas abrandando substancialmente nos meses imediatos (cf. Gráfico II.6.2).

Constata-se, de facto, que a taxa de variação média anual do IPC (indicativa da tendência) aumentou continuamente desde Fevereiro de 2010 – enquanto a respectiva taxa de variação homóloga passava de 1.8% em Dezembro de 2009 para 9.2% um ano depois (ultrapassando assim a meta de 6.5%). Este fenómeno acabaria por atingir um pico em Março de 2011, quando a inflação homóloga se cifrou em 14.1% (o segundo valor mais elevado desde o início da série, em 2000) – quebrando depois, com o índice a permanecer praticamente estacionário nos dois meses seguintes (cf. Gráfico II.6.3).

A fase mais recente desta tendência para a intensificação da cadência inflacionária terá sido influenciada por factores sazonais bem conhecidos: o aumento da procura interna associado ao período das festas (finais de 2010) e a relativa escassez de produtos agrícolas (princípios do ano em curso). Tal escassez, determinada pelo ritmo habitual da respectiva campanha, assume especial relevância devido ao peso assumido no cabaz do IPC pelos bens alimentares (56.7% do total) – categoria esta cujos preços aumentaram 9.7% no primeiro trimestre de 2011, contra 8.1% no tocante ao índice global.

Gráfico II.6.2.

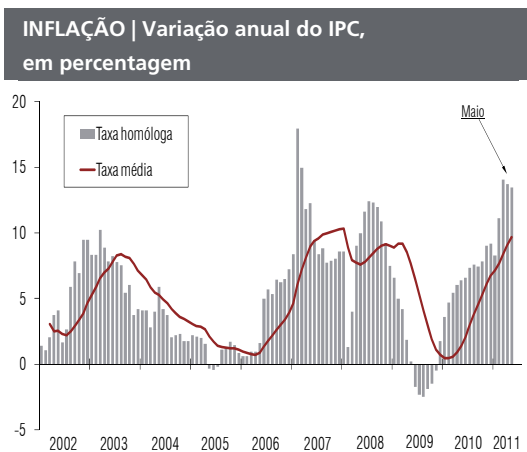
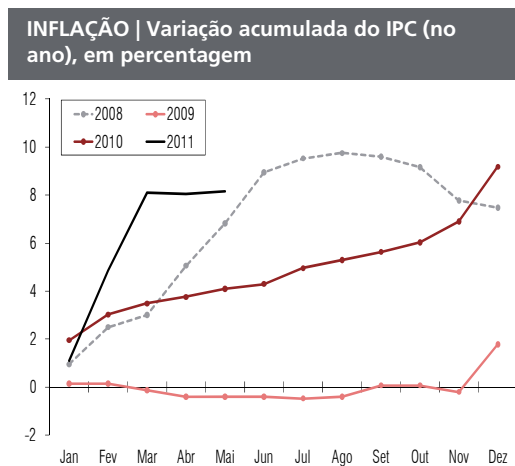


Gráfico II.6.3



Fontes: ABPTL.

Para além dos referidos efeitos internos, que se fizeram sentir nos meses em torno da mudança de ano (pontualmente agravados por constrangimentos ao nível dos circuitos de distribuição), a tendência mais geral de subida dos preços na economia timorense terá sido impulsionada pelo impacto de três factores adicionais. Por um lado, a alta dos preços internacionais das matérias-primas alimentares e energéticas; por outro lado, a depreciação do USD (moeda oficial timorense) face às moedas dos principais parceiros comerciais, que encareceu as importações expressas em USD; finalmente, as pressões eventualmente induzidas pelo estímulo orçamental, com especial impacto em domínios como os preços dos materiais de construção ou os salários dos trabalhadores especializados.

II.6.3. CONTAS EXTERNAS

À semelhança do que vem sucedendo desde 2004, o perfil da balança de pagamentos timorense em 2010 foi essencialmente determinado pela magnitude das receitas petrolíferas (em rigor, de petróleo e gás). Estas últimas começaram, de facto, a assumir expressão significativa naquele ano, reflectindo as disposições do acordo firmado em 2002 com a Austrália, pelo qual revertem para a parte timorense 90% dos recursos da *Joint Petroleum Development Area* – recursos estes cuja gestão se rege por um enquadramento jurídico alinhado com as melhores práticas internacionais. Timor-Leste foi, aliás, reconhecido, em Julho de 2010, como o terceiro país, à escala mundial (entre 11 também já consagrados e outros 24 ainda candidatos) a respeitar plenamente os requisitos de transparência e boa governação definidos no âmbito da *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI).

Quadro II.6.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em percentagem do PIB não-petrolífero				
	2008	2009	2010	2011
		Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	397.3	212.0	234.3	169.2
<i>(excl. Assistência internacional)</i>	327.7	153.7	190.0	130.8
Balança comercial	-55.8	-58.2	-76.5	-95.6
Exportações	2.8	1.5	2.8	1.7
Importações	58.5	59.7	79.3	97.3
Serviços (líq.)	-84.7	-85.2	-56.4	-53.8
Rendimentos (líq.)	471.8	297.5	323.0	280.2
dos quais: Rend. petrolíferos	469.7	297.1	320.0	277.3
Transferências correntes (líq.)	65.9	58.0	44.3	38.3
das quais: Assist. internacional	69.5	58.4	44.3	38.3
Balança de capital e financeira	-401.1	-205.7	-222.2	-176.9
Balança global	-3.9	6.4	12.1	-7.8

Fontes: ABPTL e FMI.

A recuperação dos preços internacionais dos combustíveis para patamares elevados, depois da forte queda de 2008, permitiu que as receitas petrolíferas timorenses atingissem em 2010 o segundo valor mais elevado de sempre: USD 2.3 mil milhões (cerca de 3,2 vezes o PIBnp – cf. Quadro II.6.2). Dadas as especiais características desta actividade, tais receitas são contabilizadas na esfera dos rendimentos, enquanto *royalties*, impostos e juros de aplicações que alimentam o Fundo Petrolífero – cujo saldo ultrapassava USD 8 mil milhões em Maio de 2011. Este último (o fundo soberano timorense) prosseguiu também a sua estratégia de diversificação: depois da indicação do BIS, em Junho de 2009, para a gestão de uma carteira de obrigações (20% do total), foi seleccionada a Schroders, em Outubro de 2010, para gerir uma segunda carteira (neste caso de acções: 3 a 5% do total).

Gráfico II.6.4.

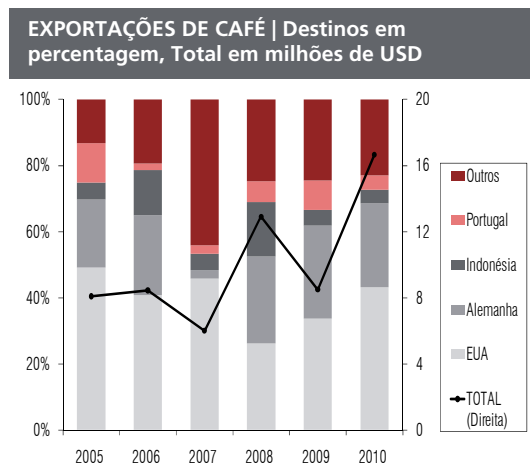
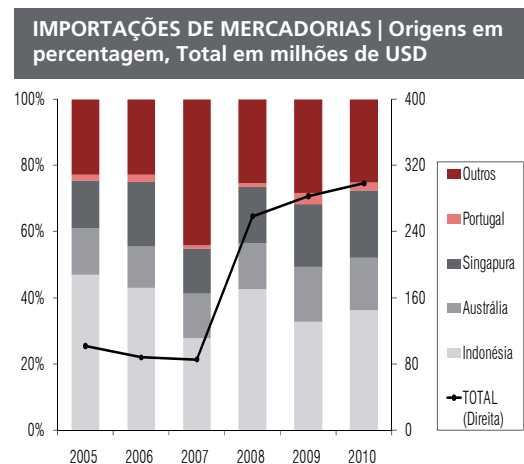


Gráfico II.6.5.



Fontes: ABPTL e Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste).

Nota: Exclui as importações efectuadas no âmbito da ONU e dos doadores.

A dimensão dos rendimentos petrolíferos, no contexto da economia timorense, leva ao apuramento de indicadores agregados excepcionalmente favoráveis, como é caso de um excedente da balança corrente equivalente a 234% do PIBnp em 2010. Para este resultado contribuiu ainda a assistência internacional, que permanece relevante (cerca de 44% do PIBnp nesse mesmo ano), embora longe do peso preponderante assumido no início da década passada – e com tendência para diminuir, acompanhando a desmobilização gradual da ONU, à medida que se consolida a estabilidade política.

Para além dessas duas grandes fontes de receitas externas, continuam a destacar-se as exportações de café, com valores bastante mais modestos mas um impacto sócio-económico considerável. Destinadas sobretudo aos EUA e à Alemanha (cf. Gráfico II.6.4), registaram um crescimento acentuado em 2010, mais do que duplicando em valor – graças a uma campanha excepcionalmente positiva e à forte subida do respectivo preço no mercado internacional. Já no contexto das despesas financiadas por este conjunto de receitas, sobressaem naturalmente as importações de mercadorias, que têm conhecido um crescimento acelerado ao longo dos últimos anos: 55.3% em 2010, para USD 575 milhões (quase seis vezes o valor contabilizado em 2006, a preços correntes).

Tal evolução reflecte a expansão da procura interna induzida pelo aumento das receitas petrolíferas, que se reflecte tanto ao nível das importações de bens de consumo (com destaque para os combustíveis e o arroz) como na esfera dos bens de capital. Estes tendem, aliás, a ganhar peso face ao total de importações, estimando-se que ultrapassem já 1/3 das mesmas (em linha sobretudo com o esforço de investimento público). À excepção do ano atípico de 2007, que eventualmente reflectiu a instabilidade então atravessada, o padrão geográfico das importações tem permanecido estável (excluindo a parcela associada à ONU e aos doadores, para a qual não estão disponíveis dados desagregados) – com os dois países vizinhos e Singapura, entreposto regional, a predominarem largamente (cf. Gráfico II.6.5).

II.6.4. FINANÇAS PÚBLICAS

Além de sustentarem a posição externa acentuadamente positiva que a economia timorense vem evidenciando nos últimos anos, os rendimentos da actividade petrolífera *off-shore* têm igualmente um impacto macroeconómico muito pronunciado na esfera das contas públicas. De facto, também aqui dão origem a volumosos excedentes (“gémeos” daqueles que se apuram na balança corrente externa) – cerca de USD 1.6 mil milhões em 2010, ou 225% do PIBnp (cf. Quadro II.6.3).

As receitas petrolíferas – ou seja, o conjunto de fluxos que alimentam o Fundo Petrolífero (*royalties*, impostos e juros) – registaram, aliás, uma recuperação substancial em 2010, aumentando 26% face ao ano precedente (cf. Gráfico II.6.6). Ficaram, assim, já praticamente ao nível do máximo anterior, alcançado em 2008 (a preços correntes) – tendo, em particular, ultrapassado (por uma margem considerável: 25.8%), o valor inscrito no OGE suplementar que foi aprovado em meados de 2010.

Quadro II.6.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL Em percentagem do PIB não-petrolífero				
	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
Receitas totais	478.6	306.6	329.2	286.7
Rec. internas	8.6	9.5	9.2	9.3
Rec. petrolíferas	469.7	297.1	320.0	277.3
Donativos	0.2	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	104.4	92.4	104.6	105.9
Desp. correntes	70.1	58.7	69.5	62.8
Desp. de investimento	34.3	33.7	35.0	43.0
Saldo Global (base caixa)	374.2	214.2	224.6	180.8

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

O peso das referidas receitas no orçamento timorense é, efectivamente, esmagador (97.5% das receitas totais entre 2008 e 2010), suscitando nos últimos anos um debate em torno do papel a desempenhar pelas restantes receitas, ditas internas. Por razões de equidade e preparação para o futuro pós-petrolífero (a bastante longo prazo), as autoridades timorenses entendem que estas últimas devem ser mais relevantes do que vem sucedendo – apontando para uma meta de 20% do PIBnp em 2015.

É certo que o respectivo peso tem aumentado face aos valores anteriores a 2008 – e que a execução de 2010 excedeu as expectativas, ficando 8.1% acima do orçamentado. Ainda assim, a concretização da referida meta exigirá certamente um forte empenho das autoridades na aplicação da estratégia que definiram para o efeito. Esta última inclui melhorias na administração tributária, medidas específicas de combate à evasão fiscal e campanhas de sensibilização dos cidadãos – juntamente com um alargamento da base tributária e a eventual subida de algumas taxas de imposto (como poderá ser o caso do consumo de bens considerados de luxo).

As intenções de reforma manifestadas pelas autoridades na esfera das finanças públicas alargam-se ainda a outros domínios, nomeadamente relativos ao sistema de gestão das finanças públicas (*public financial management*). A este nível, foi definido em princípios de 2010 um Plano Estratégico que tem estado a ser executado e abrange aspectos como os sistemas contabilísticos, a gestão das compras públicas e a auditoria interna (incluindo mecanismos anti-corrupção) – com o objectivo declarado de aumentar a eficiência na execução da despesa e melhorar a equidade social do respectivo impacto.

Gráfico II.6.6.

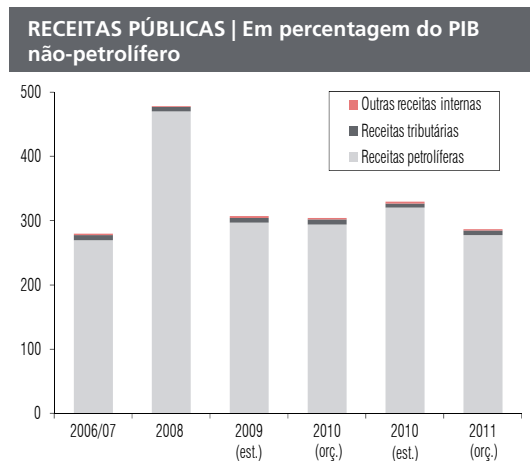
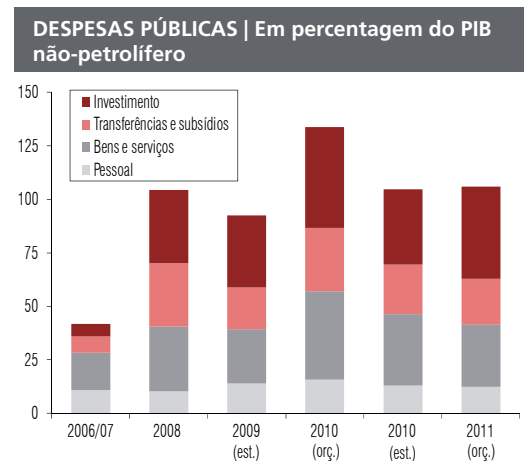


Gráfico II.6.7.



Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Tais iniciativas das autoridades podem ser encaradas como uma resposta às tensões que inevitavelmente surgem quando se verifica uma redução tão acentuada da restrição financeira como sucedeu em Timor-Leste nos últimos anos. Tendo passado a ser sobretudo logísticas e administrativas as restrições que condicionam o ritmo de realização da despesa pública, esta tendeu, de facto, a crescer acentuadamente: 32% em 2010 (face ao ano anterior), para cerca de 105% do PIBnp – cf. Gráfico II.6.7.

As autoridades estão ainda empenhadas em aumentar o grau de execução das despesas de investimento – que melhorou desde meados da década passada mas tem permanecido aproximadamente estável nos últimos anos: 86.1% do orçamentado em 2010 (contra 92.9% no caso das despesas correntes). Para esse efeito, está a ser constituída uma nova entidade, directamente dependente do Primeiro-Ministro e incumbida de centralizar a aprovação e o acompanhamento dos projectos. Ao mesmo tempo que avança este novo enquadramento, foi orçamentado para 2011 um aumento significativo do peso atribuído às despesas de investimento – cerca de 40.7% da despesa total, contra 33.5% na execução de 2010.

II.6.5. SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

O financiamento das despesas públicas timorenses é assegurado, em primeiro lugar, pelos montantes arrecadados na esfera das receitas internas – mas, sobretudo, pela parcela das receitas petrolíferas que é anualmente transferida do Fundo Petrolífero para o OGE, de acordo com as regras estipuladas na legislação de enquadramento. Tal parcela tem por base o chamado Rendimento Sustentável Estimado

(*Estimated Sustainable Income, ESI*), entendido como a fatia da riqueza petrolífera que pode ser anualmente utilizada sem pôr em risco a preservação da mesma para as gerações futuras.

O ESI está fixado em 3% da referida riqueza – definida como a soma do saldo existente no Fundo Petrolífero com o valor actualizado dos rendimentos futuros de petróleo e gás (por sua vez estimados, a cada ano, com base em hipóteses deliberadamente prudentes para variáveis como os respectivos preços internacionais e a dimensão das reservas timorenses). A diferença entre o valor anualmente transferido do Fundo Petrolífero para o OGE e o montante efectivamente dispendido no exercício em causa é encarada como um saldo de caixa, utilizável no contexto do OGE seguinte.

Tendo sido negativo nos dois anos precedentes, tal saldo revelou-se positivo em 2010 – ou seja, o montante transferido neste último ano excedeu em USD 125 milhões (cerca de 17% do PIBnp) as despesas efectuadas no decurso do mesmo. Ao nível das contas monetárias, esse facto traduziu-se numa significativa acumulação de depósitos do Estado junto do sistema bancário (mais 70.4% face ao final de 2009) – determinando, por conseguinte, um forte efeito contraccionista do crédito líquido ao Estado sobre a liquidez (cf. Gráfico II.6.8).

Gráfico II.6.8.

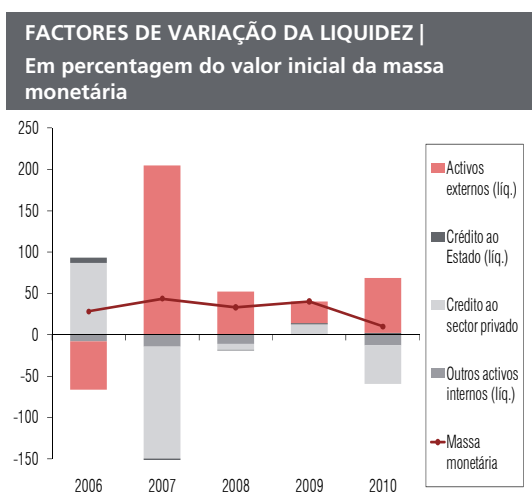
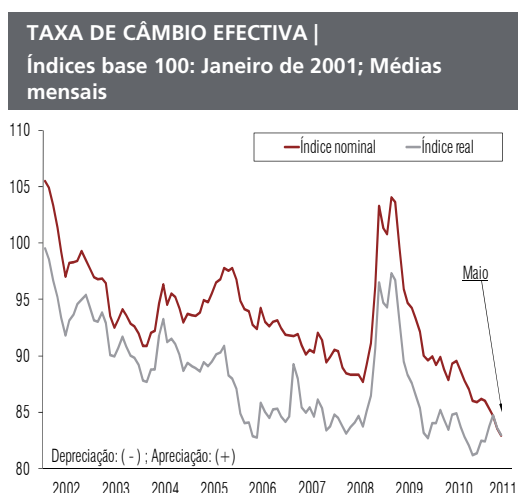


Gráfico II.6.9



Fontes: ABPTL e FMI.

O referido efeito contraccionista foi mais do que compensado pelo reforço dos activos externos líquidos – tendo a magnitude de cada um correspondido, respectivamente, a -46.5% e a +66.7% do valor inicial da liquidez. A conjugação de ambos os efeitos seria, por seu turno, determinante para a expansão de 9.9% que a massa monetária evidenciou em 2009 – variação anual esta que foi, todavia, a menos pronunciada dos últimos seis anos (tinha atingido os 40.3% em 2009).

Tal fenómeno tendeu, aliás, a acentuar-se no primeiro trimestre de 2011, com a massa monetária a registar mesmo uma contracção de 3.8%. A evolução mais moderada desta última poderá, contudo, ter prestado um contributo oportuno para o esvaziamento das pressões inflacionistas, em alta nos meses iniciais do ano – fenómeno que então repercutia factores como a depreciação do USD (moeda oficial de Timor-Leste) face às moedas dos principais parceiros comerciais timorenses (cf. Gráfico II.6.9).

O comportamento da liquidez em termos agregados teve, porém, subjacente uma evolução bastante diferenciada das suas principais componentes – com os depósitos à ordem a registarem uma quebra de 10.8% em 2010 (passando a assumir, pela primeira vez, um peso claramente inferior ao dos restantes depósitos). Permanece também muito modesto o desempenho do crédito à economia, que se expandiu 5.9% em 2010 – e está apenas cerca de 10% acima do patamar alcançado em 2007 (após o qual se deu o aumento do mal-parado, que ronda 18% do total, embora amplamente provisionado).

Quadro A.II.6.1.

		PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS								
		Unidades	2007	2008	2009 Est.	2010		2011		
Prog.	Est.					Prog.	Est.			
PRODUTO E PREÇOS										
Rendimento nacional bruto ^(a)	milhões de USD	1747	2918	2465	2704	2969	3136			
PIB não-petrolífero	milhões de USD	416	511	620	627	725	825			
	tx. variação real	9.1	12.2	12.7	6.0	9.5	7.3			
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	8.6	7.5	1.8	6.5	9.2	6.0	13.5	Mai	
	t. v. média anual	10.3	9.0	0.7	4.5	6.8	6.0	9.7	Mai	
FINANÇAS PÚBLICAS										
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	343.0	478.6	306.6	304.0	329.2	286.7			
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	11.0	8.6	9.5	9.9	9.2	9.3			
Receitas petrol. (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	330.0	469.7	297.1	294.1	320.0	277.3			
Donativos	% do PIB não-petrol.	3.0	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0			
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	59.0	104.4	92.4	133.6	104.6	105.9			
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	46.0	70.1	58.7	86.6	69.5	62.8			
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	13.0	34.3	33.7	47.1	35.0	43.0			
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	284.0	374.2	214.2	170.3	224.6	180.8			
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0	0	0	0	0	0	0	Jun	
Fundo Petrolífero	milhões de USD	2086	4197	5377	6744	6904	8271	8039	Mai	
	% do PIB não-petrol.	502.0	821.8	867.2	1075.6	952.2	1002.9			
MOEDA E CRÉDITO										
Activos externos líquidos ^(b)	% PIB não petrol.	76.6	77.0	71.4		85.8				
	taxa de variação anual	181.5	23.7	12.5		40.4				
	meses de Importações	7.6	6.1	5.6		7.1				
Activos internos líquidos	% PIB não petrol.	-42.0	-39.6	-28.1		-45.1				
	taxa de variação anual	1145.9	15.9	-13.8		87.4				
Massa monetária ^(c)	% PIB não petrol.	34.6	37.5	43.3		40.7				
	taxa de variação anual	43.7	33.1	40.3		9.9				
BALANÇA DE PAGAMENTOS										
Balança corrente	% do PIB não-petrol.	283.3	397.3	212.0		234.3	169.2			
Excl. Assistência internac.	% do PIB não-petrol.	215.7	327.7	153.7		190.0	130.8			
Balança comercial	% do PIB não-petrol.	-40.7	-55.8	-58.2		-76.5	-95.6			
Export. de mercadorias ^(d)	% do PIB não-petrol.	1.6	2.8	1.5		2.8	1.7			
	taxa de variação anual	-28.2	111.5	-34.4		116.8	-30.0			
Import. de mercadorias	% do PIB não-petrol.	42.3	58.5	59.7		79.3	97.3			
	taxa de variação anual	74.6	70.1	23.9		55.3	39.5			
Balança corrente e de capital	% do PIB não-petrol.	291.1	400.6	216.5		242.5	176.3			
Balança global	% do PIB não-petrol.	35.3	-3.9	6.4		12.1	-7.8			

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui os rendimentos obtidos com a exploração *off-shore* de petróleo e gás; (b) Não está aqui considerado o Fundo Petrolífero; (c) A circulação monetária inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pela ABPTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário (no contexto da dolarização oficialmente vigente); (d) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada.

Quadro A.II.6.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO Preços correntes, Em milhões de USD						
	2007	2008	2009	2010		2011
	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Prog.
Agricultura, pescas e silvicultura	102	122	146			
Indústria e Serviços	111	135	162			
Administração Pública	202	253	312			
PIB não petrolífero	416	511	620	627	725	825
Consumo	736					
Consumo privado	477					
Consumo público	259					
Investimento bruto	111	322	341	301		
FBCF	103					
Sector Público	91					
Sector Privado	12					
Variação de Existências	8					
Procura Interna	847					
Exportações de bens e serviços	69	60	55		88	
Procura Global	916					
Importações de bens e serviços	501	777	945		1 052	
<i>Para memória:</i>						
<i>Rendimento Nacional Bruto p.m.</i>	<i>1 747</i>	<i>2 918</i>	<i>2 465</i>	<i>2 704</i>	<i>2 969</i>	<i>3 136</i>
<i>Rendimentos petrolíferos, incl. Juros de aplicações</i>	<i>1 312</i>	<i>2 399</i>	<i>1 842</i>	<i>2 055</i>	<i>2 320</i>	<i>2 287</i>
<i>PIB não-petrolífero (variação real, em %)</i>	<i>9.1</i>	<i>12.2</i>	<i>12.7</i>	<i>6.0</i>	<i>9.5</i>	<i>7.3</i>
<i>Rendimento nacional bruto (variação nominal, em %)</i>	<i>79.7</i>	<i>67.1</i>	<i>-15.5</i>	<i>9.7</i>	<i>20.4</i>	<i>7.3</i>

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e FMI.

Quadro A.II.6.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR Em percentagem		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2002	Dezembro		9.5	9.5	
2003	Dezembro		4.2	4.2	7.2
2004	Dezembro		1.8	1.8	3.2
2005	Dezembro		0.9	0.9	1.1
2006	Dezembro		7.3	7.3	3.9
2007	Dezembro		8.6	8.6	10.3
2008	Dezembro		7.5	7.5	9.0
2009	Dezembro		1.8	1.8	0.7
2010	Dezembro		9.2	9.2	6.8
2009	Janeiro	0.1	0.1	6.6	8.9
	Fevereiro	0.0	0.1	5.0	9.2
	Março	-0.3	-0.1	4.2	9.2
	Abril	-0.3	-0.4	1.9	8.5
	Maio	0.0	-0.4	0.2	7.7
	Junho	0.0	-0.4	-1.7	6.5
	Julho	-0.1	-0.5	-2.3	5.3
	Agosto	0.1	-0.4	-2.5	4.0
	Setembro	0.5	0.1	-1.9	2.9
	Outubro	0.0	0.1	-1.5	1.9
	Novembro	-0.3	-0.2	-0.5	1.1
	Dezembro	2.0	1.8	1.8	0.7
2010	Janeiro	1.9	1.9	3.6	0.5
	Fevereiro	1.1	3.0	4.7	0.5
	Março	0.5	3.5	5.5	0.6
	Abril	0.3	3.8	6.0	0.9
	Maio	0.3	4.1	6.4	1.4
	Junho	0.2	4.3	6.6	2.1
	Julho	0.6	5.0	7.3	2.9
	Agosto	0.3	5.3	7.6	3.8
	Setembro	0.3	5.6	7.4	4.6
	Outubro	0.4	6.0	7.8	5.4
	Novembro	0.8	6.9	9.0	6.1
	Dezembro	2.1	9.2	9.2	6.8
		<i>Dezembro (prog.)</i>			6.5
2011	Janeiro	1.1	1.1	8.3	7.2
	Fevereiro	3.7	4.8	11.1	7.7
	Março	3.1	8.1	14.1	8.4
	Abril	-0.1	8.0	13.7	9.1
	Maio	0.1	8.2	13.5	9.7
		<i>Dezembro (prog.)</i>			6.0

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste) e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.6.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS Em milhões de USD					
	2007	2008	2009 Est.	2010 Est.	2011 Prog.
1. BALANÇA CORRENTE	1177	2029	1315	1699	1395
1.1. Balança comercial	-169	-285	-361	-555	-788
Exportações ^(a)	7	14	9	20	14
das quais: Café	6	13	8	17	11
Importações	-176	-299	-370	-575	-802
1.2. Balança de serviços	-263	-433	-528	-409	-444
Exportações	63	46	46	68	72
das quais: Viagens	26	16	13	20	22
Importações	-325	-478	-574	-477	-516
das quais: relativas à ONU e aos doadores	-286	-364	-375	-351	-345
1.3. Balança de rendimentos	1331	2410	1845	2342	2311
dos quais: Rendimentos petrolíferos ^(b)	1312	2399	1842	2320	2287
1.4. Balança de transferências correntes	278	337	359	321	316
das quais: Assistência internacional	281	355	362	321	316
2. BALANÇA DE CAPITAL E FINANCEIRA	-1031	-2049	-1275	-1611	-1459
Transferências de capital oficiais	32	17	27	59	59
Balança financeira	-1064	-2057	-1289	-1397	-1518
da qual: Aplicação de poupanças petrolíferas	-1012	-2003	-1325	-1419	-1553
Valores em trânsito, erros e omissões	1	-9	-13	-273	0
3. BALANÇA GLOBAL	147	-20	39	88	-64
4. FINANCIAMENTO	-147	20	-39	-88	64
Variação dos activos externos líquidos (aumento: -)	-147	20	-39	-88	64
<i>Para memória:</i>					
	<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>				
<i>Rendimentos petrolíferos^(b)</i>	315.8	469.7	297.1	320.0	277.3
<i>Balança corrente</i>	283.3	397.3	212.0	234.3	169.2
<i>Balança corrente (excl. Assistência internacional)</i>	215.7	327.7	153.7	190.0	130.8
<i>Balança corrente e de capital</i>	291.1	400.6	216.5	242.5	176.3

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As receitas petrolíferas estão contabilizadas na balança de rendimentos, não sendo registadas no âmbito das exportações de mercadorias devido à falta de informação discriminada; (b) Inclui juros das aplicações feitas com os rendimentos petrolíferos.

Quadro A.II.6.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Alemanha	6.3	20.7	24.2	2.4	26.3	27.9	25.3	22.8
Austrália	7.3	5.5	3.6	7.8	2.1	3.0	4.1	4.0
EUA	50.9	49.1	40.8	45.9	26.2	33.8	43.2	39.7
Indonésia	18.3	5.0	13.6	5.0	16.4	4.9	4.2	9.8
Japão	0.0	1.2	1.4	0.0	5.0	4.7	3.7	3.0
Portugal	8.3	11.9	2.1	2.6	6.3	8.9	4.3	6.5
Singapura	2.3	1.1	7.6	17.6	10.8	3.4	9.0	6.7
Outros	6.5	5.4	6.7	18.7	6.9	13.4	6.1	7.4
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

Notas: Apenas exportações de café.

Quadro A.II.6.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES Em percentagem do total								
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2004 a 2010
Austrália	17.7	13.9	12.5	13.5	13.8	16.7	15.8	15.2
China	0.9	1.7	2.5	3.3	2.1	4.1	7.4	3.8
Indonésia	52.9	47.0	43.0	27.7	42.5	32.6	36.2	39.0
Japão	1.1	10.4	2.5	9.1	2.3	2.7	3.3	3.7
Portugal	1.5	1.6	2.2	0.9	1.2	3.4	2.4	2.1
Singapura	13.3	14.6	19.4	13.7	17.1	18.9	20.4	17.7
Vietname	4.8	4.5	5.0	2.1	7.0	12.2	4.7	6.8
Outros	7.7	6.4	12.8	29.7	14.0	9.3	9.8	11.7
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal

Notas: Excluindo importações no âmbito das Nações Unidas e dos doadores.

Quadro A.II.6.7.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO ^{(a) (b)} Em milhões de USD								
Ano fiscal:	2006/ 2007		2008	2009	2010		2011	Orç.
	2007	2ºsem.			Orç. ^(c)	Est. g.e. ^(d)		
Receitas totais	1044	692	2444	1901	1906	2387	125.2	2364
Receitas internas	40	20	44	59	62	67	108.1	77
Impostos directos	12	5	19	13	28	16	57.1	19
Impostos indirectos	19	9	19	30	20	34	170.0	40
Outras receitas	9	6	6	16	14	17	121.4	18
Receitas petrolíferas	993	672	2399	1842	1844	2320	125.8	2287
Receitas fiscais	956	640	2284	1660	1694	2117	125.0	1992
Royalties e juros	37	32	115	182	150	203	135.2	295
Donativos	11	0	1	0	0	0		0
Despesas totais (base de caixa)	172	105	533	573	838	758	90.5	873
Despesas correntes	133	62	358	364	543	504	92.9	518
Despesas com o pessoal	40	24	53	86	99	94	94.2	103
Bens e serviços	64	15	154	158	259	242	93.5	240
Transferências e subsídios	29	23	151	120	184	168	91.3	175
Despesas de investimento	21	1	175	209	295	254	86.1	355
Despesas do exercício anterior	18	42						
Saldo global (base de caixa)	872	587	1911	1328	1068	1629		1491
Saldo global (excl. Receitas petrolíferas)	-121	-85	-488	-514	-776	-691		-796
Financiamento	121	85	488	514	776	691		796
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	-139	45	91	1	-68	-125		64
Saques sobre o Fundo Petrolífero	260	40	396	512	811	811		734
Outros ^(e) (aumento: -)	0	0	1	1	33	5		-2
<i>Para memória:</i>								
Saldo global, base de caixa (em % PIB não-petr.)	236		374	214	170	225		181
Excl. Receitas petrolíferas	-33		-96	-83	-124	-95		-97
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>								
Em milhões de USD (fim período)	1394	2086	4197	5377	6744	6904		8271
Em % do PIB não-petrolífero	378		822	867	1076	952		1003

Fontes: ABPTL, Ministério do Plano e Finanças (Timor-Leste), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Orçamento da Administração Central; (b) Até Julho de 2007, o ano fiscal em Timor-Leste correspondia ao período compreendido entre 1 de Julho de um determinado ano civil e 30 de Junho do ano civil seguinte; (c) Orçamento suplementar; (d) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (e) Inclui valores em trânsito, erros e omissões.

Quadro A.II.6.8.

SÍNTESE MONETÁRIA Em milhões de USD	2007		2008		2009		2009/2008		2010		2010/2009		2011		Mar 2011 / Dez 2010	
							[1]	[2]	Est.		[1]	[2]	Est.	[1]	[2]	
ACTIVOS EXTERNOS LÍQUIDOS																
Disponibilidades sobre o exterior	318	393	443	443	443	12.5	25.7	62.2	40.4	66.7	46.1	-25.8	-54.4			
ABPTL	356	421	469	469	469	11.2	24.8	65.0	38.6	67.4	51.6	-20.5	-45.2			
Bancos comerciais	230	210	250	250	250	18.8	20.7	40.6	62.5	58.2	25.8	-36.4	-50.1			
Responsabilidades para com o exterior	126	211	219	219	219	3.7	4.1	24.4	11.3	9.2	25.8	5.9	4.8			
ABPTL	-38	-28	-26	-26	-26	-6.7	1.0	-2.8	7.1	-0.7	-5.5	97.0	-9.2			
Bancos comerciais	0	0	-12	-12	-12	-6.3	-6.3	-1.2	-1.7	0.1	-1.2	3.0	-0.1			
	-38	-28	-14	-14	-14	-50.0	7.3	-1.6	14.8	-0.8	-4.3	166.7	-9.1			
ACTIVOS INTERNOS LÍQUIDOS																
Crédito líquido ao Estado	-174	-202	-174	-174	-174	-13.8	14.6	-32.7	87.4	-56.8	-17.7	-45.8	50.7			
Crédito bruto	-219	-230	-206	-206	-206	-10.2	12.2	-33.1	60.5	-46.5	-20.4	-38.3	43.0			
Depósitos	0	12	1	1	1	-90.1	-5.5	2.2	1851.2	7.9	13	-43.5	-3.3			
Crédito ao sector privado	-219	-241	-207	-207	-207	-14.0	17.7	-35.3	70.4	-54.4	-21.7	-38.6	46.3			
Outros activos (líquidos)	101	99	104	104	104	4.5	2.3	11.0	5.9	2.3	11.1	1.4	0.5			
	-56	-72	-72	-72	-72	-0.2	0.1	-10.5	47.0	-12.6	-8.4	-20.2	7.2			
MASSA MONETÁRIA																
Circulação monetária (a)	144	191	268	268	268	40.3	40.3	29.5	9.9	9.9	28.4	-3.8	-3.8			
Depósitos à ordem	2	2	3	3	3	14.1		3	20.5		4	4.1				
Depósitos a prazo e outros depósitos	73	102	155	155	155	51.9		138	-10.8		128	-7.0				
	68	87	111	111	111	27.5		154	38.5		152	-1.1				
<i>Para memória:</i>																
Activos do Fundo Petrolífero (em milhões de USD)	2 086	4 197	5 377	5 377	5 377	28.1		6 904	28.4		7 745	12.2				
Activos externos líquidos (em meses de importações) (b)	7.6	6.1	5.6	5.6	5.6	-7.4		7.1	26.1			-100.0				

Fontes: ABPTL, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Este agregado inclui apenas as moedas metálicas (de centavos, sub-denominações do USD) emitidas pela ABPTL, estando excluídas as notas de USD em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto da dolarização oficialmente vigente; (b) Importações de bens e serviços.

[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contração da liquidez).

Quadro A.II.6.9.

TAXAS DE CÂMBIO Taxas médias						
	Dólar Australiano	Rupia Indonésia	Euro	ITCE ^{(a)(b)}		
	USD/AUD	USD/IDR	EUR/USD	Nominal	Real	
2000	1.73	8 402	0.92	94.88		
2001	1.93	10 260	0.90	104.50	100.94	
2002	1.84	9 319	0.94	100.16	95.12	
2003	1.54	8 574	1.13	94.29	91.27	
2004	1.36	8 938	1.24	93.60	90.01	
2005	1.31	9 709	1.24	95.77	89.09	
2006	1.33	9 167	1.26	93.19	84.44	
2007	1.20	9 140	1.37	90.89	85.46	
2008	1.20	9 690	1.47	91.80	86.74	
2009	1.28	10 412	1.39	95.67	89.05	
2010	1.09	9 085	1.33	88.02	83.35	
2009 Janeiro	1.48	11 181	1.32	100.78	94.28	
Fevereiro	1.54	11 915	1.28	104.07	97.35	
Março	1.50	11 860	1.31	103.62	96.73	
Abril	1.40	11 033	1.32	99.64	93.06	
Maio	1.31	10 357	1.37	95.90	89.46	
Junho	1.25	10 214	1.40	94.68	88.30	
Julho	1.24	10 109	1.41	94.26	87.59	
Agosto	1.20	10 002	1.43	93.31	86.53	
Setembro	1.16	9 852	1.46	92.18	85.36	
Outubro	1.10	9 488	1.48	89.99	83.18	
Novembro	1.09	9 465	1.49	89.63	82.71	
Dezembro	1.11	9 464	1.46	89.93	84.02	
2010 Janeiro	1.09	9 293	1.43	89.19	84.05	
Fevereiro	1.13	9 342	1.37	89.91	85.18	
Março	1.10	9 164	1.36	88.79	84.30	
Abril	1.08	9 027	1.34	87.89	83.42	
Maio	1.15	9 166	1.26	89.31	84.79	
Junho	1.17	9 148	1.22	89.57	84.90	
Julho	1.14	9 042	1.28	88.62	83.71	
Agosto	1.11	8 976	1.29	87.81	82.82	
Setembro	1.07	8 966	1.31	87.04	82.06	
Outubro	1.02	8 927	1.39	85.99	81.20	
Novembro	1.01	8 948	1.37	85.91	81.34	
Dezembro	1.01	9 021	1.32	86.19	82.44	
2011 Janeiro	1.00	9 040	1.34	86.03	82.40	
Fevereiro	0.99	8 913	1.36	85.32	83.74	
Março	0.99	8 760	1.40	84.65	84.72	
Abril	0.95	8 651	1.44	83.50	83.57	
Maio	0.94	8 565	1.43	82.96	82.98	

Fontes: Banco da Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Departamento de Estatísticas de Singapura e Banco de Portugal; cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas praticadas para as moedas dos três principais parceiros comerciais no período 2005/2009; (b) Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do USD (base 100: Janeiro de 2001).

PALOP E FMI -
PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO
MACROECONÓMICO

PALOP E FMI - PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento

Os países africanos lusófonos são reconhecidamente diferentes uns dos outros, a diversos níveis, mas apresentam também um conjunto significativo de traços similares, que reflectem afinidades de vária ordem. Em finais de 2009, os PALOP passaram a partilhar uma característica adicional (nunca antes verificada em simultâneo): todos eles estão a aplicar programas de ajustamento macroeconómico apoiados pelo FMI, ao abrigo de facilidades financeiras ou de outros mecanismos disponibilizados pela instituição aos países que a integram.

Alargando um pouco a perspectiva, é ainda possível constatar que, depois da introdução (em Novembro de 2009) do Acordo actualmente vigente entre Angola e o Fundo, resta apenas um Estado membro da CPLP que nunca adoptou qualquer programa deste tipo: Timor-Leste (independente há menos de uma década). Os cinco PALOP inserem-se, aliás, num conjunto bastante mais vasto de países – em 18 de Agosto de 2011, 60 dos 187 membros do Fundo mantinham programas apoiados por este último, no quadro de algum dos diferentes mecanismos existentes para o efeito.

Os programas de ajustamento no contexto das funções do FMI

Apesar da significativa evolução evidenciada pela instituição ao longo do tempo, é geralmente aceite que continua a manter, como funções predominantes, as mesmas duas atribuições principais que estiveram subjacentes à respectiva criação, em 1944: ajudar a prevenir crises económico-financeiras e ajudar a ultrapassá-las, quando ocorram.

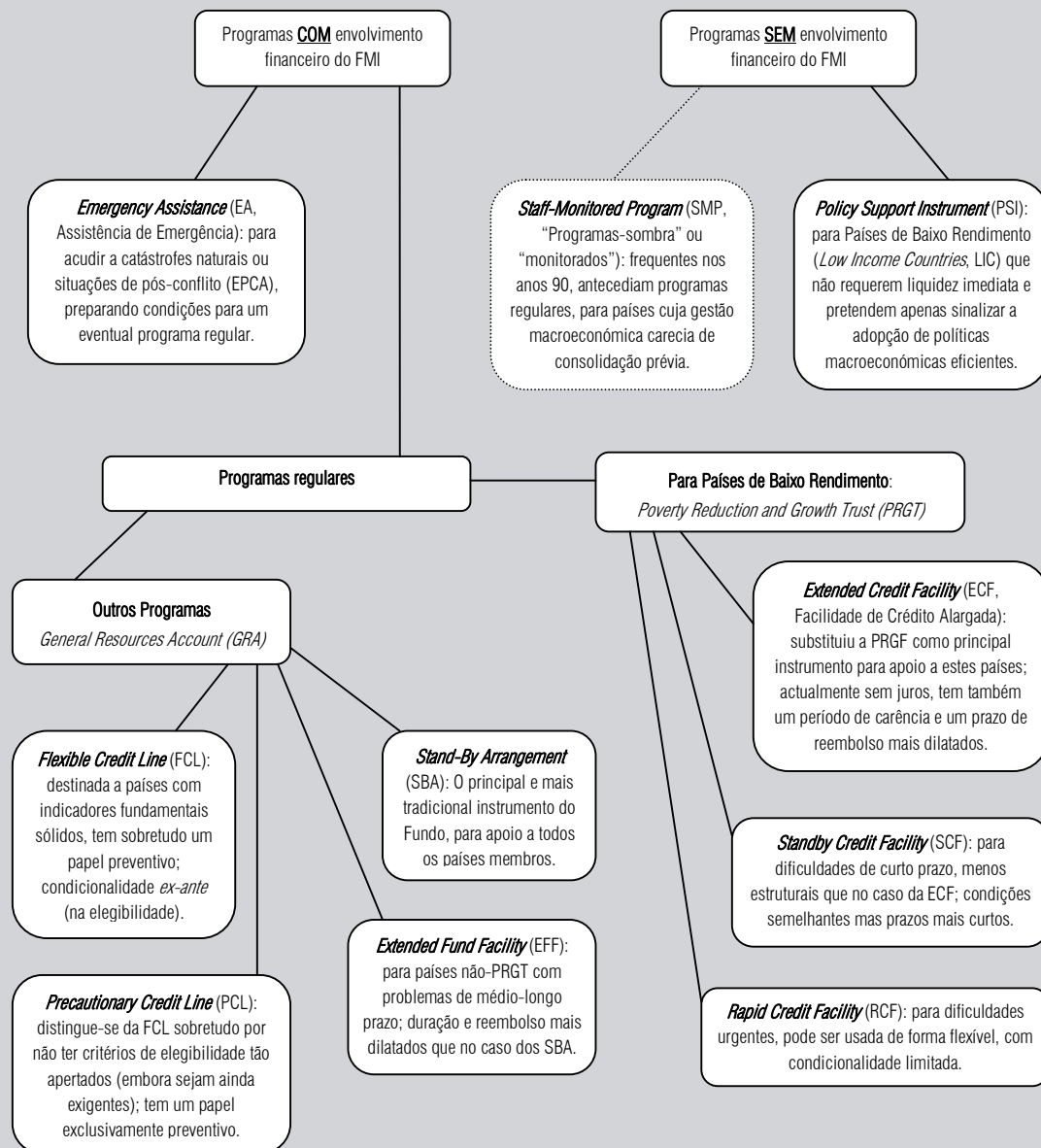
No contexto da primeira, destaca-se a actividade dita de *surveillance*, entendida como um cruzamento entre supervisão e vigilância do sistema monetário internacional, assim como das políticas económicas e financeiras dos países membros. Tal actividade assume diferentes dimensões, desde as chamadas Consultas ao abrigo do Artigo IV (relatórios, em regra anuais, sobre a situação macroeconómica de cada um dos países membros) até aos relatórios sobre as Perspectivas da Economia Mundial (*World Economic Outlook*, publicação de referência), passando por diversas outras iniciativas – como, por exemplo, os Relatórios sobre a Estabilidade Financeira Global (*Global Financial Stability Reports*), o Programa de Avaliação do Sector Financeiro (*Financial Sector Assessment Program*, FSAP), a *surveillance* multilateral ou o apoio técnico ao G20.

Já no âmbito da função de apoio à ultrapassagem de crises, assumem especial relevo os programas de ajustamento macroeconómico, solicitados por países membros que enfrentam dificuldades de natureza económico-financeira – e essencialmente orientados para a correcção dos desequilíbrios que estiveram na origem das mesmas (daí a ideia de “ajustamento”). A Figura 1 apresenta uma tipologia dos referidos programas, seguindo um critério que enfatiza duas distinções principais: em função do envolvimento financeiro do Fundo e em função do nível de rendimento dos países apoiados.

O actual leque de programas – e, em particular, o leque de facilidades financeiras associadas à maior parte deles – reflecte a evolução do Fundo ao longo do tempo, em resposta à necessidade de fazer face a diferentes tipos de situações críticas, atravessadas por países membros com características também muito variadas. Daí resultou uma diversificação progressiva dos instrumentos disponibilizados pela instituição, com o surgimento e a consolidação de uma gama alargada de programas/facilidades, concebidos para ir ao encontro de especificidades cada vez mais relevantes (como o nível de rendimento) – por forma a que pudessem assim ser mais eficientes.

De entre as diversas características particulares assumidas por estes programas, sublinhe-se apenas que eles assentam na ideia crucial de “condicionalidade” – genericamente, a associação entre desembolsos faseados (quanto está em causa financiamento prestado pelo Fundo, como sucede na maior parte dos casos¹) e a observância de metas (quantitativas e estruturais) que foram estipuladas para determinados momentos e se espera atingir através da aplicação das medidas preconizadas nos programas².

Figura 1. Tipologia dos Programas de Ajustamento apoiados pelo FMI



¹ O estabelecimento de programas com apoio do FMI funciona também, frequentemente, como um elemento mobilizador de financiamentos adicionais disponibilizados por outras fontes (ou do alívio de dívida externa), graças à credibilidade acrescida que conferem à política macroeconómica do país em causa (é o chamado “efeito de catalise” de tais programas).

² Importa, porém, ter presentes duas ressalvas. Por um lado, conforme está sublinhado na Figura 1, nem todos os programas apoiados pelo Fundo têm associado o envolvimento financeiro da instituição (podendo suceder que o país beneficiário não tenha necessidade imediata de liquidez). Por outro lado, nem todos os programas estão focados na ultrapassagem de dificuldades económico-financeiras (a segunda função básica do FMI), podendo também ser estabelecidos para sinalizar a qualidade das políticas macroeconómicas adoptadas (e tornar, assim, menos provável a ocorrência de crises). Neste segundo caso – que representa uma fatia relativamente pequena do total de programas (entre PSI, FCL e PCL, cf. Figura 1, correspondiam a 10 dos 60 programas em vigor) – considera-se que estes últimos se inserem sobretudo na primeira função básica do Fundo (ou seja, a preventiva), podendo ainda suceder que a condicionalidade assuma características *ex ante* ao invés de *ex post*.

Os programas de ajustamento estabelecidos entre os PALOP e o FMI

Conforme está bem evidente no Quadro 1, os cinco PALOP constituem um grupo bastante diversificado no que diz respeito a diversos vectores relevantes. É, de facto, possível distingui-los quanto à dimensão, quer populacional quer territorial (destacando-se Angola e Moçambique); quanto ao nível de rendimento *per capita* (sobressaindo Angola e Cabo Verde, com São Tomé e Príncipe numa zona intermédia); quanto ao facto de terem atravessado conflitos armados (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe no sub-grupo que escapou ao flagelo); e ainda, entre outros aspectos possíveis, quanto ao historial de estabilidade económico-financeira, a longo prazo (Cabo Verde e Moçambique com desempenhos mais bem sucedidos).

Quadro 1

PALOP Principais indicadores económicos, 2010 ^(a)						
	Área (Km ²)	População (milhares)	PIB pm ^(b) (EUR milhões)	Inflação ^(c) (t.v.h. anual)	Saldo orçam. ^(d) (% PIB)	Saldo externo ^(e) (% PIB)
Angola	1246700	19100	62335	14.5	8.9	8.6
Cabo Verde	4033	492	1235	5.2	3.3	-8.9
Guiné-Bissau	36125	1600	626	6.1	-0.2	-6.8
Moçambique	799380	23400	8308	11.3	-3.7	-6.6
São Tomé e Príncipe	997	165	149	17.4	-4.2	-30.9
<i>para memória:</i>						
Brasil	8514876	190756	1576291	6.9	-2.9	-2.2
Portugal	92389	10627	172546	3.2	-9.1	-8.8
Timor-Leste	14600	1066	2240	13.5	224.6	242.5

Fontes: Bancos Centrais, Ministérios das Finanças e INE lusófonos; Eurostat; FMI.

Notas: (a) Salvo no caso da inflação (datas em nota de rodapé); (b) PNB no caso de Timor-Leste (PIB não-petrolífero: EUR 547 milhões); (c) Maio de 2011 (PALOP e Timor-Leste); Julho de 2011 (Brasil e Portugal); (d) Saldo corrente primário (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe); em percentagem do PIB não-petrolífero (Timor-Leste); (e) Balança corrente e de capital (excepto Guiné-Bissau: balança corrente); em percentagem do PIB não-petrolífero (Timor-Leste).

Tais aspectos estão, em alguma medida, reflectidos no historial de relacionamento que cada um dos PALOP apresenta em relação ao Fundo (cf. Quadro 2). A questão do rendimento *per capita*, por exemplo, fica patente no facto de Angola e Cabo Verde – ambos actualmente classificados como países de rendimento médio – terem estabelecido programas do tipo *Stand-By Arrangement* (SBA), enquanto a Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe puderam receber apoio em condições mais favoráveis, no âmbito das facilidades financeiras destinadas aos países de menores rendimentos³.

A ocorrência de conflitos armados determinou, por seu turno, que a Guiné-Bissau tenha recorrido à assistência de emergência pós-conflito concedida pelo Fundo (*Emergency Post-Conflict Assistance*, EPCA)⁴. Este factor terá sido igualmente relevante para que só em 2009 (sete anos após os acordos de paz) Angola tenha celebrado o seu primeiro programa com apoio financeiro do FMI (depois de um efémero *Staff-Monitored Program*, SMP, em 2000/2001) e também, por outro lado, para que os esforços moçambicanos de ajustamento só tenham verdadeiramente começado a dar frutos mais visíveis após o fim da respectiva guerra civil, em 1992.

Já a questão do historial de relativa estabilidade macroeconómica (e, por conseguinte, de sucesso na execução dos esforços de ajustamento) pode ser aferida, por exemplo, pela circunstância de tanto Cabo

³ Embora Cabo Verde também tenha beneficiado de um programa ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF, a antecessora da actual *Extended Credit Facility*, destinada aos países mais pobres), dada a sua recente evolução para o grupo dos países de rendimento médio – reflectindo o considerável progresso sócio-económico que registou nas duas últimas décadas.

⁴ É, aliás, o país que mais vezes (quatro) recorreu a este tipo de assistência, de entre os 15 países membros do Fundo abrangidos pela mesma desde 1995.

Verde como Moçambique terem evoluído de programas com envolvimento financeiro do Fundo para programas do tipo *Policy Support Instrument* (PSI). Ou seja, ambos deixaram de ter necessidade da liquidez disponibilizada pelo Fundo (essencialmente devido ao êxito na condução dos respectivos processos de ajustamento) mas quiseram, ainda assim, sinalizar junto dos parceiros externos o seu empenho na preservação de políticas macroeconómicas adequadas.

Quadro 2



Datas de adesão ao FMI: Angola (1989/09/19), Brasil (1946/01/14), Cabo Verde (1978/11/20), Guiné-Bissau (1977/03/24), Moçambique (1984/09/24), Portugal (1961/03/29), São Tomé e Príncipe (1977/09/30), Timor-Leste (2002/07/23).

- Programas com envolvimento financeiro do FMI;
- Programas sem envolvimento financeiro do FMI (excluindo *Staff-Monitored Programs*).



RELAÇÕES ECONÓMICAS
E FINANCEIRAS DE PORTUGAL
COM OS PALOP E TIMOR-LESTE



III.1. RELAÇÕES COMERCIAIS E BALANÇAS DE PAGAMENTOS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste evoluíram de forma diferenciada em 2010, com as exportações a acentuarem a tendência de descida iniciada em 2009 (-9% que no ano transacto) e as importações a demonstrarem um crescimento importante (quase triplicando, ainda que pesando apenas 1.1% no total das importações de Portugal). Em 2010, o mercado constituído por este conjunto de países absorveu 6.6% das exportações portuguesas totais (8.3% em 2009).

Gráfico III.1.1.

RELAÇÕES COMERCIAIS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em milhões de EUR

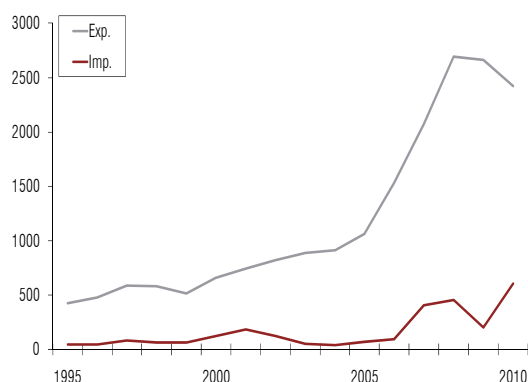
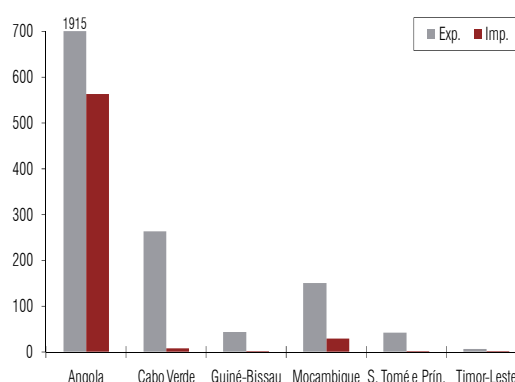


Gráfico III.1.2.

RELAÇÕES COMERCIAIS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2010, Milhões de EUR



Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Em termos nominais, as exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste atingiram EUR 2.4 milhões em 2010, menos EUR 243 milhões que no ano anterior. Esta descida foi determinada pela redução das exportações para Angola (em EUR 328 milhões), à qual se juntou a diminuição relativamente a Timor-Leste (em EUR 3 milhões). Todos os outros destinos registaram aumentos, com destaque para Cabo Verde (mais EUR 41 milhões) e Moçambique (mais EUR 30 milhões).

Gráfico III.1.3.

EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE | Por destinos, Em milhões de EUR

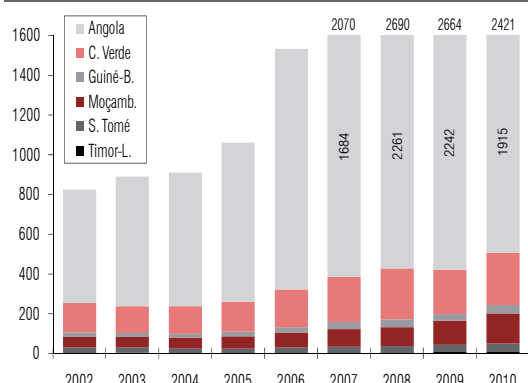
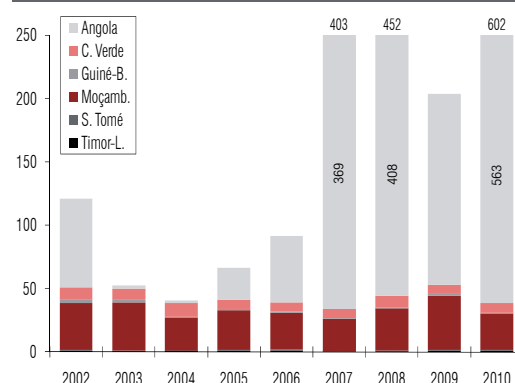


Gráfico III.1.4.

IMPORTAÇÕES DOS PALOP E TIMOR-LESTE | Por destinos, Em milhões de EUR



Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

As importações portuguesas oriundas daqueles países elevaram-se a EUR 602 milhões em 2010, bastante acima dos EUR 398 milhões do ano anterior, o que resultou do crescimento dos produtos angolanos (em EUR 412 milhões), como reflexo da subida do valor de importações inscrito na classe

Combustíveis Minerais (onde está incluído o petróleo). Tal como acontece desde 2006, Angola é, deste grupo de países, o principal destino das exportações portuguesas e o maior originador das importações, representando respectivamente 94% e 79% do total, em 2010.

Gráfico III.1.5.

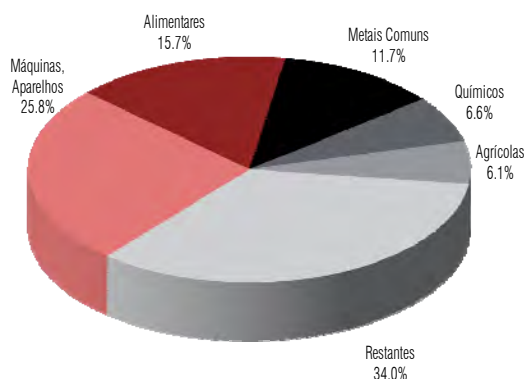
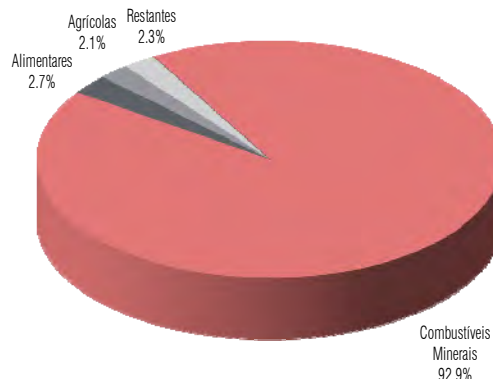
EXPORTAÇÕES PARA OS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2010, Por grupos de produtos


Gráfico III.1.6.

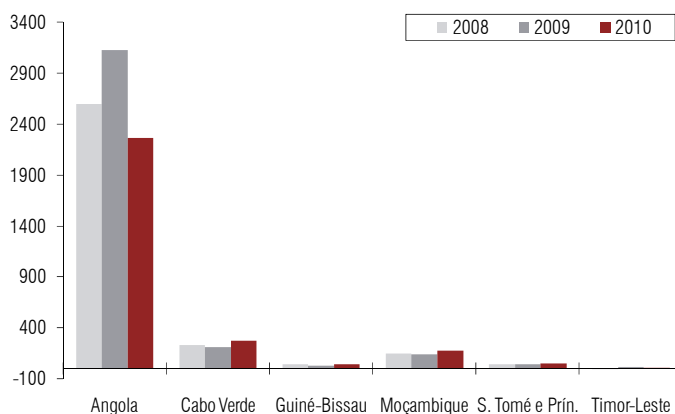
IMPORTAÇÕES DOS PALOP E TIMOR-LESTE | Em 2010, Por grupos de produtos


Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

As exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste mantêm-se centradas nos grupos de produtos relativos a *Máquinas e Aparelhos*, *Alimentares* e *Metais Comuns*, representando, no seu conjunto, 53% do total de produtos exportados. As importações são claramente dominadas pelos *Combustíveis Minerais* provenientes de Angola, responsáveis por 93% do total.

Face à descida das exportações e ao crescimento das importações, o saldo da balança comercial com os PALOP e Timor-Leste reduziu o seu excedente em 2010, invertendo a tendência de reforço iniciada em 1999, tendo atingido EUR 1.8 mil milhões (-26% que no ano anterior). Esta redução, conjugada com o decréscimo da balança de rendimentos, determinou uma diminuição do saldo agregado positivo das balanças correntes bilaterais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste em 2010, o que não acontecia desde 2000.

Gráfico III.1.7.

BALANÇAS CORRENTES COM OS PALOP E TIMOR-LESTE | Saldos, Em milhões de EUR


Fonte: Banco de Portugal.

Em 2010, as transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste reforçaram o saldo favorável para Portugal, novamente sustentado pelas remessas de emigrantes portugueses em Angola. O volume de remessas líquidas atingiu EUR 104.4 milhões, uma subida de 54% em relação a 2009.

Quadro A.III.1.1.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS (ÓPTICA DE PORTUGAL) Em milhões de EUR														
	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1995	10	259	6	89	5	23	23	37	0	13			43	421
1996	10	305	8	97	4	22	24	40	0	13			45	476
1997	39	394	9	109	2	25	27	43	0	13			79	584
1998	22	368	9	118	2	16	28	61	1	17			62	580
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19			64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19			123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21			182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	802	7	148	1	24	32	64	0	22	1	1	66	1061
2006	53	1210	7	190	1	27	29	74	1	28	1	2	92	1531
2007	369	1684	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2070
2008	408	2261	9	258	1	40	34	92	0	37	1	2	452	2690
2009	151	2242	7	223	1	33	43	121	0	36	1	9	204	2664
2010	563	1915	7	263	0	43	29	151	0	43	1	7	602	2421

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.2.

PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS Em percentagem														
	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1995	0.0	1.7	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.2	2.8
1996	0.0	1.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.2	2.5
1997	0.1	1.8	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.3	2.7
1998	0.1	1.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.2	2.5
1999	0.0	1.2	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.2	2.2
2000	0.1	1.4	0.0	0.6	0.0	0.1	0.1	0.3	0.0	0.1			0.3	2.4
2001	0.3	1.8	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1			0.4	2.7
2002	0.2	2.0	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3	2.9
2003	0.0	2.2	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	3.0
2004	0.0	2.2	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	2.9
2005	0.1	2.6	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.1	3.4
2006	0.1	3.4	0.0	0.5	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.2	4.3
2007	0.6	4.4	0.0	0.6	0.0	0.1	0.0	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.7	5.4
2008	0.7	5.8	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.2	0.0	0.1	0.0	0.0	0.7	6.9
2009	0.3	7.0	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.4	0.0	0.1	0.0	0.0	0.4	8.3
2010	1.0	5.2	0.0	0.7	0.0	0.1	0.1	0.4	0.0	0.1	0.0	0.0	1.1	6.6

Fontes: Instituto Nacional de Estatística - Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.III.1.3.
PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: EXPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓPTICA DE PORTUGAL) | Em milhões de EUR

	2009							2010						
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total
Agrícolas	100.52	21.36	1.77	4.01	3.81	0.22	131.70	110.15	25.09	2.21	4.88	5.96	0.24	148.54
Alimentares	304.70	29.21	8.51	13.79	6.22	0.62	363.05	314.85	31.78	10.88	13.13	9.20	0.77	380.61
Combustíveis Minerais	13.48	3.59	3.74	2.06	0.55	0.00	23.42	19.56	2.58	6.39	2.10	0.61	0.00	31.25
Químicos	124.28	18.86	1.08	9.74	2.68	0.02	156.66	121.05	20.99	1.23	11.60	3.27	0.03	158.18
Plásticos, Borracha	84.62	13.05	0.90	6.42	1.76	0.00	106.75	80.74	15.31	0.84	8.37	2.29	0.03	107.57
Peles, Couros	6.17	1.52	0.03	0.35	0.05	0.00	8.12	5.58	1.99	0.03	0.31	0.22	0.00	8.14
Madeira, Cortiça	23.68	4.66	0.19	0.42	0.12	0.05	29.12	22.69	5.30	0.30	1.00	0.13	0.06	29.47
Pastas Celulósicas, Papel	64.01	6.88	0.56	12.78	0.85	1.27	86.34	61.36	7.57	0.42	13.55	1.12	0.24	84.27
Matérias Têxteis	30.14	3.96	0.26	1.43	0.41	0.02	36.22	23.18	3.35	0.39	1.81	0.47	0.08	29.28
Vestuário	32.99	2.44	0.43	1.55	0.19	0.01	37.61	25.32	2.51	0.37	1.38	0.89	0.01	30.47
Calçado	13.06	0.69	0.15	1.03	0.15	0.00	15.09	10.55	0.42	0.25	0.83	0.30		12.36
Minerais, Minérios	84.99	24.09	5.29	3.78	2.08	0.18	120.40	92.29	25.43	6.14	6.04	2.99	0.03	132.92
Metais Comuns	296.73	22.13	2.44	8.74	3.16	0.13	333.35	233.93	26.39	2.76	17.31	3.12	0.37	283.87
Máquinas, Aparelhos	670.62	40.41	3.87	35.30	9.41	6.44	766.05	486.00	70.40	5.50	50.02	7.62	4.39	623.92
Veículos e Outro Mat. de Transp.	202.45	13.70	2.47	9.53	2.53	0.08	230.75	116.81	9.72	3.19	5.02	2.34	0.10	137.19
Óptica, Precisão	39.48	3.15	0.17	4.04	0.19	0.12	47.15	52.38	4.09	0.32	5.73	0.83	0.01	63.36
Outros Produtos	150.51	13.01	1.60	5.92	1.38	0.07	172.49	138.40	10.48	1.62	7.85	1.31	0.31	159.97
Total	2242.45	222.71	33.47	120.88	35.55	9.23	2664.28	1914.83	263.41	42.84	150.94	42.67	6.68	2421.37

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.4.

	PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÕES POR GRUPOS DE PRODUTOS (ÓPTICA DE PORTUGAL) Em milhões de EUR												
	2009					2010							
	Angola	C. Verde	G. Bissau	S. Tomé	Timor-L.	Tota	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Tota
Agrícolas	0.52	0.35	0.13	0.26	0.89	12.72	0.25	0.23	0.07	11.13	0.15	1.02	12.84
Alimentares	0.00	1.16	0.06	0.04	0.04	32.09	0.18	0.34	0.00	15.64	0.07	0.00	16.23
Combustíveis Minerais	148.64	0.00				148.64	558.91			0.00			558.91
Químicos	0.01	0.02	0.00	0.00	0.00	0.02	0.00	0.13	0.06	0.06	0.00	0.00	0.19
Plásticos, Borracha	0.00	0.00	0.00	0.04	0.00	0.05	0.03	0.01	0.01	0.01	0.00	0.00	0.05
Peles, Couros	0.00	0.00	0.00	0.11	0.00	0.11	0.00	0.08	0.04	0.04	0.00	0.00	0.12
Madeira, Cortiça	0.26	0.00	0.02	0.05	0.01	0.34	0.34	0.00	0.01	0.09	0.00	0.00	0.43
Pastas Celulósicas, Papel	0.01	0.02	0.00	0.00	0.00	0.04	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.03
Matérias Têxteis	0.00	0.01	0.00	0.85	0.00	0.87	0.01	0.01	0.34	0.34	0.00	0.00	0.36
Vestuário	0.00	2.16	0.01	0.02	0.00	2.19	0.00	2.36	0.00	0.03	0.00	0.00	2.40
Calçado	0.00	2.89	0.00	0.00	0.00	2.90	0.00	3.32	0.00	0.01	0.00	0.00	3.33
Minerais, Minérios	0.11	0.00	0.00	0.02	0.00	0.14	0.25	0.01	0.05	0.05	0.00	0.00	0.31
Metais Comuns	0.28	0.05	0.50	0.09	0.00	0.92	0.25	0.12	1.40	1.40	0.05	0.10	1.98
Máquinas, Aparelhos	0.70	0.21	0.57	0.14	0.07	1.71	2.10	0.70	0.04	0.30	0.05	0.10	3.29
Veículos e Outro Mat. de Transp.	0.34	0.31	0.03	0.00	0.06	0.74	0.70	0.10	0.03	0.00	0.00	0.00	0.84
Óptica, Precisão	0.16	0.04	0.00	0.02	0.03	0.25	0.24	0.07	0.01	0.04	0.02	0.00	0.39
Outros Produtos	0.04	0.02	0.04	0.06	0.01	0.17	0.16	0.00	0.00	0.05	0.00	0.00	0.21
Total	151.09	7.24	1.38	42.80	0.48	203.90	563.45	7.48	0.39	29.18	0.29	1.12	601.91

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.5.

BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE (ÓPTICA DE PORTUGAL) |
Em milhões de EUR

		Balança Corrente									Balança de Capital
		Mercadorias			Serviços	Rendim.	Transferências Correntes			Saldo	
		Export.	Import.	Saldo			Total	dg: Remessas de Emig.	Imig.		
Angola	2005	796.5	28.6	767.9	184.7	180.3	10.1	23.4	13.7	1142.9	-4.7
	2006	1211.6	58.8	1152.8	280.0	175.8	28.2	32.9	11.5	1636.7	10.4
	2007	1682.5	362.5	1320.0	364.9	123.9	21.2	48.1	12.3	1829.9	-87.5
	2008	2270.6	402.5	1868.1	557.2	130.1	43.2	70.9	13.1	2598.6	20.6
	2009	2241.4	151.7	2089.7	568.4	359.9	112.1	103.5	12.3	3130.2	-4.5
	2010	1909.7	552.7	1357.0	738.1	46.8	121.4	134.9	13.5	2263.4	-2.8
Cabo Verde	2005	147.6	7.8	139.8	20.3	7.7	-32.1	2.0	17.3	135.7	-3.7
	2006	188.6	7.5	181.2	20.9	-5.3	-30.0	2.9	20.0	166.7	-4.6
	2007	226.2	7.8	218.3	16.6	-9.3	-36.5	2.6	22.3	189.2	-5.4
	2008	259.1	9.2	249.8	24.8	-8.3	-35.8	2.1	23.7	230.5	-7.7
	2009	222.6	7.5	215.1	28.5	5.2	-35.9	2.5	20.9	213.0	-1.3
	2010	264.0	8.0	255.9	9.7	15.0	-9.8	3.1	12.9	270.9	-1.7
Guiné-Bissau	2005	23.9	1.0	22.9	2.8	1.0	-2.5	0.0	2.6	24.2	-2.1
	2006	27.0	1.1	25.9	2.7	1.6	-5.5	0.0	4.6	24.7	-1.1
	2007	34.2	0.5	33.7	3.8	1.1	-6.5	0.6	6.1	32.1	-1.3
	2008	40.3	0.6	39.7	3.0	9.4	-9.4	0.1	6.5	42.7	-1.2
	2009	33.4	1.4	32.1	3.7	-1.1	-4.5	0.3	5.1	30.2	-1.5
	2010	42.7	0.7	42.0	4.3	2.2	-4.6	0.3	4.8	44.0	-2.5
Moçambique	2005	64.2	30.8	33.3	9.1	149.3	-1.8	1.8	4.1	190.0	-5.6
	2006	73.7	35.9	37.8	14.7	166.8	-2.9	1.9	4.4	216.4	-3.6
	2007	89.5	34.8	54.7	21.1	161.0	5.6	2.4	5.9	242.3	-2.5
	2008	92.7	42.2	50.5	21.2	77.5	-2.3	2.3	3.2	146.9	-101.3
	2009	120.8	46.6	74.2	19.8	46.5	-3.2	2.4	3.2	137.3	-14.2
	2010	150.9	32.7	118.2	33.8	26.1	-1.8	2.7	4.5	176.3	-14.6
S. Tomé e Príncipe	2005	22.2	0.7	21.5	3.5	1.2	-0.2	0.1	0.8	26.0	-0.2
	2006	28.3	1.2	27.0	6.5	1.0	0.1	0.4	0.8	34.6	0.0
	2007	33.1	0.8	32.3	9.3	3.1	-0.7	0.4	1.0	44.0	0.0
	2008	36.6	2.0	34.6	5.4	1.1	-0.8	0.1	0.6	40.3	-0.2
	2009	35.5	2.0	33.5	6.0	0.8	0.4	0.2	0.4	40.7	-1.4
	2010	42.7	1.8	40.9	7.2	0.5	-1.2	0.1	1.3	47.5	-1.3
Timor-Leste	2005	1.2	1.2	0.0	-1.7	-0.4	-9.0	0.0	0.1	-11.2	-3.8
	2006	2.5	1.2	1.2	-5.2	-25.3	-2.8	0.0	0.1	-32.0	-4.6
	2007	1.2	0.2	1.0	-4.6	3.3	0.1	0.0	0.1	-0.1	-0.3
	2008	2.1	0.5	1.6	-9.5	6.5	-1.3	0.2	0.1	-2.7	-0.5
	2009	9.3	1.0	8.3	0.7	7.9	-0.9	0.3	0.1	16.0	-1.0
	2010	6.7	1.2	5.5	-3.8	5.7	0.2	0.3	0.1	7.5	-0.2
Total dos PALOP e Timor-Leste	2005	1055.5	70.1	985.5	218.6	339.0	-35.4	27.3	38.7	1507.6	-20.1
	2006	1531.7	105.8	1425.9	319.6	314.5	-12.9	38.2	41.5	2047.2	-3.5
	2007	2066.6	406.7	1659.9	411.1	283.1	-16.8	54.0	47.6	2337.4	-97.1
	2008	2701.4	457.0	2244.4	602.2	216.2	-6.4	75.7	47.1	3056.4	-90.2
	2009	2663.1	210.2	2452.9	627.2	419.3	67.9	109.1	42.0	3567.3	-23.9
	2010	2416.7	597.2	1819.5	789.3	96.4	104.4	141.5	37.1	2809.6	-23.1

Fonte: Banco de Portugal.

III.2. INVESTIMENTO DIRECTO BILATERAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE

O investimento directo bruto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste acentuou em 2010 a tendência de abrandamento iniciada no ano anterior, registando EUR 313.8 milhões, uma diminuição de quase 64% em relação ao verificado em 2009. Na sua globalidade e no ano transacto, os montantes destinados a este conjunto de países representaram 5.4% do total do investimento directo bruto de Portugal no exterior, invertendo a trajectória de reforço iniciada em 2004, tendo atingindo um máximo de 11.2% em 2009.

Gráfico III.2.1.

INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE | Total anual, Em milhões de EUR

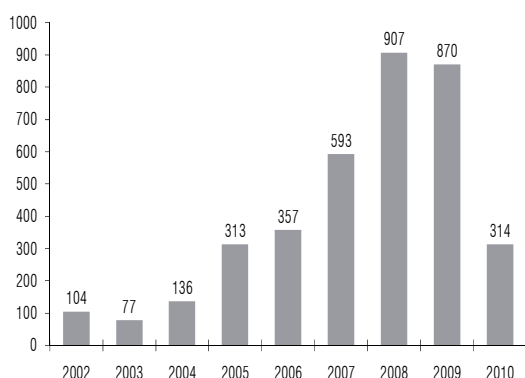
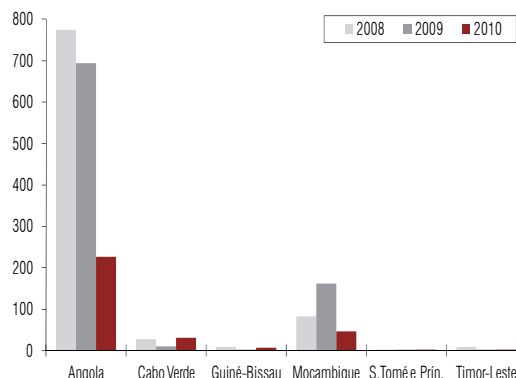


Gráfico III.2.2.

INVESTIMENTO PORTUGUÊS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE | Por país, Em milhões de EUR



Fontes: Banco de Portugal.

O investimento realizado por Portugal nos PALOP e em Timor-Leste em 2010 concentrou-se, em termos geográficos, sobretudo em Angola (72% do total, sendo o principal destino desde 2002), Moçambique (15%) e Cabo Verde (10%).

Por sectores de destino, no ano transacto o investimento português neste conjunto de países foi principalmente destinado à *Construção* (46%) e ao *Comércio* (34%). Destacou-se ainda a quebra significativa no volume de investimento em *Actividades financeiras*, tradicionalmente importante, que sofreu uma redução de 90% em 2010. Tal como em 2009, o desinvestimento português naqueles países registou-se maioritariamente na *Construção*, sobretudo relativo a Angola.

O investimento directo bruto português em **Angola** reduziu-se significativamente em 2010, atingido EUR 226.7 milhões (cerca de 1/3 do registado em 2009). Este investimento foi canalizado sobretudo para os sectores do *Comércio*, *Construção* e *Actividades financeiras (Intermediação monetária e outras actividades financeiras e de seguros)*, representando no seu conjunto 94% do total.

Para **Moçambique** seguiram, em 2010, menos EUR 116.5 milhões de investimento directo bruto português que no ano anterior, registando um total de EUR 45.9 milhões. Esta diminuição decorreu da redução do investimento em *Actividades financeiras*, passando a *Construção* a sector dominante.

Os investidores portugueses aplicaram EUR 30.9 milhões em **Cabo Verde** em 2010, quase triplicando o valor do ano anterior. As principais subidas verificaram-se nas classes *Construção* e *Outras actividades*, as quais representaram 87% do total do investimento português naquele país.

Ainda que menos significativo, o montante de investimento português canalizado para a **Guiné-Bissau** foi em 2010 bastante superior ao dos anos anteriores, subindo a EUR 7.4 milhões (sobretudo *Actividades de consultoria, científicas e técnicas e actividades administrativas e dos serviços de apoio e Actividades de informação e de comunicação*). Para **S. Tomé e Príncipe** e **Timor-Leste** foram

destinados EUR 2.7 milhões e EUR 0.2 milhões, respectivamente (maioritariamente *Construção*, relativamente ao arquipélago, e *Intermediação financeira*, no último caso).

Gráfico III.2.3.

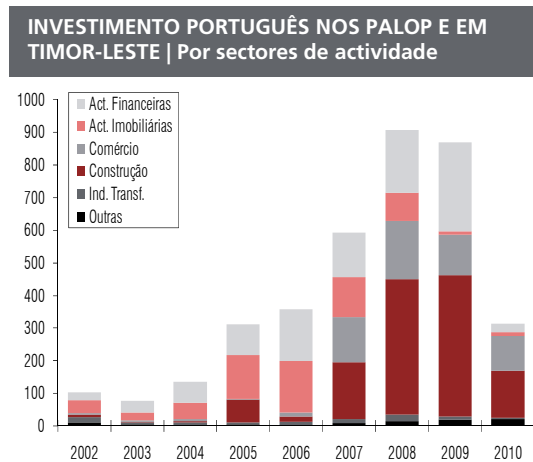
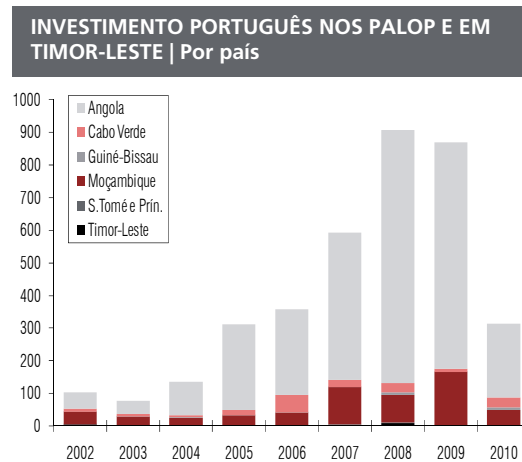


Gráfico III.2.4.



Fontes: Banco de Portugal.

Com idêntica tendência, o investimento directo dos PALOP e Timor-Leste em Portugal apresentou uma redução em 2010, para um total de EUR 57.8 milhões (-51.5% face a 2009), sendo responsável por apenas 0.2% do total de investimento directo estrangeiro em Portugal. Este investimento teve sobretudo origem em Angola (78% do total) e, em termos sectoriais, foi principalmente inserido nas classes *Intermediação monetária*, *Outras actividades* e *Actividades de consultoria, científicas e técnicas* e *actividades administrativas e dos serviços de apoio*.

Quadro III.2.1.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE Situação em Junho de 2011			
País / Banco	Forma de Representação	País / Banco	Forma de Representação
Angola		Moçambique	
Banco BPI	Banco de Fomento Angola	Banco BPI ^(a)	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Millenium Angola	Banco Com. Português	Banco Internac. de Moçambique
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola	Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Santander Totta ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Banco Espírito Santo ^(a)	Moza Banco
Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Montepio Geral	Finibanco Angola		Banco Nacional de Investimentos
Cabo Verde		S. Tomé e Príncipe	
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Cabo Verde	Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
BANIF, SGPS	Banco Cabo-Verdiano de Negócios		
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico		
	Banco Comercial do Atlântico		
<i>estabelecidos em off-shore</i>		Timor-Leste	
Caixa Central CAM	Sucursal	Caixa Geral Depósitos	Sucursal
	CA Finance - Gestão de Activos		
Montepio Geral	Banco Montepio Geral Cabo Verde		
Banco Port. Negócios	BPN Cabo Verde		
Banco Espírito Santo	Sucursal		

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (a) Participações minoritárias.

Quadro A.III.2.1.

INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE Por sectores de actividade, Em milhões de EUR					
	2009		2010		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio	5.9	31.0	4.4	7.0
	Actividades de informação e de comunicação	0.1	0.2	0.0	0.1
	Actividades imobiliárias	0.7	69.3	0.4	0.4
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas			0.0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	123.1	10.2	99.9	26.3
	Construção	410.9	517.7	95.4	372.0
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0.1		0.2	
	Indústrias transformadoras	9.8	17.6	1.9	11.6
	Intermediação monetária	141.6	399.6	16.7	26.0
	Outras actividades financeiras e de seguros			1.9	
	Outras actividades	1.6	16.8	5.7	15.8
TOTAL	693.8	1062.3	226.7	459.3	
Cabo Verde	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio	1.2	0.3	0.8	0.4
	Actividades de informação e de comunicação	0.0	1.4	1.2	2.8
	Actividades imobiliárias	0.1		0.0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	0.8		0.0	
	Construção	4.7	19.0	13.5	28.1
	Indústrias transformadoras	0.0		0.1	
	Intermediação monetária	3.6		1.8	
	Outras actividades	0.3	0.1	13.5	0.0
TOTAL	10.9	20.8	30.9	31.3	
Guiné-Bissau	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio			4.2	1.0
	Actividades de informação e de comunicação			3.1	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração			0.0	
	Construção	0.1	1.9	0.0	
	Indústrias transformadoras	0.0		0.0	
	Intermediação monetária			0.0	
	Outras actividades	0.0	0.1	0.1	1.0
TOTAL	0.1	1.9	7.4	2.0	
Moçambique	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio		1.0	0.2	0.2
	Actividades de informação e de comunicação	0.3		0.1	
	Actividades imobiliárias	0.8	0.0	0.8	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas	0.1		0.1	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	0.3		2.7	1.3
	Construção	17.0	14.4	33.2	25.7
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição			0.7	
	Indústrias transformadoras	0.0		1.9	
	Intermediação monetária	126.7	0.8	5.5	3.7
	Outras actividades financeiras e de seguros	0.0		0.0	
Outras actividades	17.1	100.8	0.6	0.2	
TOTAL	162.4	116.9	45.9	31.0	
S. Tomé e Príncipe	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio			0.0	
	Actividades de informação e de comunicação			0.0	
	Actividades imobiliárias			0.0	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas		0.2		0.1
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração			0.1	
	Construção	0.0	0.4	1.8	2.9
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição				1.0
	Indústrias transformadoras	0.0	0.0		0.1
Intermediação monetária	0.6		0.3		
Outras actividades	0.0	0.2	0.5	2.2	
TOTAL	0.6	0.9	2.7	6.3	
Timor-Leste	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio			0.0	
	Intermediação monetária	1.0		0.1	1.8
	Outras actividades	0.9	0.2	0.0	0.3
TOTAL	1.9	0.2	0.2	2.2	
Total PALOP e Timor-Leste		869.6	1203.0	313.8	532.1

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro A.III.2.2.

INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL Por sectores de actividade, Em milhões de EUR					
		2009		2010	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio	2.9		7.9	0.1
	Actividades de informação e de comunicação			0.0	
	Actividades imobiliárias	42.9		3.2	0.0
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas	0.1		0.2	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	17.5	0.2	0.2	0.2
	Construção	4.5		0.8	1.8
	Indústrias transformadoras	0.1		0.1	
	Intermediação monetária	46.0	0.2	17.9	0.1
	Outras actividades	2.1		14.9	0.1
	TOTAL	116.0	0.5	45.2	2.2
Cabo Verde	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio	0.2	0.1	3.8	
	Actividades imobiliárias	0.0			0.0
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	0.0	0.1	0.0	0.0
	Construção	0.1		4.5	0.0
	Intermediação monetária	0.1			0.0
	Outras actividades	1.3		0.2	
	TOTAL	1.6	0.2	8.5	0.1
Guiné-Bissau	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração			2.1	
	Outras actividades	0.0		0.4	
	TOTAL	0.0	0.0	2.6	0.0
Moçambique	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio		0.1	0.0	0.0
	Actividades de informação e de comunicação			0.0	
	Actividades imobiliárias	0.1		1.3	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas		0.0	0.0	0.1
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração			0.0	0.1
	Construção			0.0	
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição			0.0	
	Indústrias transformadoras	0.0		0.0	1.5
	Intermediação monetária	0.1	0.1	0.2	0.4
Outras actividades	1.4		0.0	0.0	
	TOTAL	1.6	0.2	1.5	2.1
S. Tomé e Príncipe	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extractivas	0.1			
	Intermediação monetária	0.0			
	Outras actividades	0.0			
	TOTAL	0.1	0.0	0.0	0.0
Timor-Leste	Act. consultoria, científicas e técnicas e act. admin. e dos serviços de apoio	0.0		0.0	
	Outras actividades			0.0	0.0
	TOTAL	0.0	0.0	0.0	0.0
Total PALOP e Timor-Leste		119.3	0.9	57.8	4.4

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

III.3. DÍVIDA DOS PALOP A PORTUGAL

A totalidade da dívida oficial dos PALOP a Portugal – incluindo tanto a dívida directa ao Estado português como a por este garantida – ascendeu a USD 2407 milhões em 31 de Dezembro de 2010, subindo 12.9% em relação ao ano anterior. O crescimento da dívida oficial destes países atingiu no ano transacto USD 275 milhões, o incremento mais elevado dos últimos 15 anos.

Quadro II.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD		
	31-12-2010	Em %
Angola	1441	59.9
Moçambique	523	21.7
Cabo Verde	268	11.1
Guiné-Bissau	126	5.3
S. Tomé e Príncipe	49	2.0
TOTAL	2407	100.0

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Tal como acontece desde 2005, a evolução da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado foi responsável em 2010 pelo crescimento da dívida oficial deste conjunto de países (mais USD 293 milhões que no ano anterior). À semelhança do ocorrido em 2009, a dívida directa ao Estado evidenciou no ano findo uma ligeira descida (menos USD 18 milhões).

Gráfico III.3.1.

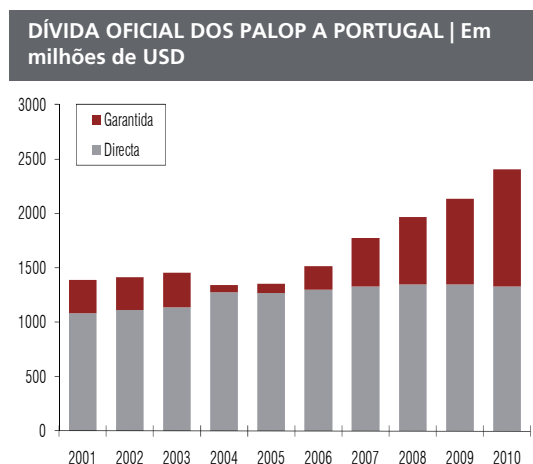
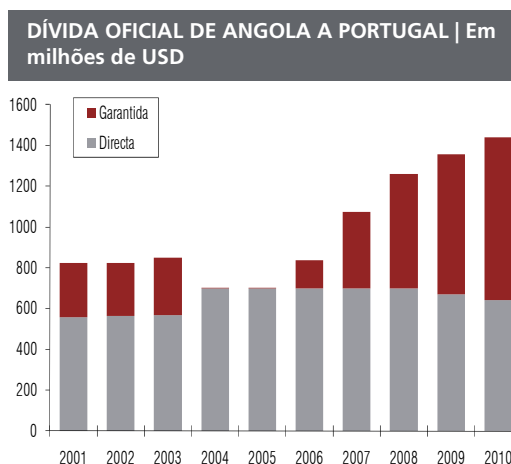


Gráfico III.3.2.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Impelida, tal como nos anos anteriores, pelo aumento dos empréstimos de médio e longo prazos garantidos pelo Estado, a dívida oficial de **Angola** a Portugal cresceu USD 85 milhões em 2010, elevando-se a USD 1441 milhões. Desde 2009, Angola tem vindo a amortizar a sua dívida directa vincenda de acordo com o estipulado no acordo de reescalonamento assinado em 2004 com as autoridades portuguesas.

A utilização das linhas de crédito concessionais acordadas com Portugal em 2008 e 2009, para financiamento de projectos de investimento em infra-estruturas em **Moçambique**, tem vindo a repercutir-se no aumento da dívida garantida a médio e longo prazos daquele país, registando um incremento de USD 90 milhões em 2010. A dívida total de Moçambique a Portugal denotou uma subida de USD 87 milhões no ano transacto, com a dívida directa a apresentar nova redução, no

seguimento do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em Julho de 2008, no âmbito da Iniciativa HIPC.

Gráfico III.3.3.

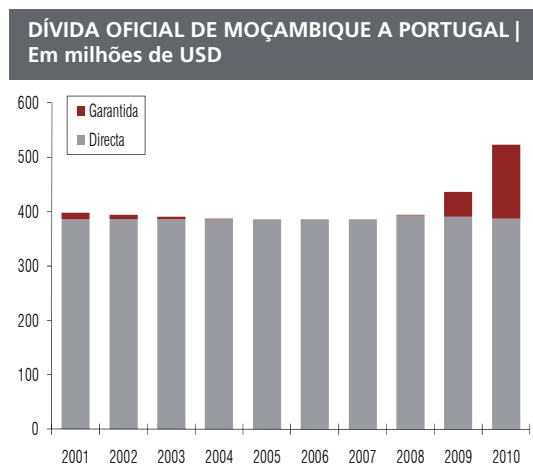
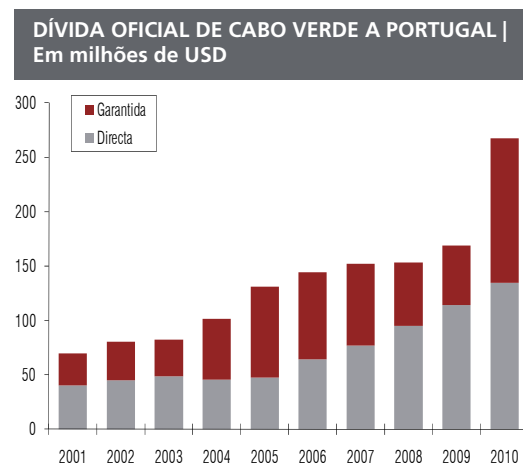


Gráfico III.3.4.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Em 2010, a dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal evidenciou um novo e significativo aumento, mantendo a tendência ascendente iniciada em 1998, elevando-se a USD 268 milhões (USD 99 milhões mais que em 2009). No ano findo, o crescimento decorreu não só da subida da dívida directa ao Estado, com novos desembolsos de empréstimos para financiamento de infra-estruturas rodoviárias, como também da dívida garantida, com o início de utilização de duas linhas de crédito assinadas entre 2007 e 2009 para projectos de infra-estruturas portuárias e nas áreas das energias renováveis e ambiente.

Gráfico III.3.5.

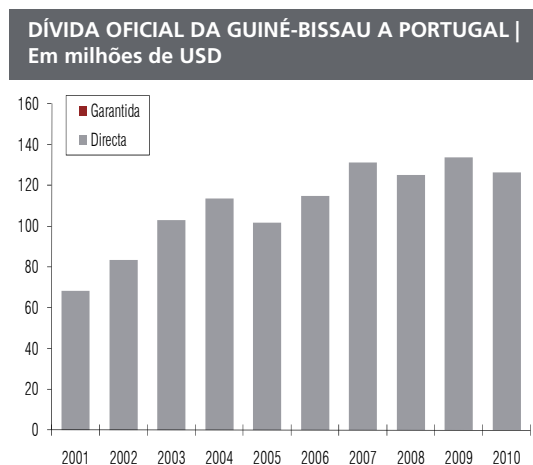
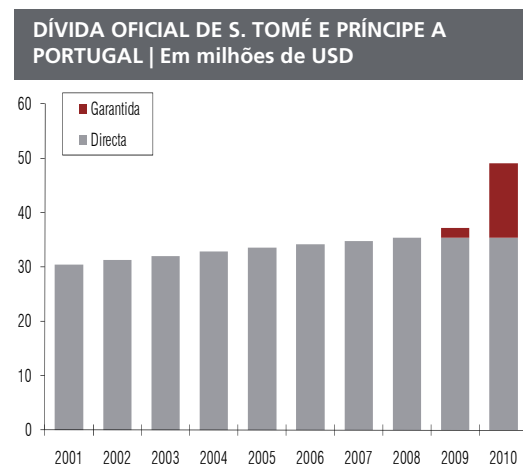


Gráfico III.3.6.



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARI.

Tal como vem acontecendo nos anos mais recentes, não se registou em 2010 qualquer desembolso ou amortização da dívida oficial da **Guiné-Bissau** a Portugal. A redução de USD 7 milhões apresentada reflecte a apreciação do USD face ao EUR, estando os créditos denominados na moeda europeia.

Com a prossecução favorável do programa de 3 anos apoiado pela *Extended Credit Facility* (EFC) do FMI, assinado em Maio de 2010, a Guiné-Bissau obteve no final do ano passado o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) e, simultaneamente, o acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral. No seu conjunto, estas iniciativas permitem uma redução significativa

do montante da dívida externa da Guiné-Bissau, a qual se estima tenha passado de 128.0% do PIB em 2009 para 20.1% no final de 2010. Neste contexto, em Maio de 2011, os credores do Clube de Paris acordaram um perdão de dívida de USD 256 milhões, tendo alguns deles garantido alívio adicional em termos bilaterais num montante total de USD 27 milhões.

Desde 2008, a dívida directa vincenda de **São Tomé e Príncipe** a Portugal mantém-se inalterada, em USD 35 milhões, face à vigência do período de carência previsto no acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida assinado em Julho daquele ano, no âmbito da obtenção do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, em Março de 2007. Novas utilizações da linha de crédito concessional assinada com Portugal em Fevereiro de 2009, para financiamento de projectos do Programa de Investimento Público santomense, fizeram aumentar a dívida garantida a médio e longo prazo em 2010, conduzindo a um crescimento de USD 12 milhões da dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal face ao ano anterior.



Quadro A.III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL Em milhões de USD										
		Dívida Directa ao Estado (1)			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado (2)			Dívida Oficial (1)+(2)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2006	698		698	140		140	838		838
	2007	698		698	375		375	1 073		1 073
	2008	698		698	562		562	1 260		1 260
	2009	670		670	686		686	1 356		1 356
	2010	642		642	799		799	1 441		1 441
Cabo Verde	2006	64		64	78	2	80	142	2	144
	2007	77		77	75		75	152		152
	2008	95		95	58		58	153		153
	2009	114		114	55		55	169		169
	2010	134		134	133		133	268		268
Guiné-Bissau	2006	77	38	115				77	38	115
	2007	85	46	131				85	46	131
	2008	77	48	125				77	48	125
	2009	81	53	134				81	53	134
	2010	74	53	126				74	53	126
Moçambique	2006	386		386				386		386
	2007	386		386				386		386
	2008	393		393	0		0	393		393
	2009	391		391	45		45	436		436
	2010	388		388	135		135	523		523
S. Tomé e Príncipe	2006	25	9	34				25	9	34
	2007	23	12	35				23	12	35
	2008	35		35				35		35
	2009	35		35	2		2	37		37
	2010	35		35	14		14	49		49
Total dos PALOP	2006	1 250	47	1 297	219	2	220	1 468	49	1 517
	2007	1 269	58	1 327	450		450	1 718	58	1 776
	2008	1 299	48	1 346	620		620	1 919	48	1 967
	2009	1 291	53	1 344	788		788	2 079	53	2 132
	2010	1 273	53	1 326	1 081		1 081	2 354	53	2 407

Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.